ISSN: 1519-6240

LINGUAGEM
ESTUDOS e PESQUISAS

Revista do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Estudos da Linguagem - do Departamento de Letras do *Campus* Catalão - UFG

Linguagem - Estudos e Pesquisas
Volume 16, n. 1 - Catalão-GO/2012

ISSN: 1519-6240

LINGUAGEM - ESTUDOS E PESQUISAS

Revista do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Estudos da Linguagem – do Departamento de Letras do *Campus* Catalão – UFG

Janeiro-Junho/2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor da Universidade Federal de Goiás
Edward Madureira Brasil

Diretor do *Campus* Catalão/UFG
Manoel Rodrigues Chaves

Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Estudos da Linguagem
Antônio Fernandes Júnior

Chefe do Departamento de Letras do *Campus* Catalão/UFG
Gisele da Paz Nunes

Editores Responsáveis
Braz José Coelho e Maria Helena de Paula

Organizadores deste Número
Antônio Fernandes Júnior e Maria Helena de Paula

Comissão Editorial: Alexander Meireles da Silva; Antônio Fernandes Júnior; Braz José Coelho; Grenissa Bonvino Stafuzza; Luciana Borges; Maria Helena de Paula e Ozíris Borges Filho.

Conselho Editorial e Científico: Alexander Meireles da Silva (Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão); Alicia Duhá Lose (CNPq-Faculdade Mosteiro São Bento da Bahia/Universidade Federal da Bahia); Antônio Fernandes Júnior (Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão); Aparecida Negri Isquerdo (CNPq/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Universidade Estadual de Londrina), Braz José Coelho (Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão); Cleudemar Alves Fernandes (Universidade Federal de Uberlândia); Grenissa Bonvino Stafuzza (Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão); Henrique Silvestre Soares (Universidade Federal do Acre); Luciana Borges (Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão); Luzmara Cursino Ferreira (Universidade Federal de São Carlos); Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (CNPq-Universidade de São Paulo); Márcio Luiz Corrêa Vilaça (Universidade de Grande Rio); Maria Cândida Trindade Seabra (Universidade Federal de Minas Gerais); Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora - Portugal), Maria Helena de Paula (Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão); Odair Luiz Nadin Silva (Universidade Estadual Paulista/Araraquara); Ozíris Borges Filho (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), Phablo Roberto Marchis Fachin (Universidade de São Paulo); Regma Maria dos Santos (Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Federal de Goiás).

Conselho Consultivo: Antônio Donizete Pires (Universidade Estadual Paulista/Araraquara); Dominique Maingueneau (Université Paris-Est Créteil Val de Marne); Leo M. Wetzels (Vrije Universiteit Amsterdam - Holanda); Márcia Elizabeth Bortone (Universidade de Brasília); María Dolores A. Ramírez (Universidade Estadual Paulista/Araraquara); Maria Imaculada Cavalcante (Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão); Patrick Charaudeau (Université Paris Nord - Paris XIII); Sílvio de Almeida Toledo Neto (Universidade de São Paulo); Solange Fiuza Cardoso Yokozawa (Universidade Federal de Goiás); e Sonia Branca-Rosoff (Université Sorbonne Nouvelle/Paris III).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS

LINGUAGEM – ESTUDOS e PESQUISAS

Linguagem - Est. e Pesq., Catalão-GO. Vol. 16, n. 1, 159 p.
2012

Linguagem – Estudos e Pesquisas é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu,* Mestrado em Estudos da Linguagem, do Departamento de Letras do *Campus* Catalão da Universidade Federal de Goiás.

Endereço para correspondência

Departamento de Letras – Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Sala 2, Bloco E – CEP: 75.704-020 – Caixa Postal 56 – Setor Universitário – Fone (64) 3441-5304. Catalão-Goiás-Brasil.
Linguagem – Estudos e Pesquisas pode ser acessada no sítio: http://www.revistas.ufg.br/index.php/lep/index

Editores Responsáveis
Braz José Coelho e Maria Helena de Paula

Organizadores deste Número
Antônio Fernandes Júnior e Maria Helena de Paula

Diagramação
Jozimar Luciovanio Bernardo, Maria Gabriela Gomes Pires e Maria Helena de Paula,

Revisão dos *abstracts*
Alexander Meireles da Silva

Revisão dos originais
Os editores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (GPT/BSCAC/UFG)

L755 Linguagem – estudos e pesquisas / Revista do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras do *Campus* Catalão – UFG. – Vol. 16, n. 1 (jan./jun. 2012). – Catalão: Universidade Federal de Goiás, *Campus* Catalão, Departamento de Letras, 1997-
v.: il.; 21 cm.

Semestral
Publicado pelo Departamento de Letras do *Campus* Catalão – UFG, 1997-2011; pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras do *Campus* Catalão – UFG, 2011-
Editores responsáveis: Braz José Coelho e Maria Helena de Paula.
Organizadores: Antônio Fernandes Júnior e Maria Helena de Paula.
Descrição baseada em: Vol. 16, n. 1 (jan./jun. 2012).
ISSN: 1519-6240

1. Letras – Periódicos. I. Universidade Federal de Goiás, *Campus* Catalão. Departamento de Letras. II. Título.

CDU: 8 (05)

Aceitam-se colaborações e solicita-se permuta
We Ask For Exchange
On demanche échange
Pédese canje

Tiragem deste volume: 200 exemplares

SUMÁRIO

Editorial
Antônio Fernandes Júnior
Maria Helena de Paula.....11

Texto de autor convidado

1. **A paródia: uma estratégia de provocação?**
   Ida Lucia Machado.....15

Dossiê: Interfaces da Análise do Discurso

2. **A reconfiguração do ciúme em *A mulher sem pecado***
   Ana Érica Reis da Silva
   Elza Kioko Nakayama Nenoki Murata.....33

3. **Arquivo e memória da *CECLE*: o documento sob o olhar da linguagem**
   Danilo Corrêa Pinto
   Simoni Tiemi Hashiguti.....51

4. **A relação língua, sujeito e discurso nos estudos sobre a linguagem: a concepção pechetiana e benvenistiana**
   Juliane Tatsch.....65

5. **Política de língua e ciberespaço: linguagem, cultura e identidade digitais**
   Julio Cesar Machado 83

6. **Polifonia como efeito discursivo**
   Luís Fernando Bulhões Figueira.....105

7. **A linguagem dos *sites* de relacionamento: uma perspectiva discursiva**
   Renan Belmonte Mazzola.....121

8. **Um estudo do discurso político na esfera política internacional**
   Renata Palumbo 137

CONTENTS

Editors Note
Antônio Fernandes Júnior
Maria Helena de Paula.....11

Guest author article

1. **La parodie: une strategie de provocation?**
   Ida Lúcia Machado (Guest author).....,.....15

Dossier: Interfaces of Discourse Analysis

2. **The reconfiguration of jealousy in *A mulher sem pecado***
   Ana Érica Reis da Silva
   Elza Kioko Nakayama Nenoki Murata.....33

3. **Archive and memory from CECLE: documentation under the gaze of language**
   Danilo Corrêa Pinto
   Simoni Tiemi Hashiguti...,.....51

4. **The relation language, subject and discourse in the studies on language: the pechetianian and benvenistianian conception**
   Juliane Tatsch 65

5. **Policy of language and cyberspace: digital language, culture and identity**
   Julio Cesar Machado 83

6. **Polyphony as a discursive effect**
   Luís Fernando Bulhões Figueira 105

7. **The language of social networking sites: a discursive perspective**
   Renan Belmonte Mazzola.....121

8. **A study about political discourse in the international political sphere**
   Renata Palumbo.....137

EDITORIAL

Linguagem - estudos e pesquisas, em seu volume 16, número 1, se caracteriza pela diversidade de abordagens em Análise do Discurso (doravante AD), disciplina que vem, cada vez mais, ganhando visibilidade no cenário acadêmico. Este número conta com o dossiê "Interfaces da Análise do Discurso" e reúne textos que seguem perspectivas teóricas distintas de acordo com a filiação de seus autores. As contribuições se desdobram em estudos sobre a paródia, análise de obras literárias, memória e cultura em documentos de arquivos institucionais, ciberespaço, discursos políticos, parodísticos e discussões teóricas. A diversidade de enfoques da discursividade é a marca deste volume de AD, que acolhe artigos que dialogam com a tendência Semiolinguística (Patrick Charaudeau), Semiótica das Paixões (Greimas e Fontanille), e de estudos de AD que seguem filiações com a obra de Michel Pêcheux, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin, considerados como o tripé de sustentação da AD francesa. Seguindo a orientação de reunir textos de distintas linhas teóricas, e colocá-los em diálogo, a Revista agrega, neste número, artigos resultantes de estudos e pesquisas de docentes de instituições de ensino superior e de alunos em nível de mestrado e doutorado.

Nesse sentido, *Ida Lucia Machado*, professora do Programa de Pós-Graduação da FALE/UFMG, nos honrou aceitando o convite para publicar em nossa revista. No seu estudo sobre o caráter provocativo da "paródia" sob viés da Análise do Discurso de Linha Francesa e da Semiolínguistica criada por Patrick Charaudeau, demonstra que a paródia, ao ironizar e/ou carnavalizar o texto ou assunto de referência, lança um olhar crítico e "cínico" sobre a sociedade e suas práticas culturais e discursivas.

No estudo de *Ana Érica Reis da Silva*, aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Literários da UFG/FL, e de *Elza Kioko Nakayama Nenoki Murata*, Pós-Doutora e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFG/FL, deparamo-nos com uma análise do ciúme, construído na obra *A mulher sem pecado*, de Nelson Rodrigues, sob a perspectiva da Semiótica das Paixões (GREIMAS e FONTANILLE, 1993), contrapondo "paixão e ciúme" como elementos integrantes dos textos discutidos. As autoras estabelecem uma análise comparativa com as obras *Otelo* e *Dom Casmurro* para reafirmar a hipótese de que, nas obras em estudo, o

papel do ciúme cabe ao homem. Com isso, as estudiosas indicam, a partir do estudo proposto, sinais de mudanças em relação a posição ocupada pela mulher a mulher na sociedade brasileira.

O artigo de *Danilo Corrêa Pinto* e *Simone Tiemi Hashiguti,* aluno e professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, respectivamente, parte do acervo da Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras – CECLE/UFU, e aponta como os arquivos são espaços e "redes" de memória e, por isso, sua organização é guiada ou significada pela formação discursiva do arquivista sobre o que é um documento, seu tipo, sua função, sua duração. Os autores defendem que conceber "o arquivo pela perspectiva da linguagem, mais especificamente do discurso, é afirmar que os arquivos também são efeitos de linguagem, além do fato de que os arquivos não são totalmente imparciais".

O texto de *Juliane Tatsch*, doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), reflete sobre os conceitos de língua, sujeito e discurso a partir das reflexões de Émile Benveniste e Michel Pêcheux, com o objetivo de indicar as propostas desenvolvidas por esses autores e suas contribuições para o desenvolvimento da Análise do discurso enquanto disciplina.

O artigo de *Julio Cesar Machado*, doutorando em Linguística pela UFSCAR, problematiza as fronteiras entre o real e o virtual como alternativa de problematização do ciberespaço como lugar de construção de deslocamentos dos processos enunciativos e de instauração de outra política de língua. Ancorado pelos estudos da Semântica Histórica da Enunciação, o autor estabelece uma metodologia de leitura para o ciberespaço, buscando apreendê-lo a partir do funcionamento da enunciação nesse espaço fronteiriço e instaurador de novos usos da linguagem.

O estudo de *Luís Fernando Bulhões Figueira*, doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), problematiza o conceito de polifonia, inicialmente concebido por Bakhtin, a partir do quadro teórico da Análise do Discurso, dando-lhe um tratamento discursivo, vinculada ao conceito de sujeito, ao campo da leitura e história.

O texto de *Renan Belmonte Mazzola*, doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara, problematiza as práticas linguageiras dos *sites* de relacionamentos sob

a perspectiva dos estudos da Análise do Discurso, de linha francesa, buscando compreender como esses *sites* materializam discursos de uma dada época e de uma dada sociedade. Como cada época constrói determinados discursos e determinadas formas de sujeito, o autor irá demonstrar os perfis identitários que podem ser apreendidos pelos enunciados que compõem esses *sites*, tanto na sua dimensão verbal quanto não verbal, indicando uma proposta de análise semiológica do discurso.

O estudo de *Renata Palumbo*, doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas pela USP, discute como o tema da fome passa a fazer parte dos pronunciamentos do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A autora seleciona o pronunciamento realizado na Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, 2003 e, para análise, recorre aos conceitos de gêneros do discurso e ideologia propostos pelo círculo de estudos bakhtinianos. Com isso, o artigo indica que o ex-presidente, ao recorrer ao tema da fome ou ao uso de metáforas sobre o mesmo, coloca-se como porta voz do povo, assumindo-se como um sujeito capaz de falar com o povo, sobretudo, por trazer, em seus discursos, traços de sua história de vida de origem humilde. Com isso, constitui-se, discursivamente, como defensor das minorias.

Levando em consideração que analisar discursos é perseguir os rastros que a história inscreve nas manifestações textuais, oferecemos aos leitores, então, um farto e diverso grupo de textos de AD, oriundos de pesquisas realizadas por estudiosos das mais diversas regiões do Brasil, centralizados todos na linguagem, esse fio que nos tece e com que tecemos a história pioneira da nossa *Linguagem – estudos e pesquisas.*

Antônio Fernandes Júnior
Maria Helena de Paula
Campus Catalão-UFG
Junho/2012

A PARÓDIA: UMA ESTRATÉGIA DE PROVOCAÇÃO?

LA PARODIE: UNE STRATEGIE DE PROVOCATION?

Ida Lucia MACHADO[*]

Resumo: Neste artigo, abordaremos o fenômeno linguageiro da paródia, em uma tentativa de localizar alguns dos elementos que acompanham (ou parecem acompanhar) seus procedimentos de construção. A Análise do Discurso e mais especialmente a Semiolinguística, de Patrick Charaudeau, constituirá a base teórica do presente trabalho. Alguns excertos de textos paródicos ilustrarão o artigo e também serão usados como instrumental de análise. O artigo busca responder a questão: A paródia, claramente exposta seria uma estratégia de provocação para criticar alguém ou alguma coisa ou ela ambiciona apenas fazer rir aqueles que saberão reconhecê-la?

Palavras-chave: Paródia; Análise do Discurso; Ironia; Visada ou estratégia de provocação.

Résumé: Dans cet article, on approche le phénomène langagier de la parodie en essayant de cerner quelques éléments qui semblent accompagner ses procédés de construction. L'analyse du discours, plus spécialement la Sémiolinguistique, de Patrick Charaudeau est à la base de ce travail. Quelques extraits de textes contenant de la parodie illustrent cet article et se prêtent également à des analyses discursives dont le but est de montrer pourquoi la parodie est si utilisée depuis toujours. Serait-elle une stratégie de provocation, qui vise mieux faire passer une critique à quelqu'un ou à quelque chose ou veut-elle tout simplement provoquer le rire de celui qui saura la reconnaitre?

Mots-clés: Parodie; Analyse du Discours; Ironie; Visée ou stratégie de provocation.

A partir do momento em que começamos a abrir as cortinas para tentar desvendar a *mise en scène* ou a encenação que faz parte desse curioso gênero discursivo que é a paródia, podemos imediatamente perceber o caráter carnavalesco que a envolve.

Propomos um jogo aos leitores, um jogo de "faz de conta". Vamos tentar "alegorizar" a paródia como o faziam certos poetas da Idade Média francesa para falar de entidades abstratas como o *Amor, a*

[*] Pós-doutora em Análise do Discurso pela Paris XIII e Paris III. Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE-UFMG). Bolsista Produtividade em Pesquisa 2 pelo CNPq. Contato: idaluz@hotmail.fr.

Paciência, a Inteligência, entre outras. Assim, visualizemos a paródia com um corpo, digamos como o da porta-estandarte da bateria de uma Escola de Samba do Carnaval brasileiro, já vestida e maquiada com sua fantasia de seda brilhante e colorida, pronta para desfilar, com seus adornos de plumas no alto de sua cabeça coberta por uma peruca com cachos brancos, sua saia rodada e armada e seu estandarte na mão. Ela é ali condessa de um tempo ou de um reinado francês que passou e ao mesmo tempo a dançarina que carrega o nome da Escola. Ela está fantasiada como uma nobre do século XVII ou XVIII. Ela mostra um certo *panache*, uma certa insolência no alto de suas sandálias de salto altíssimo, ela mostra a alegre inconsequência daqueles que zombam do sério, do real, uma insolência que oscila entre a cabotinagem e a inocência. Nem Maria Antonieta, nem madrinha da bateria, a porta-estandarte leva em si a dignidade de sua posição duplamente "real": aquela que sua fantasia sugere e a de representar a sua Escola da Samba. A paródia vista sob essa forma de "alegoria medieval" poderia ser esta bela e competente sambista, oscilando entre efeitos de real e efeitos de ficção...

Expliquemos nosso apelo a tal alegoria. De fato, a paródia, enquanto fenômeno linguageiro ousa misturar discursos, estilos, autores, épocas e culturas, conseguindo realizar a difícil façanha de "homenagear agredindo" ou de "agredir lisonjeando" algo ou alguém. No caso da alegoria que propusemos é preciso lembrar que para nós brasileiros, ela nos pareceria habitual, não veríamos nela nada de ofensivo; porém sabe-se lá o que um estrangeiro assistindo pela primeira vez o carnaval brasileiro poderia pensar... Ainda mais se a Escola de Samba da porta-estandarte em questão propusesse como tema (como é feito tantas vezes) algo que para ele parecesse realmente mais agressão que homenagem.

Vemos assim a paródia como um elemento que subverte uma ordem já estabelecida, no "mundo normal". Mas, ela opera uma "subversão legalizada". A junção de vozes que é própria à paródia esconde e desvela uma visada provocadora, insolente, e às vezes, segundo o lugar onde ela se insere (conto, romance, filme, escola de samba, etc.) – uma visada impertinente e até de gosto duvidoso.

A paródia é um caldeirão, no qual diferentes ingredientes são reunidos e ficam fervendo, prontos para fazer explodir em uma batalha

feroz ou em uma batalha de brincadeirinha, como vemos nas histórias dos albuns de Astérix, criados pelos autores Goscinny e Uderzo.

Não negamos um certo lado "mau", "destruidor" vindo por parte da paródia, mas, desde que começamos a estudar o fenômeno – e isso já remonta a algum tempo – tentamos mostrar que a paródia merece um pouco mais de simpatia, que ela pode ser vista através de um outro ângulo que ressalte seu caráter de produção linguageira com fins lúdicos e que carrega sempre consigo a ironia: ao nosso ver, a ironia ou o desejo de ironizar, constituem os ingredientes de base da paródia, aquele "algo a mais" que podem lhe conferir o necessário sabor picante.

Neste artigo, abordaremos o tema da paródia, visto à luz da Análise do Discurso (doravante AD). Partimos do princípio de que a paródia é o resultado de uma "*mise en écart* desejada" entre um texto e outro e que isso implica em um trabalho de re-escritura, trabalho no qual o *parodista* faz entrar, através da ironia, doses ínfimas, pequenas ou grandes de *vis comica*.

Como todos os fenômenos linguageiros, a paródia implica em um contrato a ser estabelecido entre seu *sujeito comunicante* e seu *sujeito interpretante*[1]. Mas, o que é um contrato, no universo teórico da AD? Talvez uma metáfora para explicar o "porquê" dos atos comunicativos da vida em sociedade: o contrato é algo que precede e comanda a execução desses atos. E ele existe em função das diferentes situações nas quais os sujeitos da linguagem se veem inseridos.

Assim, quando o *sujeito comunicante* tem em mente uma visada de provocação ou de transgressão ele pode (se quiser), através de seu *sujeito enunciador*, dar ao seu ato de linguagem a forma e as cores da paródia. O que leva a supor que esta se enquadra em um projeto de fala, fruto de uma intenção pré-concebida.

Gostaríamos de demonstrar, neste artigo, que a paródia é naturalmente transgressiva porque contém requintes irônicos: vem daí seu (relativo) poder cômico. O humor paródico depende das diferentes

[1] Estes termos fazem parte da análise do discurso concebida por P. Charaudeau, em 1983 e servem para indicar que um simples ato de linguagem é constituído por quatro sujeitos (no mínimo): além dos dois citados, que se situam em um espaço externo – o da vida – existem mais dois, os *sujeitos-enunciador* e *destinatário*, que se situam em um espaço interno – o do mundo construído pelas palavras ou pelos diferentes discursos.

colocações irônicas e dos diferentes graus que o *sujeito-comunicante-parodista*[2] a ela conferir. E de sua recepção, é claro[3]. Paródias que nos faziam rir aos vinte anos de idade hoje podem simplesmente nos comover ou nos deixar indiferentes. O receptor de hoje, em suma, pode não ser o mesmo receptor de amanhã face às emoções que o uso de um determinado fenômeno linguageiro é passível de provocar. Nossas reações emocionais face à paródia, em geral, estão ligadas à nossa idade, cultura e também às nossas condições e experiências de vida. Ou são as situações *psicossocio-linguageiras* (CHARAUDEAU, 1983) que darão este ou aquele sentido aos atos de linguagem que nos rodeiam. Entre eles, coloquemos os atos paródicos.

1 A paródia respeita o gênero de base... ou não?

Para tentar responder a esta pergunta, faremos uma breve digressão, passando por algumas ideias vindas de Antoine Compagnon. O teórico, ao apresentar uma série de seminários na Universidade de Paris IV, na Sorbonne, em 2001, aproximou certos pontos que me parecem proveitosos para um estudo sobre a paródia, já que alguns deles se aproximam da visão que um analista do discurso pode ter sobre a questão. Assim, o teórico lembrou que, desde a Grécia Antiga, já existiam convenções e restrições ligadas à criação de uma dada forma de discurso; resumindo bem suas palavras, ainda hoje, a obediência a certas codificações é o que torna possível a distinção entre um dado gênero e outro.

> […] nenhum texto escapa de uma norma genérica/…/ Um texto fora de um gênero não é concebível; no entanto um texto afirma ou exibe sua singularidade em relação a um horizonte genérico, do qual ele se afasta, ao modulá-lo, ao subvertê-lo (COMPAGNON, 2005, p. 21).[4]

[2] Sujeito este que é uma criação nossa. Evidentemente ela se baseou na de *sujeito-comunicante* de Charaudeau.

[3] Quando falamos de "recepção" aqui estamos nos referindo, é claro, à recepção nos moldes dos conceitos lançados por Charaudeau (1983), ou seja: uma recepção ligada às intenções do *sujeito comunicante* produtor do ato de linguagem, que já inclui, neste ato o suposto receptor, após avaliar as condições de produção do ato.

[4] Tradução nossa de: " […] aucun texte n'est hors de toute norme générique […] Un texte hors genres n'est pas concevable ; mais un texte affirme ou affiche sa singularité par rapport à un horizon générique, dont il s'écarte, qu'il module, qu'il *subvertit*".

Este raciocínio pode ser aplicado à construção da paródia, *mutadis mutandis*, se nós a considerarmos como um discurso oriundo de um gênero dotado de uma visada provocadora ou transgressiva. A paródia só se torna um gênero por causa da distância que toma do texto parodiado, pela arte que emprega para modular tal texto, para "subvertê-lo".

Mas a paródia só obtém o título de "subversiva" porque ela emprega a ironia, seja de forma evidente, seja de forma sutil. É esse desejo de modificar o que já foi feito e aceito por uma determinada comunidade linguageira, de ousar adotar uma atitude "marginal" em um mundo cada vez mais submisso a regras e normas que nos fascina e nos leva ao estudo desse fenômeno linguageiro.

Enquanto estilo de escrita, sabe-se que a paródia está ligada à destruição e à reconstrução de um texto; este *a priori* seria um texto "sério". No entanto, sabe-se também que a paródia pode aparecer de um modo mais ligeiro e menos previsível: isso depende de seus utilizadores. Alguns deles, ao adotar a paródia – ou suas estratégias ou efeitos – não destroem completamente o texto-alvo: preferem abrir seus escritos para a intrusão lúdica de um elemento inesperado. Vê-se aí a presença de uma estratégia de escritura que visa à captação do auditório: o discurso paródico se manifesta através de um jogo que brinca de "esconde-esconde". Jogo inesperado e sedutor, por vezes malicioso, que vem perturbar o registro do discurso primeiro, abrindo-o para um discurso segundo.

É preciso insistir em um fato: a paródia faz parte do que se conviu chamar "discurso carnavalizado". Foi Bakhtin, em seu livro *La poétique de Dostoïevski* (1970), o primeiro teórico, ao menos ao nosso conhecimento, a conceituar e trabalhar esse tipo de discurso.

Se vista de um lado prático, a carnavalização, ou melhor, a aplicação de seus procedimentos permitiria a instalação de gêneros suscetíveis de assumir um contrato pré-determinado – como o fazem, aliás, todos os gêneros – salvo que o contrato em questão traria em si o *enjeu* de operar uma certa transgressão, seja sobre a forma, seja sobre as restrições discursivas, seja sobre os dados situacionais de um dado discurso.

Temos, no entanto, que examinar com um certo cuidado a relação entre a paródia e o gênero dos textos que ela toma como alvo. Dois casos são possíveis.

No primeiro, a paródia opera uma transgressão no conteúdo, mas, respeita o gênero de base; nesse caso, sua ação pode se dar de duas formas: (i) ou ela passa a "comandar o espetáculo" e o texto-alvo transforma-se em uma nova obra, considerada "obra paródica" ou (ii) ela age ou aparece por meio de fragmentos e o texto-alvo, ainda que por ela percorrido, não pode ser conceituado como "obra paródica"; irônica talvez, mas, não paródica. Citemos alguns exemplos para melhor ilustrar essas ideias:

(i) A paródia passa a "comandar o espetáculo" e o texto em que ela "atua" torna-se um texto paródico *in totum*: é o caso da obra *O retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde, que descobrimos, parodiado em uma revista Disney, da Editora Abril, mais precisamente, no volume 30 "Clássicos de Natal" (em quadrinhos e com personagens tais como Tio Patinhas, Donald, Margarida, "re-vivendo" a história de Wilde).

(ii) a paródia percorre um determinado texto, aparecendo aqui e ali, em fragmentos de enunciados, sustentados pelo narrador ou por uma de suas personagens. O texto-base, ainda que "visitado" pela paródia, continua a manter seu gênero primeiro, o que está na origem do contrato por ele estabelecido com seus leitores.

Observamos alguns casos, começando por (i). Notemos antes disso, que nesses casos a paródia parece ser duplamente transgressora já que ela vai subverter não apenas o conteúdo, mas também, o alvo de suas flechas. Nesse âmbito, o conto infantil *Le petit chaperon rouge* (*Chapeuzinho vermelho*) (PERRAULT, 1697) parece ser uma "vitima privilegiada" da paródia e dos *sujeitos-comunicantes-parodistas*, que não hesitam em "atacá-lo" e, na maior parte das vezes, levá-lo a abandonar seu gênero de base. A paródia então, como foi dito, passa a "comandar o espetáculo" e direciona o conteúdo do texto de origem para outros gêneros que o "gênero primeiro" ou o original.

Para começar, citemos o caso de alguns dos precursores da "Bossa-Nova" no Brasil: Ronaldo Bôscoli, Carlos Lyra e João Gilberto. Bôscoli escreveu a letra da canção que transcrevemos a seguir:

> *Lobo Bobo*
> Era uma vez um Lobo Mau // Que resolveu jantar alguém // Estava sem vintém // Mas arriscou // E logo se estrepou...// Um chapeuzinho de maiô // Ouviu buzina e não parou // Mas Lobo Mau insiste // E faz

> cara de triste // Mas chapeuzinho ouviu // Os conselhos da vovó // Dizer que não prá lobo // Que com lobo não sai só...// Lobo canta, pede // Promete tudo, até amor // E diz que fraco de lobo // É ver um chapeuzinho de maiô...// Mas chapeuzinho percebeu // Que o Lobo Mau se derreteu // Prá ver você que lobo // Também faz papel de bobo... // Só posso lhe dizer // Chapeuzinho agora traz // O Lobo na coleira
> Que não janta nunca mais... // Lobo Bobo...Huuuumm!

Como é fácil de verificar, trata-se de uma gentil paródia da história dos Irmãos Grimm. De conto ela se tornou canção e mais ainda: canção do gênero musical brasileiro "Bossa Nova". Mas a paródia aqui aplicada não mereceria este título se não respeitasse dados da narrativa primeira: assim, vemos logo no inicio da letra da música "Lobo bobo" o famoso "Era um vez...". Quem emprega esta expressão dirige ou quer dirigir sua narrativa para um "efeito de conto maravilhoso", como o diz Charaudeau (1992, p. 698). Por outro lado, na letra supracitada vemos também uma espécie de resumo prévio, ou antecipação da história nos primeiros cinco versos, pois o poeta anuncia que o lobo estava sem dinheiro, quis bancar o sabido, mas isso não lhe trouxe o resultado esperado. Note-se também que o poeta usa algumas estratégias de captação do leitor: ele o interpela, como se estivesse solicitando sua participação ou acordo: "Pra ver você ..."

Vejamos, em seguida, o caso de um filme dirigido por Todd Edwards, Cory Edwards e Tony Leech, feito em 2006 e que recebeu no Brasil o título de *A verdadeira história do Chapeuzinho vermelho*. No filme o conto infantil é também alegremente transgredido, mostrando uma Chapeuzinho entregadora de *cookies*, dotada de grande personalidade, cansada de sua vida, querendo mudá-la; uma vovô moderna; um lobo jornalista que quer averiguar a verdade dos fatos e um coelhinho, aparentemente inocente, mas, que é o verdadeiro vilão da história e assim por diante... A transgressão paródica se revela do princípio ao fim do filme. Assim o conto original, graças à paródia, transmigra para o gênero "filme de animação".

Outro exemplo: o escritor francês Yan Queffélec (2002, p.63-71) escreveu um "conto erótico" baseado no "conto infantil" em pauta. Entre "infantil" e "erótico" há que se convir que o tom da narrativa difere... No conto de Queffélec, uma jovem um pouco entediada por seu cotidiano, passeando na floresta, perto da casa de sua bela e ainda

jovem avó é primeiramente atraída por um belo carro italiano vermelho (Ferrari) que ela encontra em um dos caminhos desertos. Somente depois de "sentir o perfume de couro do belo automóvel" ela percebe o seu proprietário: trata-se de um belo italiano.... A atração entre os dois se opera... No final da história, a jovem diz muito contente, para sua mãe que ela havia encontrado um "lobo" na floresta. E completa com um ar malicioso: "nós dois nos devoramos".

A subversão genérica do conto atingiu também à publicidade. Na primeira década de 2000, assistimos, pela televisão a um belo filme feito pelo famoso cineasta francês Luc Besson para o perfume *Chanel n° 5*. A personagem principal, mais uma vez, Chapeuzinho é encarnada aqui por uma modelo loura, elegantemente vestida de vermelho (vestido e capa) que com um simples gesto para pedir silêncio (colocar o dedo indicador sobre sua bem maquiada boca) impõe docilidade a um lobo real, um magnífico animal que a segue. Ela abre as portas de uma estranha mansão e parte para Paris (representada pela Torre Eiffel), deixando sozinho o triste lobo, que começa a uivar. A Fera se rende à Bela, como em um outro conto infantil. No caso, se pensarmos na "transmigração" de gêneros, o gênero "conto" pula para o gênero "spot publicitário", que diz tudo em apenas alguns minutos.

Finalmente, podemos citar ainda outro filme, um longa metragem recentemente lançado nos cinemas. Trata-se do filme *Red Riding Hood* da diretora Catherine Hardwicke, no qual o lobo é substituído por um lobisomem. A história é até certo ponto fiel ao conto original, mas, como em todas as paródias (sendo que esta adota um tom mais "sério" que as outras por nós citadas) troca de lugar os papéis dos seus participantes...Assim, em uma cidadezinha medieval assombrada por um lobisomem, uma jovem se apaixona por um pobre lenhador órfão, o que não agrada muito à sua família. O conto de Perrault deixa o gênero "conto infantil" para assumir o gênero "cinema fantástico".

Todas essas mudanças, construídas em torno de uma personagem de ficção, merecem uma abordagem mais aprofundada que as simples considerações que aqui apresentamos. Em nossos estudos sobre paródia, verificamos que existem textos que a ela mais se prestam que outros, bem como autores que chamam mais a atenção que outros para que sejam construídas novas versões (paródicas) de suas obras: ultimamente temos visto uma grande voga de transgressão

dirigida aos contos infantis de modo geral, além de *Chapeuzinho vermelho*. Mas muitos escritores célebres já foram também objeto de paródia[5].

Ainda o conto "Chapeuzinho vermelho": segundo teóricos que se dedicam ao estudo da personagem, ela é carregada de simbolismos, a começar pelo vermelho de sua capa, a cor vermelha sempre identificada com sangue ou sensualidade ou os dois reunidos. Mas, é também preciso lembrar que este conto foi construído como um projeto "educativo", ou seja, o de alertar as meninas da época contra o perigo das sexualidades alheias e, sobretudo de suas próprias sexualidades. Vejamos o que diz Zipes (2007, p. 91):

> Chapeuzinho Vermelho não representa apenas uma menina de uma cidadezinha qualquer, mas ela é o protótipo da inocência. Mas, o fato de ser inocente parece não ser suficiente. A menina deve aprender a temer sua própria curiosidade e sua própria sensualidade. Então, o propósito narrativo se encontra com os objetivos de socialização aplicados às meninas da época: se você não seguir o caminho certo, quaisquer que sejam as tentações da floresta escura, se você não for moralmente correta [...], então, você vai ser devorada pelo lobo, ou seja, pelo diabo, ou então por homens pervertidos, que só pensam em sexo.[6]

[5] Citemos aqui um caso entre tantos: os escritos de Victor Hugo sempre provocaram (mesmo entre seus contemporâneos do século XIX, na França) um certo desejo de paródia. Na verdade, o fato é até compreensível: Hugo foi o responsável pelo lançamento, em sua juventude, de um novo gênero, o drama romântico (por exemplo "Hernani") onde tragédia e comédia se fazem presentes. Hugo, de certa forma, sempre se opôs à rigidez de uma literatura ou de um teatro por demais clássico, à cega obediência a regras que vinham dos "Antigos". Assim agindo, com sua linguagem rica, talvez rica demais, Hugo deixou uma porta aberta (ou uma fresta) para as numerosas interpretações e transgressões paródicas que parte de sua obra recebeu ou recebe ainda. Acreditamos que a paródia ataca ali, naquele ponto que ultrapassa ou brilha mais que os outros.

[6] Tradução nossa de : "Le Petit Chaperon Rouge n'est plus une simple petite fille de village mais le prototype de l'innocence. Qu'elle soit innocente ne semble d'ailleurs pas suffisant. La petite fille doit apprendre à craindre sa propre curiosité et sa propre sensualité. Alors le propos narratif rejoint les objectifs de socialisation des petites filles à cette époque : si tu ne restes pas dans le droit chemin, quelles que soient les tentations sensuelles de la forêt sombre, si tu n'es pas ordonnée et morale […], alors tu seras dévorée par le loup, c'est-à-dire, le diable, ou des mâles affamés de sexualité".

Desse modo, o conto já carrega em si o peso deste dever de preparar as meninas para os perigos do sexo. Isso explica as técnicas persuasivas que correm pelo texto original, e que funcionam como um elemento de captação para a "verdade" ou para a "lição" do conto. Desse modo, as paródias que a ele se seguiram ou que dele se originaram, carregam também em si essas marcas de socialização e politização. Ou, em outras palavras: o tema da menina que é sedutora porque usa uma capa vermelha se transforma conforme a época.

De modo geral, o que vimos nos exemplos citados é que a personagem Chapeuzinho do conto de origem, tão inocente e passiva face ao lobo feroz foi paulatinamente sendo transformada em uma personagem mais velha (uma adolescente ou uma jovem mulher) e mais ativa, que não mais sofre a agressão, mas, que enfrenta o agressor e o domina. Seja como for, não é somente Chapeuzinho que muda, mas também o lobo: em todas as versões paródicas por nós rapidamente mostradas vemos um outro lobo que o "primeiro". O lobo mau foi "destruído" e "reconstruído", bem nos moldes dos processos de fabricação paródica... Destruir para fazer que do velho texto ressurja o novo: eis a meta ambiciosa de todos os parodistas, de todos os tempos, em suma.

Para finalizar o segmento apresentemos um exemplo para ilustrar o que nomeamos, páginas atrás, por um (ii), ou seja, um caso em que a paródia se faz presente, desliza no texto, mas não impõe a ele um novo gênero. Trata-se de um trecho do conto "O espelho – Esboço de uma nova teoria da alma humana" (MACHADO DE ASSIS, 1882). Nele o narrador dá a palavra a sua personagem Jacobina, que, na sua juventude, vítima de sua própria cabotinagem, se deixou levar por elogios e construiu uma "alma exterior" que a fez deixar de lado sua "alma interior", isso por causa da satisfação que lhe causava sua própria visão no espelho e nos olhos dos outros, quando vestia sua bela farda de alferes. Mas quando, por uma série de acontecimentos, Jacobina é deixado sozinho em uma casa de campo isolada, ele não consegue mais se ver sem sua farda de alferes, suas "duas almas" se confundem ou se opõem: sua imagem no espelho, sem o belo uniforme, se torna difusa. Transcrevemos aqui parte do trecho que

mostra as angústias dessa personagem[7]:

> Mas quando acordava, dia claro, esvaía-se com o sono a consciência do meu ser novo e único, - porque a alma interior perdia a ação exclusiva, e ficava dependente da outra, que teimava em não tornar... Não tornava. Eu saía fora, a um lado e outro, a ver se descobria algum sinal de regresso. *Soeur Anne, soeur Anne, ne vois-tu rien venir?* Nada, coisa nenhuma; tal qual como na lenda francesa." (MACHADO DE ASSIS, "O espelho", p. 268).

O que um enunciado vindo do conto *Barbe Bleue (Barba azul*), (PERRAULT, 1697) está fazendo aqui? No âmbito da situação narrada, há uma espera, bastante aflitiva e que toca a loucura, vinda por parte da personagem machadiana, vítima do que poderíamos chamar de "armadilha do espelho" ou da "confusão mental entre o *ser* e o *parecer*". A inclusão do apelo da esposa de Barba Azul a sua irmã é logo no mínimo curiosa, em tal contexto.

O procedimento paródico rompe o tom geral dado ao conto *Barba Azul* e o conto do próprio Machado: as palavras de apelo da heroína de Perrault somadas às inquietações de Jacobina. Este confuso ser, com suas elucubrações existenciais e filosóficas, ao adotar o discurso da esposa aterrorizada de *Barba Azul* é desmoralizado, ou se autodesmoraliza e deixa aparecer o seu verdadeiro "eu", até então escondido pela bela farda: e este "eu" é o de um ser que em sua cabeça, confundiu o "ser" e o "parecer" de um modo um tanto quanto alucinado. O narrador parece rir sorrateiramente da angústia dessa personagem, por meio dessa alusão paródica (ou lembrança da fala da esposa de Barba Azul) que talvez possa surpreender o leitor do conto ou no mínimo, causar-lhe uma sensação de estranheza...O apelo de socorro da personagem feminina do estranho conto *Barba Azul*, deslocadas de seu contexto primeiro e introduzidas na fala de Jacobina, personagem machadiana, se abrem para outras interpretações, são palavras "bivocais" (BAKHTIN, 1970, p. 62).

Mas o conto machadiano citado continua a manter sua forma genérica primeira, apesar da inclusão da paródia realizada sobre sua personagem principal: no âmbito de uma classificação genérica,

[7] E que, no âmbito do conto foram por ela narradas, a um grupo de amigos, muitos anos depois dos acontecimentos.

veremos que se trata de mais um conto filosófico e irônico, mas não de um "conto paródico". O gênero e o contrato de base foram assim respeitados.

No próximo segmento examinaremos ou tentaremos nos aproximar da paródia vista como uma estratégia de provocação ou de subversão.

2 A visada provocativa da paródia

Que a paródia mude o gênero parodiado ou não, algo em comum permanece em ambos os casos: trata-se da visada provocativa do fenômeno linguageiro. Observemos um exemplo, que pode melhor ilustrar o que foi dito:

> **Lars Von Trier diz entender Ed Motta e é expulso de Cannes**
> 19/05/2011 16:02 | Categoria: Celebridades
>
> CANNES - Lars Von Trier causou mal estar ontem à noite numa entrevista coletiva, quando elogiou o programa *Lara com Z*: "Susana Vieira é uma das atrizes mais libertárias do nosso tempo", disse o diretor dinamarquês. "Casou com quem quis, tomou o microfone de quem quis e deu um selinho na Hebe Camargo. Cogito convidá-la para o papel de Virgem Maria no meu próximo longa metragem, *Pecado*, que será rodado em Duque de Caxias", revelou. — Leia o post completo. (The i-piaui Herald, O blog do diário mais elegante do Brasil. Diretor Redação: Olegário Ribamar, 21/05/2011, http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/herald).

A revista *Piauí*, lançada no Brasil em outubro 2006[8] logo mostrou sua linha de conduta: mensalmente, além de comentar as noticias mais em evidência no Brasil e no mundo, o faz com um toque de humor e ironia, algo que estava ausente do Brasil desde o jornal *O Pasquim* (que existiu de 1969 a 1991). *Piauí* mantém posições ideológicas politicamente corretas e não esconde o prazer indescritível que tem em fazer cair certos mitos, em zombar dos estereótipos, em discorrer com elegância e com toques literários sobre assuntos

[8] *Piauí* foi idealizada por João Moreira Salles, é editada pela Editora Alvinegra, impressa pela Editora Abril.

variados. Nesta revista vemos também a presença da paródia, aqui e ali.

Mas, além de *Piauí*, localizamos também o curioso *site* que publicou a chamada que transcrevemos acima. Esse *site* faz paródias...de uma revista que já usa muito este fenômeno linguageiro! Assim, a "chamada" por nós escolhida tem como personagem principal o controverso diretor de cinema Lars Von Trier: em 19 de maio de 2011, ele lançou em pleno Festival de Cannes, enunciados bizarros defendendo as ações de Hitler, na Segunda Guerra mundial: tal fato causou sua expulsão do Festival. No *The i-piaui Herald* os enunciados de Von Trier são deslocados no espaço, viajam de um mundo para outro, de Cannes para o Brasil (ainda que estes dois mundos sejam "o das celebridades"). Assim, lemos na "chamada" do jornal supracitado, duas razões (ambas tendo recebido a "cor local brasileira") que ocasionaram a expulsão do cineasta: 1ª.) Seu apoio a Ed Motta; 2ª.) sua simpatia pela atriz de telenovelas Suzana Vieira: ele a aprecia tanto que vai convidá-la para atuar em um de seus filmes. Este filme será sobre a Virgem Maria e terá como título *Pecado*. Além do mais, será rodado em Duque de Caxias... Nesse caso, a paródia desliza para o absurdo e para cômico. Ela destrói completamente o caráter trágico e desrespeitoso do ditos reais do cineasta. Na paródia, tanto Ed Motta quanto Suzana Vieira são apresentados como "calamidades" públicas (no lugar de...Hitler!)! Von Trier é comparado ou nivelado aos dois artistas brasileiros que elogia: todos são no mínimo, meio loucos, ao menos para o redator da chamada ou da pseudo chamada. Ela oferece várias possibilidades de leitura ou vários contratos (dentro do gênero paródico), é claro, conforme seus diferentes leitores; tanto pode ser lida como uma "piada", para os que conhecem o *site*, como também como a paródia de um acontecimento que, pela inconveniência de seus propósitos se transformou em uma espécie de *fait divers*.

Ora, todo *fait divers* carrega em si algo de trágico, de insólito. Convenhamos que é triste ver uma personalidade do cinema aproveitar-se de um Festival, de uma reunião que será divulgada em todos as televisões do mundo, para tecer elogios a um malfeitor.

Consideraremos que a produção do "Piauí-Herald" é paródica e que ela tem uma forte dose de ironia a sustentá-la. Esta ironia anuncia uma ambiguidade argumentativa, pois, vai desvelar uma enunciação paradoxal, na qual o *sujeito-enunciador* não valida sua

própria enunciação, no momento em que a enuncia (BERRENDONNER, 1981, p. 182). Pode-se assim dizer que a história contada por essa paródia (de notícia? De *fait divers*?) se for vista como uma espécie de *macro ato de linguagem*, comandado pelo enunciado "Lars Von Trier diz entender Ed Motta e é expulso de Cannes" segue um movimento autodestrutor, pois ela se autoanula no ato que a liga à noticia verdadeira. A chamada do "Piauí-Herald" "brinca" em torno de certos enunciados tabu, em torno de ditos "impróprios": mas, os transfere para outros personagens, conhecidos de todos aqueles que se deliciam com tudo o que a televisão brasileira transmite.

Existe uma espécie de "desafio" na chamada e ele anuncia um acontecimento trágico já que existem pessoas que ousam no mundo atual, proferir tais infâmias. Mas, ao mesmo tempo, a paródia realiza uma espécie de exorcismo, uma conjuração para evitar que este mal aconteça, ou seja, por demais dramatizado. Ela o enfatiza justamente para o desmerecer. A ironia – que dá consistência a esta paródia – e a todas as paródias do mundo – aparece aqui na fusão de dois conjuntos que se opõem no curto espaço da chamada: o primeiro se encontra no explícito da chamada do "Piauí-Herald"; o segundo, no seu implícito, ou seja: na verdadeira afirmação do cineasta, que foi alvo da paródia. Os dois conjuntos, assim reunidos têm ao menos o mérito de serem insólitos, pois, o humor (humor negro, diga-se de passagem) percorre a "alegre" e um pouco "maluquinha" notícia parodiada. Observamos assim que a paródia comanda uma visada de provocação, enquanto fenômeno linguageiro. E isso a transforma, ao nosso ver, em uma estratégia comunicativa.

Para concluir

Podemos realmente afirmar a existência de um certo "humor" na paródia? De um "humor" que não seja extremamente sombrio? Talvez fosse melhor falar de "presença do lúdico" que de "presença do humor", se bem que uma coisa possa levar a outra. Mas, o lúdico supõe "jogo" e "jogos" podem ser extremamente sérios. E paródias podem ser também "sérias".

"Se quisermos que tudo fique como está, é necessário que tudo mude!"[9] (TOMMASI DI LAMPEDUSA, 1958/1995, p. 66). Nesse sentido, o *sujeito-comunicante-parodista*, muda uma produção linguageira; mas, ao fazê-lo, ela a mantém viva... Procedimento paradoxal que visa ao mesmo tempo, tanto à demolição quanto à manutenção do texto-base ou texto-alvo da paródia. Os antigos textos que ficam sob os novos continuam, de uma forma ou de outra, a dialogar entre si.

Tentamos mostrar ao longo desse texto – talvez, de modo mais implícito que explícito – que a paródia é um ato profundamente dialógico: o sujeito-comunicante-parodista deve apelar para outras vozes para compor a paródia. Seu texto depende de vozes que já se manifestaram em um dado momento. A paródia é um texto centrado no *déjà vu/déjà entendu/déjà lu* ou no "já visto/ já escutado/já lido". É um texto refeito sobre um outro, graças a um outro.

Mas ao mesmo tempo, lembremo-nos que "[...] Toda representação da vida é um jogo, algo que o duplo sentido da palavra "jogo" deixa bem evidente"[10] (JEAN SAREIL, 1984, p. 103).

Estas palavras podem ser assimiladas às de Charaudeau (1983, p.13) quando o linguista ao discorrer sobre a formação de signos afirma que estes são criados "[...] em um jogo de agressão e de cumplicidade, jogo este interpretado pelos atores da linguagem, nesta afirmação de uma especificidade e de um consenso que se interpelam de modo dialético no mesmo ato linguageiro". No caso deste artigo, podemos *mutatis mutantis*, substituir "signos" por "práticas paródicas".

Assim agindo, somos obrigados a assumir que a paródia traz em si grandes doses de agressão e cumplicidade. Ela agride – seja de um modo refinado, subtil, seja de um modo insolente e por vezes grosseiro – os pensamentos e o ditos de alguém, sempre buscando, porém, a cumplicidade do "outro", daquele que vai decodificá-la. Ela possui uma visada particular, ela é uma estratégia de provocação dentro de dado contexto e solicita a adesão de um interlocutor para ser identificada como tal: ela se constrói assim em uma relação de intercompreensão.

[9] Tradução livre e adaptação nossa da célebre frase: "Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi!".
[10] Nossa tradução de: "Toute représentation de la vie est un jeu, le double sens du mot représentation le laisse clairement entendre".

Antes de concluir, gostaríamos de lançar algumas reflexões rápidas sobre o riso paródico. Para nós, trata-se, sobretudo, de um riso catártico: rimos ao ver os "grandes", os "poderosos" reduzidos a um estado mais humano, mais frágil. Rimos também quando reconhecemos em algumas paródias nossos próprios defeitos, estampados nos defeitos do "outro". Em resumo, trata-se de um riso um tanto quanto diabólico em relação à mediocridade dos seres humanos. Mas, é preciso dizer que a paródia não busca, necessariamente, provocar o riso: ela lança um olhar cínico e desabusado sobre os homens, suas representações linguageiras e culturais. Rirá quem puder ou quiser. A paródia, mesmo se não for "autosuficiente" no âmbito de sua construção, oferece uma ponte, uma passagem entre a provocação, a indignação (ou a diversão) e a reflexão crítica.

Referências

BAKHTINE, Mikhaïl. *La poétique de Dostoïevski*. Seuil: Paris, 1970.

BERRENDONNER, Alain. *Eléments de pragmatique linguistique*. Minuit: Paris, 1981.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langages et discours*. Hachette: Paris, 1983.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Hachette: Paris, 1992.

COMPAGNON, Antoine. Avant-propos. In: STISTRUP JENSEN, Merette; TRIROUIN, Marie-Odile (textes réunis et présentés par) *Frontières des genres – Migrations, transferts, transgressions*. Presses Universitaires de Lyon: Lyon, 2005. p.16-34.

DYSNEY. *Clássicos da Literatura – Um conto de Natal – O Retrato de Dorian Gray*, Editora Abril: São Paulo, 2010. p. 87-146.

FRANCE, Anatole. *Les Sept femmes de la Barbe-Bleue et autres contes merveilleux.* Calmann-Lévy: Paris, 1909.

QUEFFELEC, Yan. Le Petit Chaperon rouge. *Les contes de Perrault revus par...* Editions de La Martinière: Mayenne, 2002. p. 61-71.

MACHADO, Ida Lucia. Teorias e discursos transgressivos. *Revista de Estudos da Linguagem*, V. 15, n° 1, Editora UFMG: Belo Horizonte, 2007. p. 109-128.

_____. Parodie, ironie et sémiolinguistique. *Le langage et l'homme*, vol. XXXXII, n° 2, E.M.E.: Bruxelles, 2007. p. 105-114.

MACHADO DE ASSIS. O espelho – Esboço de uma nova teoria da alma humana. *Papéis Avulsos* (1822). In: LEITE, Aluízio *et al*. (Org.) *Machado de Assis:*Obra completa em quatro volumes – volume II. Editora Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 2008. p. 322-328.

TOMASI DI LAMPEDUSA, Giuseppe. *Il Gattopardo*. Mondadori Editore: Milano, 1995.

SAREIL, Jean. *L'écriture comique*. PUF: Paris, 1984.

ZIPES, Jack. *Les contes de fées et l'art de la subversion*. Editions Payot & Rivages: Paris, 2007.

http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/herald

http://www.vagalume.com.br/ronaldo-boscoli/lobo-bobo.html

http://www.allocine.fr/film/fichefilm_gen_cfilm=170918.html

Recebido em 24/05/2010
Aceito em 30/09/2011

A RECONFIGURAÇÃO DO CIÚME EM *A MULHER SEM PECADO*

THE RECONFIGURATION OF JEALOUSY IN *A MULHER SEM PECADO*

Ana Érica Reis da SILVA[*]
Elza Kioko Nakayama Nenoki MURATA[**]

Resumo: No âmbito literário, podemos afirmar que é a paixão que movimenta a história, podendo contribuir algumas vezes para o seu desfecho. Na peça *A mulher sem pecado*, Nelson Rodrigues aborda a paixão do ciúme de forma diferenciada, pois o papel de ciumento cabe ao homem. A fim de investigar como ocorre a reconfiguração dessa paixão na peça, será realizado um cotejo com as obras *Otelo e Dom Casmurro,* que evidenciam o ciúme masculino, bem como seus respectivos personagens principais Lídia e Olegário, Capitu e Bentinho, Desdêmona e Otelo, apontando as semelhanças e divergências.

Palavras-chave: Paixão; Ciúme; Reconfiguração.

Abstract: In literature, we can say that is the passion that drives the story and can sometimes contribute to its outcome. In the play *A mulher sem pecado*, Nelson Rodrigues discusses the passion of jealousy in the different way, because the role of the jealous one is up to man. In order to investigate how the reconfiguration of this passion occurs in the play, it will be done a comparison with the plays *Otelo* and *Dom Casmurro*, which show the male jealousy, as well as their respective main characters Lídia and Olegário, Capitu and Bentinho, Desdêmona and Otelo, pointing their similarities and differences.

Keywords: Passion; Jealousy; Reconfiguration.

A paixão é um estado da alma e está relacionada a uma ação que move alguém a fazer algo por outra pessoa. No âmbito literário, podemos afirmar que é a paixão que movimenta a história/ enredo/ fábula, podendo contribuir algumas vezes para o desenrolar dos fatos e

[*] Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Área de Estudos Literários Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES/REUNI. Contato: anaerica86@gmail.com.

[**] Pós-doutorado e Doutora em Língua Portuguesa. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Contato: elzakm@terra.com.br.

para o seu desfecho, a partir de uma paixão específica que pode ser do ciúme, da inveja, da avareza e assim por diante.

A respeito da área que se ocupa de tratar sobre as emoções humanas, é a Semiótica que realiza estudos sobre as paixões, compreendendo-a como "estados de alma" (MELLO, 2005, p. 49) que passa pela modalização do ser e do fazer, estruturando sujeito, objeto e valor, a partir de situações de conjunção e disjunção. Sobre como a Semiótica passou a se interessar pelo estudo das paixões, Luiz Carlos Migliozzi Ferreira de Mello (2005, p. 49) afirma:

> A Semiótica, durante muito tempo, deixou de lado os estudos sobre as emoções humanas, temendo cair no subjetivismo da análise. Porém, com o aprofundamento nos estudos sobre a modalização do ser, o caminho tornou-se mais seguro. Ao estudar os valores investidos pelos sujeitos no objeto, foi possível detectar certos estados de alma desses sujeitos. É nesse momento que a Semiótica dedica-se ao estudo das paixões.

A partir de tais apontamentos, pretendemos analisar como a paixão na obra *A mulher sem pecado* de Nelson Rodrigues, nesse caso a do ciúme, é preponderante para o andamento e desfecho da história. Buscamos também entender as influências míticas na peça, a partir do mito clássico sobre o ciúme no casamento que é o de Hera e Zeus; investigar como ocorre uma reconfiguração dessa paixão, uma vez que o papel do ciumento agora não pertence somente ao feminino, mas também ao masculino, além de verificar a posição da mulher que não é mais vítima da vingança do sexo oposto. Para isso, realizaremos um cotejo da peça de Nelson Rodrigues com as obras *Dom Casmurro* e *Otelo*, clássicos exemplos literários sobre ciúme, e seus respectivos personagens principais Lídia e Olegário, Capitu e Bentinho, Desdêmona e Otelo, a fim de fazer uma comparação a respeito do ciúme, bem como verificar como esta paixão pode influenciar no comportamento das personagens.

A partir dos estudos realizados pela Semiótica, foi possível estruturar e definir paixões como a do ciúme. Esta é consagrada como paixão, a partir da relação que o sujeito, o ciumento, estabelece com seu objeto de valor que tanto pode pertencer a ele como não e com um rival que também pode de fato existir ou ser imaginário. O percusso passional faz parte de relações duais entre três actantes que constituem

o triângulo do ciúme (sujeito – objeto – rival), e a depender do ponto de vista do ciumento esse percuso pode resultar em sofrimento, temor ou angústia. O ciúme é uma paixão complexa, oriunda de uma organização narrativa patêmica anterior, em que o sujeito teme perder seu objeto de valor para um rival existente ou não. De acordo com Greimas e Fontanille (1993, p. 171):

> O ciúme aparece de súbito no fundo de uma relação intersubjetiva complexa e variável, presente por definição ao longo de todo o percusso passional: o temor de perder o objeto só se compreende aqui em presença de um rival ao menos potencial ou imaginário, e o temor do rival nasce da presença do objeto de valor que funciona como pivô.

As paixões complexas como a do ciúme são aquelas que um agente fiduciário impediria/ facilitaria o sujeito de alcançar o alvo pretendido. São apresentadas através de um estado inicial de espera, que pode ser simples ou fiduciário. O sujeito da espera é assinalado pelas modalizações do *querer ser* e do *crer ser*.

> Na espera simples o sujeito deseja estar em conjunção ou disjunção com um objeto de valor, sem, no entanto, nada fazer para isso [...] Na espera, o sujeito de estado deseja que a conjunção se realize, mas não quer ser o sujeito do fazer [...] Na espera fiduciária, o sujeito do estado mantém com o sujeito do fazer uma relação fundamental na confiança. O sujeito de estado pensa poder contar com o sujeito do fazer para realizar suas esperanças ou direitos, ou seja, atribui ao sujeito do fazer, um dever/fazer (GREIMAS *apud* BARROS, 2001, p. 63-64).

O ciúme ocorre quando a união entre o objeto e o rival ainda não aconteceu, o sujeito ciumento capta antes esta se concretize, e é estabelecida uma relação de rivalidade – S_1/ S_2. No entanto, se houve a união entre o objeto e o rival, cabe ao sujeito ciumento ou a vingança ou não fazer nada. Se optar por não fazer nada, resta apenas manter uma relaçao de apego com o objeto amado– S_1/ o, S_3 – e passar a sofrer com as relaçoes fiduciárias e epistêmicas que nutre. Sobre a configuração do ciúme, Greimas e Fontanille (1993, p. 172) afirmam: "O ciúme está na interseção da configuração apego e rivalidade, que

correspondem respectivamente à relaçao entre o ciumento e seu objeto – S_1/ O, S3 - e a relação entre o ciumento e seu rival – S_1/ S_2.".

O sujeito ciumento pode ser definido como alguém que está apegado a algo ou alguém. Esse apego é alimentado pela existência de um sujeito rival que pode ser ou não potencial, e aí o ciumento assume uma postura de rivalidade, consequência de seu apego/ zelo /ou desejo compulsivo pelo outro. A rivalidade é para o ciumento algo doloroso e que impede sua felicidade, pois implica na perda do objeto de valor, que na relaçaõ amorosa correponde a pessoa amada.

A única relação que o ciumento deseja de fato estabelecer com o objeto de valor é a de exclusividade, com a qual ele não lida com nenhum rival, e mantém uma relação de conjunção e estabilidade com a pessoa amada, assim, pode se dedicar ao outro sem nenhuma tensão, porém algumas vezes, o ciumento pode adquirir um papel patêmico, no qual sempre acha que tem um rival mesmo em potencial, daí então, muitas vezes passa a vigiar o objeto amado ou mesmo motivar a traição devido ao ciúme excessivo, caso que ocorre na peça *A mulher sem pecado*.

A peça de Nelson Rodrigues, *A Mulher sem pecado*, tem como tema o ciúme excessivo que o personagem Olegário sente por sua esposa Lídia, e é esta paixão que move a ação das persoangens, e colabora para o desfecho da história. A peça é dividida em três atos, faz parte do conjunto das Peças Psicológicas[1]. É a primeira peça do autor e constitui um drama que tem uma característica peculiar do teatro rodriguiano: o desfecho trágico. Apresenta diálogos rápidos e coloquiais, o que contribui para o ritmo acelerado e conturbado. A respeito desse gênero literário e mais especificamente na obra de Nelson Rodrigues, Maria Zaira Turchi (2003, p. 242) afirma:

> Antes de se tornar uma forma tradicional de literatura, o teatro é uma expressão da vida estritamente ligada ao mito por ser representação dos atos divinos. Os dramas rodriguianos parecem pôr em cena personagens anteriores à história e à civilização, no instante da queda original, com as degenerações todas de exilados do convívio com os

[1] O crítico Sábato Magaldi (2004) agrupou as peças de Nelson Rodrigues conforme as características que tinham em comum. *A mulher sem pecado* faz parte das Peças Psicológicas que agrupa ainda obras como: *Vestido de noiva*, *Valsa nº 6*, *Viúva, porém honesta* e *Anti-Nelson Rodrigues*.

> deuses ou do paraíso terrestre, sozinhos, abandonados a um destino implacável. As convenções impostas pela sociedade a uma existência civil ainda não existiam para encobrir e atenuar os efeitos da queda. A civilização castra os impulsos naturais e as convenções sociais e disfarçam as taras em valores culturais da raça para possibilitar a continuidade da vida.

A mulher sem pecado segue a vertente de tentar desmascarar a realidade da vida e da sociedade, julgando os valores hipócritas que surgem até mesmo numa relação conjugal, onde marido e mulher expõem seus desejos em meio ao ciúme, a desconfiança e o adultério. Nelson Rodrigues tinha a intenção de escrever uma peça com caráter que desvendasse a realidade mascarada da sociedade e para isso mergulha nos temas considerados subliterários, como afirma Sábato Magaldi (2004) ao comentar sobre a estreia da peça:

> Escrito em 1939, o "drama em três atos" subiu à cena no dia 28 de dezembro de 1941, no Teatro Carlos Gomes do Rio de Janeiro. Crítica e público reservaram-lhe um sucesso de estima. Nenhuma grande efusão, mas a certeza de que se tratava de alguém dotado para o diálogo e com a personalidade própria. Eu me pergunto se o receio de não atingir o público, familiarizado apenas com as comédias de costumes e o dramalhão, não determinou aqui, e em muitas outras peças, o caráter folhetinesco da narrativa. A real intuição do ficcionista resgatou *A mulher sem pecado* da subliteratura (MAGALDI, 2004, p.11).

A história se passa na casa onde mora Olegário, Lídia, o chofer Umberto, D. Aninha, a mãe de Olegário, Maurício, irmão de criação de Lídia, e que também será acusado de amante, e ainda D. Márcia, a mãe de Lídia, e a criada Inézia. Toda a ação da peça gira em torno do ciúme possessivo de Olegário que vive apenas em função de pensar se a mulher é realmente fiel: "A única coisa que me interessa é ser ou não ser traído" (RODRIGUES, 2003, p. 338). Para isso, o marido contrata as pessoas que trabalham em sua casa para vigiar Lídia, desde a ida à modista até a padaria perto de casa, controla os telefonemas, qual o cômodo da casa ela se encontra e o que está fazendo.

> Olegário (*parando a cadeira no meio do palco*) - Então? O que há?
> Inézia - Nada, doutor, nada de novo. Quer dizer...

> Olegário (*impaciente*) - Quer dizer o quê? Alguém telefonou para minha mulher?
> Inézia - Telefonaram, doutor. A manicura, perguntando se podia vir hoje. D. Lídia disse que hoje não. Marcou para amanhã.
> Olegário (*atento*) - Quem mais?
> Inézia - A modista. D. Lídia foi lá. Ah, também telefonou uma voz de mulher que eu não conheço.
> Olegário (*com o maior interesse*) - Hum! Voz de mulher, mesmo? (*aproxima-se*) Tem certeza que não era voz de homem disfarçada?
> Inézia (*hesitante*) - Não. Pelo menos, não parecia. Não, era voz de mulher, sim.
> Olegário - Você perguntou quem queria falar com ela?
> (*Inézia desconcerta-se.*)
> Olegário (*ríspido*) - Eu não lhe disse para perguntar sempre?
> Inézia (*contrita*) - Disse sim, doutor, mas...
> Olegário (*interrompendo*) - Mas. ... quê? Ela recebeu alguma carta?
> Inézia (*tirando do avental*) - Só um telegrama.
> Olegário (*curioso*) - Um telegrama. Deixe ver.
> Inézia (*entregando o telegrama*) - Se D. Lídia souber!...
> (RODRIGUES, 2003, p. 299-300).

A obsessão e o ciúme de Olegário são tamanhos que qualquer homem que tenha o mínimo de contato com Lídia pode ser seu amante, até uma pessoa coxa ou um transeunte qualquer que mora nas ruas. Para saber de tudo o que acontece com a esposa quando não está em casa, uma das pessoas que a vigia é o chofer Umberto, como podemos aferir no fragmento abaixo:

> Olegário (*embolsando o telegrama*) - O que é que há? A senhora saiu, aonde foi?
> Umberto (*mascando qualquer coisa*) - Saiu depois do almoço. Mais ou menos umas duas horas. Voltou às cinco horas.
> [...]
> Olegário - E você viu o quê? (*com desconfiança*) Eu acho que você me esconde as coisas! Eu pago para obter informações! (*noutro tom*) Ela foi aonde?
> Umberto - À modista.
> Olegário - À modista. Qual?
> Umberto - Aquela francesa. Aquela!
> Olegário - Sim, sim, sei. Continue.
> Umberto - Demorou lá...

Olegário (*em movimento*) - Quanto tempo?
Umberto - Quase uma hora.
Olegário (*parando a cadeira. De costas para Umberto*) - Uma hora?
Umberto - Sim, senhor.
Olegário - E depois?
Umberto - Depois foi à Confeitaria Colombo. Lá demorou mais ou menos uma hora e meia.
Olegário- Então, como foi? Sentou-se com d. Bárbara e d. Sandra.
Umberto (*displicente*) - E só?
Olegário (*ríspido*)- Que só, o quê? O que houve na Colombo? Quero saber de tudo!
Umberto- Eu fiz como o senhor disse: fiquei vendo se ela olhava para fora.
Olegário (*com atenção concentrada*)- E então?
Umberto (*com certa intenção*)- Bem, de vez em quando ela olhava para fora.
[...]
Olegário- D. Lídia estava olhando para alguém, para alguém... "particularmente"? Olhar sem querer, por acaso, ela podia olhar. Mas eu quero saber é se olhava para alguém com insistência.
Umberto (*depois de um silêncio, em voz baixa*)- Na calçada estava aquele sujeito coxo.
Olegário (*virando a cadeira para Umberto com espanto*) - Que sujeito coxo é esse?
Umberto - É um que sempre está na calçada quando D. Lídia vai à Colombo.
Olegário (*ainda espantado*) - E é coxo? Você nunca me falou dele! Mas que espécie de sujeito?
Umberto - Anda mancando. Tem uma perna mais curta do que a outra.
Olegário (*apreensivo*) - D. Lídia olha para ele?
Umberto (s*intético*) - Não.
Olegário (*noutro tom, com certo alívio*) - Ele olha para D. Lídia?
Umberto - Não.
(RODRIGUES, 2003, p. 301; 302).

Umberto é contratado para vigiar Lídia, e também passa a ser suspeito, já que para Olegário qualquer homem que mantenha alguma aproximação com a esposa pode ser um possível amante, mas o marido se tranquiliza ao saber que o chofer é emasculado devido a uma mutilação ocorrida na infância por um inimigo do pai, e isso, portanto,

não significaria ameaça. Porém, na verdade, a história contada pelo chofer não passa de uma mentira para despistar o ciúme de Olegário que jamais permitiria um homem viril perto de Lídia.

Não contente em somente o chofer vigiar a esposa, outro empregado que trabalha na empresa de Olegário, Joel, também vigia Lídia e revela que na época de solteira era conhecida no bairro do Grajaú como "V-8"[2], a notícia deixa Olegário atordoado e a partir de então começa a acreditar na infidelidade da esposa.

A situação que começa a ocorrer a partir da revelação de Joel entre Olegário e Lídia é de muitas brigas, insinuações e acusações, pois o marido fica cada vez mais obcecado sobre a fidelidade da esposa, e com isso cada vez mais desconfiado, faz insultos que deixam Lídia sempre mais impaciente com o ciúme do marido:

> Olegário (*com rancor e com voz surda*)- V-8! V-8, sim! Não adianta olhar pra mim dessa maneira, (*com escárnio*) V-8! No Grajaú era assim que todo o mundo chamava você. Ou vai dizer que não?
> Lídia (*desesperada*)- Você está vendo? É por isso que eu evito vir aqui! Para não ouvir o que você me diz! Para não aguentar seus ciúmes!
> Olegário (*com insistência cruel*) – Mas chamavam ou não você de V-8?
> Lídia (*sem lhe dar atenção às palavras*)- Engraçado, você não era assim!
> Olegário (*obcecado*)- V-8!
> (RODRIGUES, 2003, p. 314)

Porém, o que pode deixar o leitor mais surpreso, é que Olegário vive uma situação arquitetada por ele, finge estar paralítico a sete meses para testar se Lídia lhe seria fiel mesmo estando em uma cadeira de rodas. Após uma discussão com Maurício, irmão de Lídia, Olegário revela que não é paralítico e que sempre fingiu, fizera apenas para ter certeza de que a esposa era fiel:

> Olegário - Foi uma experiência... Uma experiência que eu fiz com Lídia... Precisava saber, ter uma certeza absoluta, mortal... Agora sei, agora tenho a certeza... Há, no mundo, uma mulher fiel... É a minha...

[2] Na peça, a expressão "V-8" que aparece na página 311, significa mulher namoradeira.

> E perdão, Maurício... Chama a tua mãe... Ela que me perdoe também... Vou me ajoelhar diante de Lídia... (*exaltado*) Milhões de homens são traídos... Poucos maridos podem dizer: "Minha mulher"... eu posso dizer - minha! (*riso soluçante*) Minha mulher (*corta o riso, senta-se na cadeira*) (*grita*) Lídia! Lídia! (RODRIGUES, 2003, p. 343).

Desse modo, é plausível caracterizar o ciúme excessivo de Olegário como um estado patêmico, uma vez que por temer perder sua esposa, para outro homem é capaz de mentir, e por isso, não consegue entrar em conjunção com seu objeto de valor por viver sob um sentimento de desconfiança e apego intenso. Segundo Greimas e Fontanille (1993, p. 183): "a intensidade do apego traduz-se pelo grau de investimento do sujeito por seu objeto.". A intensidade do apego de Olegário por Lídia fica explixíto nas mentiras que conta e por pagar os próprios empregados para vigiar a esposa com a finalidade de descobrir uma possível traição.

Na história o rival funciona primeiramente como imaginário, já que Lídia não traía, há uma relação de rivalidade – S_1/ S_2, pois a junção do rival com o obejto de valor é captada antes mesmo de acontecer, daí o que ocorre é o temor, por isso surge a necessidade de vigiar o outro, de frustar suas abordagens, de tentar desviá-lo do objeto até que se consiga excluir o rival. É o que faz Olegário ao atormentar a esposa com questionamentos, acusações e chantagens pela possibilidade dela ter um amante. Para ele o que poderia motivar uma traição seria o fato de ser paralítico: "Lídia (*numa explosão*)- Você não devia falar tanto na sua paralisia! Isso é quase - quase uma chantagem! Você me lança no rosto, todos os dias, essa paralisia! E eu nao posso reagir!" (RODRIGUES, 2003, p. 309).

Sem dúvida, há uma configuração não só do apego propriamente dito, mas de exclusividade. Ainda de acordo com Greimas e Fontanille (1993, p. 189): "a exclusividade prepara o terreno da rivalidade". No início, o rival era apenas virtual, não existia de fato, Olegário acusava a Lídia sem certezas, mas devido a tantos insultos e acusações, o marido implanta a traição na mente da esposa que cansa de ser tolerante, aí sim a relação deixa de ser de simples rivalidade – S_1/ S_2, é quando ocorre a traição, o rival antes virtual passa a ser real.

Cansada de ser maltratada pelas acusações do marido e seduzida pelo chofer Umberto, Lídia resolve com ele fugir para se

libertar dos ciúmes do marido, e assim viver uma vida feliz. Quando a traição ocorre de fato, pois Lídia fugiu com o amante, o que se configura é a questão do orgulho, o marido não formula um *dever-ser*, não atualiza que foi traído e abandonado, o que mais temia, se sente demoralizado e arrependido, pois no momento que decide contar a verdade, não é mais possível, já que a esposa fugiu deixando apenas uma carta. Sente então que se não tivesse fingido ser paralítico, talvez Lídia não tivesse ido embora.

A única saída para Olegário que não viverá com a ideia de ter sido traído é o suicídio, pois não consegue aceitar seu objeto de valor em consonância com o rival, se caracteriza "a típica cena de exclusão em que o rival e o objeto de ciúme são colocados dentro dela e o sujeito apaixonado fora" (FONTANILLE, 2003, p. 20). O crítico Sábato Magaldi (2004) comenta os motivos da traição de Lídia:

> O marido, com sua ideia fixa, meteu na cabeça de Lídia a noção do pecado: "Você me obriga a só pensar em homens, até em meninos de quatorze, quinze anos!" Foi de fato ele quem a empurrou para Umberto, o homem mais ousado que se encontrava à mão, e que serviu de fato para Lídia libertar-se daquele círculo opressor. (MAGALDI, 2004, p.15)

Toda a situação vivida por Olegário, desde a traição de Lídia até o suicídio, ocorre devido não só ao ciúme execessivo,mas também a sua ansiedade em saber se era ou não traído, por isso, se torna um sujeito agressivo e desconfiado. Já Lídia é uma mulher que tenta buscar a harmonia, não suporta as brigas provocadas pelo ciúme. Uma característica do seu comportamento é que está quase sempre na defensiva, pois não admite ser acusada de namoradeira, o que ela deseja é ser feliz, viver em quietude, por isso, abandona o marido para se libertar de toda aquela tirania. Sacrifica o casamento em prol da sua felicidade. Abandonar o marido nao significa uma destruição, mas um recomeço que faz parte do movimento natural da vida. Ao resolver fugir Lídia pretende dar continuidade a sua vida, o que é uma consequência dos atos do marido que de tanto acusar a esposa de algo que ela não faz, praticamente implanta a ideia de traição em sua mente, daí "o destino não é mais uma fatalidade, mas consequência dos atos dos homens." (PITTA, 2005, p. 33).

Na peça, a personagem Lídia não aparenta dependência sentimental do homem e do lar, por isso no final consegue ir em busca da própria felicidade sem remorso. No entanto, antigamente o comportamento da mulher sempre esteve associado como submissa do sexo oposto, e por ser vulnerável demonstrava ciúme. Essa caracterização da figura feminina provém desde a mitologia, onde o exemplo primordial de esposa dedicada ao marido e ao lar é o de Hera, que de acordo com Junito Brandão (1986, p. 35):

> Hera é a esposa rabugenta de Zeus. A deusa que nunca sorriu! Penetrando nos desígnios do marido, vive a fazer-lhes exigências e irrita-se profundamente quando não atendida com presteza. Para ela os fins justificam os meios. Para atingi-los usa de todos os estratagemas a seu alcance: alia-se a outros deuses, bajula, ameaça, mente.

Como se pode observar Hera é a esposa ciumenta, que deseja não só proteger seu lar, mas seu esposo, para isso persegue todas as amantes e seus respectivos filhos com Zeus. Vigia e vinga de quem quer que esteja em seu caminho. Zeus para se safar da esperteza da esposa, se metamorfoseia em qualquer coisa ou ser, um touro, uma chuva de ouro, no marido da amante, enfim algo que possa despitar Hera e seu ciúme possessivo.

Podemos notar que as características que definem Hera se aproximam de Olegário e não de Lídia. O que predomina no casamento tanto de Zeus e Hera como de Olegário e Lídia é o ciúme e o desejo de possessividade e exclusividade sobre o outro. Porém, sabemos que na mitologia não há narrativas que evidenciam o ciúme masculino, já que o homem é considerado superior a mulher e não pode demonstrar fraquezas. Assim, não há um personagem mítico que se aproximaria de Olegário, por ser o marido ciumento que comete suícidio ao saber da traição da esposa. O que ocorre é uma atualização do mito na contemporaneidade e, por isso, tanto o homem como a mulher podem apresentar as características de Hera no casamento, que é o modelo funcional para exemplificar a paixão do ciúme em *A mulher sem pecado*.

A atualização de um mito é algo totalmente plausível, uma vez que é ele quem vai fornecer os modelos e uma significação para o mundo, sendo um instrumento a mais na busca pela compreenssão da

existência humana e da realidade. De acordo com Maria da Piedade Eça de Almeida (1988, p. 59; 60):

> Estudando o mito, procurando refletir sobre seu sentido e significado, buscando sua constante atualização, procuramos ter em mente que ele é um dos ingredientes vitais da civilização humana e, apesar de ser uma realidade cultural extremamente complexa, pode e deve ser abordado e interpretado através de perspectivas múltlipas e complementares.

Conforme o mito de Hera que remonta a antiguidade, as personagens femininas ao longo do tempo, sempre foram esboçadas como ciumentas, possessivas, interesseiras e culpadas de causar aos homens suas maiores desgraças, como levá-los a cometer adultério e a própria morte.

A mulher sempre foi bem mais que uma figura de beleza e fetiche, algumas vezes era considerada pura e virgem, outras vezes acusadas de arquitetar planos de vingança e provocar a destruição de seus companheiros. Mas, até vir a ser uma figura distante de estereótipos, a mulher na literatura era representada como ser submisso à figura viril masculina e assinalada por cenas de ciúmes e passividade. A respeito da constituição do perfil da figura feminina na literatura, Ruth Silveira Brandão (1993, p. 297) afirma:

> Se não há inscrição de um significante feminino no inconsciente em contrapartida, há múltiplas representações ou encenações da mulher na literatura. A representação se busca reduplicar a realidade, acaba denunciando, como nos textos da modernidade, a impossibilidade de uma verdade que preexista à linguagem. E é na linguagem que se constitui a feminilidade, com mais possibilidades e mais liberdade que as representações viris, fundadas na metáfora fechada do falo.

Com o passar do tempo, e as mudanças ocorridas na sociedade, o papel da mulher no século XX se modifica, pois ela se torna independente e capaz de tomar decisões sem precisar da permissão do homem. Assim como as mulheres, as personagens femininas sofreram mudanças derivadas da evolução da sociedade, passaram a ganhar mais espaço no decorrer do enredo, a exemplo da personagem Lídia que toma sozinha as próprias decisões sem precisar consultar o marido,

atitudes como essa, afirmam a identidade marcante que a figura feminina assume na contemporaneidade.

Outra abordagem plausível condiz com relação à reconfiguração do ciúme, em *A mulher sem pecado*, Lídia assume uma postura diferenciada no que diz respeito a não ser a típica esposa ciumenta, ao contrário agora é a mulher quem passa a ser vítima e não mais o marido, é o que também ocorre com outras personagens femininas da literatura como Desdêmona, da obra *Otelo* de Willian Shakespeare, e Capitu, da obra *Dom Casmurro* de Machado de Assis, o que muda entre essas três personagens é a atitude que cada uma toma com relação ao ciúme de seus maridos.

Podemos considerar Lídia como um arquétipo da mulher contemporânea que firmou a sua independência e busca a própria felicidade. É a mulher autônoma, não consegue viver sob desconfianças e questionamentos que possam denegrir o seu caráter, vive com o olhar mirado no futuro e descarta a possibilidade de alienação ao sexo oposto. O arquétipo que simboliza Lídia difere em alguns pontos de Capitu e Desdêmona, personagens célebres que têm suas histórias como exemplos clássicos sobre o ciúme na literatura universal.

Lídia pode ser considerada uma representante da mulher que assumiu uma nova mudança de conduta diante dos impasses da vida, não é uma simples vítima de um ciúme ou vingança doentia. Já Capitu, personagem machadiana, é a mulher misteriosa, de olhos de ressaca dissimulados, e assim como Lídia e Desdêmona é suspeita de traição. No entanto, o adultério nunca foi de fato confirmado, o que é explícito é o ciúme que seu marido Bentinho sentia com relação ao amigo Escobar. No fragmento abaixo, fica claro o ciúme excessivo de Bentinho que se estendia também a outros homens:

> Por falar nisto, é natural que me perguntasse, sendo antes tão cioso dela, não continuei a sê-lo apesar do filho e dos anos. Sim, senhor, continuei. Continuei, a tal ponto que o menor gesto me afligia, a mais ínfima palavra, uma insistência qualquer; muita vez só a indiferença bastava. Cheguei a ter ciúme de tudo e de todos. Um vizinho, um par de valsa, qualquer homem, moço ou maduro, me enchia de terror ou desconfiança. (...)
> Capitu era tudo e mais que tudo; não vivia nem trabalhava que não fosse pensando nela. (ASSIS, 1997, p. 202).

O ciúme do marido de Capitu também se assemelha ao de Olegário, que desconfia de qualquer homem que possa se aproximar da esposa, e sendo uma relação que fica explícita a paixão do ciúme, o sujeito sente que pode perder seu objeto de valor para um rival. Já Desdêmona, personagem da tragédia de William Shakespeare, é casada com o general mouro e negro Otelo, e por isso assume um romance pouco convencional para o padrão de sua época, principalmente ao enfrentar o pai em favor de um marido da sua escolha.

A personagem shakesperiana é considerada como heroína por romper com os padrões de sua época. É a típica mulher que se pode notar em Hera no que condiz ser dedicada e fiel ao casamento e ao marido. Porém, na peça é explícito o discurso masculinizante que impera sobre as mulheres, e Desdêmona não se adapta a essa concepção. A personagem assim como Lídia, sofre com as inúmeras desconfianças e acusações do marido que passa a acreditar no que as outras pessoas dizem a seu respeito. A partir de então, Desdêmona se transforma aos olhos do marido de esposa apaixonada e determinada por esse amor em mulher lasciva e promíscua como podemos verificar no trecho abaixo:

> Desdêmona - Estou certa de que meu nobre esposo me considera honesta.
> Otelo - Oh, sim! Sem dúvida! Como as moscas no açougue, que recebem vida da podridão. Ó erva daninha, tão bela ao parecer e tão cheirosa que ofendes os sentidos! Oh! Se nunca tivesses vindo ao mundo!
> Desdêmona - Que pecado cheguei a cometer, sem que o soubesse?
> Otelo - Teria sido feito um tão formoso papel, tão belo livro, para nele ficar escrito o nome "Prostituta"? Que cometeste? Como! Cometeste, mulher pública? Destas minhas faces faria fráguas que reduziriam a cinzas a modéstia, se eu chegasse a dizer o que fazes. Cometeste? Tapa o nariz o céu; a lua,os olhos; o zéfiro lascivo que, à passagem, beija tudo o que encontra, se acomoda no oco das minas para que não saiba tudo o que fazes. Como! Que fizeste, rameira descarada?
> Desdêmona - Injustamente me acusais, pelo céu.
> Otelo - Não sois rameira?
> Desdêmona - Não; tão verdade, como eu ser cristã. Se este vaso guardar para o meu dono imune de qualquer contato impuro for não ser prostituta, não sou isso Otelo.

> Otelo - Como! Não sois rameira?
> Desdêmona - Não; tão certo como quero ser salva.
> (SHAKESPEARE, 2007, p. 53-54).

As acusações de infidelidade aproximam Lídia, Capitu e Desdêmona, que se encontram submersas em uma situação dramática, mas somente em *Mulher sem pecado* e *Otelo* o desfecho será trágico. É importante perceber que mesmo apresentando algumas semelhanças por serem vítimas da desconfiança de seus maridos, as personagens têm atitudes e reações bem diferentes com relação à acusação de adultério.

No caso de Lídia, a personagem decide ir embora e não é vítima de nenhum tipo vingança do marido, que bem diferente do que acontece em *Dom Casmurro* e *Otelo*, não é a mulher a vítima e sim o próprio marido que se suicida, por não conseguir imaginar a própria vida sem a esposa amada, um típico comportamento do ciumento que perdeu seu objeto de valor e se sente desmoralizado. Se compararmos ainda, com as obras cotejadas, a história se inverte, já que a figura feminina não foi submetida à ira do esposo traído.

Em *Dom Casmurro*, Capitu também sofre com as suspeitas do marido, porém, a traição não fica esclarecida, já que o livro é narrado em primeira pessoa pelo próprio Bentinho, que pode não ter contado a suposta cena do adultério, por não ter visto e não ter certeza, e assim não confirmar que a esposa era adúltera, a história é construída com base nas desconfianças do marido.

Por vezes, Bentinho pensou em se suicidar e até mesmo matar a esposa e o filho que acreditava ser do amigo Escobar, mas Capitu não morre pela vingança do marido, é abandonada com o filho em uma viagem que faz com Bentinho à Europa, e morre na Velha Suíça. Podemos aproximar Bentinho de Olegário pelo ciúme excessivo que ambos sentiam por suas esposas, porém Bentinho não se suicida, se permite viver com as lembranças da amada e com a suposta ideia de traição.

Na peça *Otelo*, Desdêmona é a vítima do ciúme descomunal do marido, que enfrenta a sua ira com um amor incondicional, mesmo sendo forçada a admitir a culpa, a esposa só fala do amor que sente e nega que tenha traído, mesmo assim é acusada, e como Otelo não admite que seu objeto de valor possa ter estado em conjunção com um

rival, mata a esposa asfixiada, logo após descobre que ela era inocente, mas é tarde demais, Desdêmona tinha sido vítima do ciúme excessivo do marido.

Os personagens Olegário e Otelo se assemelham, pois além da desconfiança que os cercam, acusam suas esposas com xingamentos, porém Otelo encontra na morte de Desdêmona uma forma de se vingar, enquanto Olegário busca na própria morte o consolo, seja pela mentira contada seja traição da esposa que ele causara.

Com base no cotejo realizado entre as obras, podemos perceber que na peça *A mulher sem pecado*, Lídia assumiu uma postura diferenciada com relação a Desdêmona e Capitu. É a mulher que nao suporta mais o ciúme e deseja viver a própria felicidade, mesmo que isso signifique o fim do casamento. É a partir da paixão do ciúme na peça que vai se desencadear todos os acontecimentos. O mito de Hera é retomado, mas evidenciado no sexo masculino, uma vez que assim como a esposa de Zeus, Olegário vive sob o sentimento da desconfiança, e sob o temor da traição, por isso, menti, vijia e chantageia a esposa, já que assim como os personagens Bentinho e Otelo deseja ter uma relaçaõ de exclusividade com a pessoa amada.

A mulher sem pecado é mais que uma simples peça sobre o ciúme, constitui uma reconfiguração deste, pois a mulher não é a mais a vítima do ciúme do marido, como acontece com Capitu e Desdêmona, ao contrário, cansada de ser acusada de traição Lídia decide fugir e reconstruir sua vida. Desse modo, percebemos que nessa reconfiguração da paixão do ciúme, a mulher assumiu uma nova postura de independência do sexo masculino, e que passa a ser colocada como capaz de superar as situações mais penosas e difícies. Assim, a peça de Nelson Rodrigues é representativa nesse sentido, visto que, reproduz as condições de vida mulher brasileira inserida em uma sociedade que exige sua independência e postura crítica para tomar decisões.

Referências

ALMEIDA, Maria da Piedade Eça de. Mito: metáfora viva? In: MORAES, Regis de (Org.). *As razões do mito*. Campinas: Papirus, 1988. p. 59- 67.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Indiana: Klick Editora, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade:* em torno de Mikhail Bakhtin. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

BRANDÃO, Junito. *Mitologia grega*. Volume I. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BRANDÃO, Ruth Silviano. *Mulher ao pé da letra*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993.

FONTANILLE, Jacques. *Jalousie* (Texto impresso em forma de apostila), 2003.

GREIMAS, Algidas Julien; FONTANILLE, Jacques. O ciúme. In:_____. *Semiótica das paixões:* dos estados das coisas aos estados de alma. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993. p. 171 -291.

MAGALDI, Sábato. *Tetro da obsessão:* Nelson Rodrigues. São Paulo: Global Editora, 2004.

MELLO, Luiz Carlos Migliozzi Ferreira. Sobre a semiótica das paixões. *Signum*. Estud. Ling. N. 8/2. Londrina. Dezembro, 2005. p. 47-64.

NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes dos Santos. Paixão em segredo. *Revista Anpoll*. N. 16. São Paulo. Jan/ Jun. 2004. p. 27-41.

RODRIGUES, Nelson. A mulher sem pecado. In:_____. *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 2003.

PITTA, Danielle Perin Rocha. *Iniciação à teoria do imaginário de Gilberto Durand*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

SHAKESPEARE, Willian. *Otelo*. Tradução de Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

TURCHI, Maria Zaíra. *Literatura e antropologia do imaginário*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Recebido em 27/07/2011
Aceito em 03/11/2011

ARQUIVO E MEMÓRIA DA *CECLE*[1]: O DOCUMENTO SOB O OLHAR DA LINGUAGEM

ARCHIVE AND MEMORY FROM CECLE: DOCUMENTATION UNDER THE GAZE OF LANGUAGE

Danilo CORRÊA PINTO[*]
Simone Tiemi HASHIGUTI[**]

Resumo: Este trabalho discute, a partir da Análise de Discurso de linha francesa, o processo minucioso de separação, análise, reflexão e arquivamento de materiais didáticos de línguas estrangeiras tal qual realizado no projeto de extensão intitulado *Arquivo e Memória: acervos da Cecle*, desenvolvido no segundo semestre de 2009, na Universidade Federal de Uberlândia. O projeto teve como objetivos compreender os processos de arquivamento e institucionalização de materiais, bem como catalogar os itens dos acervos, além de analisar o trabalho de interpretação do arquivista, pensando-o como aquele que determina os materiais que compõem o arquivo a partir de filiações ideológicas.

Palavras-chave: Arquivo; Língua Estrangeira; Análise de Discurso.

Abstract: This paper discusses, via French Discursive Analysis, the detailed process of separation, analysis, reflection and classification of pedagogical materials for foreign language teaching practices developed in the Extension Project entitled *Arquivo e Memória: acervos da Cecle* ("Archive and Memory: archives from the Cecle"). The project took place in the second semester of 2009 at Federal University of Uberlândia, located in the State of Minas Gerais in Brazil. The project aimed at understanding the processes of constitution of archives and institutionalization of materials, as well as cataloguing the archive items, and analyzing the work of interpretation of the archivist, taking him as the one who determines the materials based on ideological injunctions.

Keywords: Archive; Foreign Language; Discourse Analysis.

[1] CECLE: Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG.

[*] Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: dam_correa@yahoo.com.br.

[**] Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Campinas (2008); docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. Contato: dam_correa@yahoo.com.

Introdução

A Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras – CECLE – foi criada com o objetivo de apoiar os cursos e atividades de extensão propostas e desenvolvidas pelo Instituto de Letras e Linguística, oferecendo suporte técnico e orientando na elaboração de projetos de extensão e atividades afins. Como muitos desses projetos têm sido sobre ensino/aprendizagem de línguas, a CECLE, ao longo dos anos, foi captando materiais relacionados à área, necessários para o andamento das atividades de extensão e pesquisa, tais como livros didáticos, coleções de dicionários, material de áudio e vídeo e equipamentos (computadores, CD players, fones de ouvido, retroprojetor etc.), perfazendo um total hoje em torno de 2000 (dois mil) livros didáticos de literatura contemporâneos, 500 (quinhentos) materiais diversos de áudio e vídeo, e mais um acervo histórico com cerca de 600 (seiscentos) itens relacionados a áudio e slides e cerca de 200 (duzentos) livros didáticos e outros jogos e atividades didáticas.

Este artigo relata as conclusões do trabalho de catalogação desses materiais realizado por bolsistas vinculados ao projeto *Arquivo e memória: acervos da Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras*[2], ao mesmo tempo em que apresenta uma discussão teórica e prática sobre os processos de arquivamento e institucionalização de materiais. Consideramos que o trabalho de catalogação, arquivamento e constituição de acervos é um trabalho de pesquisa e estudo determinado por aspectos histórico-ideológicos e realizado em meio a condições de produção. Sobretudo, consideramos essa tarefa como uma prática de linguagem em suas diferentes formas. É importante salientar que, para os bolsistas participantes, o projeto possibilitou aprender, refletir e teorizar sobre os processos de arquivamento e memória, ao mesmo tempo em que desenvolveram suas habilidades de pesquisa e organização de dados. As questões mais específicas sobre arquivamento e constituição de acervos são discutidas abaixo.

[2] Projeto ILEEL/UFU n°. 060/2009, aprovado no Edital PROGRAD/PIBEG/UFU Nº 1/2009. Período de execução de 07/2009 a 12/2009, registro SIEX/UFU 7663.

1 Acervos e espaços de memória

Documentação, arquivo e memória são termos comuns em áreas como a História, a Ciência da Informação, a Arquivística, havendo, entretanto, diferentes conceptualizações em cada uma delas. Na área dos estudos sobre a linguagem, também a teoria discursiva (PÊCHEUX, 1969) contempla e teoriza tais termos para construir seu aparato teórico-metodológico ao abordar a linguagem em sua relação com a história e a ideologia. No Projeto ora discutido, os sentidos atribuídos por esses diferentes domínios do saber se imbricam, fundamentando a ideia de constituição, organização e administração de acervos de pesquisa e práticas de ensino da CECLE.

Segundo Le Goff (1996), duas formas principais de materiais de memória são o monumento e o documento. O primeiro, em sua origem filológica, se relacionava a obras (literárias, de arquitetura ou escultura, por exemplo) que visavam perpetuar o passado, principalmente relacionado a grandes feitos, e possibilitava sua evocação. Já o documento, originalmente derivado do verbo latino *docere* ("ensinar"), deslizou para o sentido de prova – sentido que, a partir da escola positivista do final do século XIX, ganhou cada vez mais força. Afetadas pelos pressupostos científico-metodológicos positivistas, as diferentes disciplinas tenderam, então, a tomar o documento como o material essencial na comprovação de fatos e teses. Le Goff (1996) explica como, a partir disso, o monumento foi, ao longo dos anos e lentamente, cedendo a sua importância para o documento, ao mesmo tempo em que este foi tendo a sua noção ampliada para dar conta de materiais que diferiam de textos escritos. Com a abertura conceitual, começa a se constituir uma prática de documentação de massa, que daria visibilidade não só às figuras heroicas ou de destaque intelectual, mas também ao cidadão comum, de costumes e hábitos que deveriam ser igualmente observados e arquivados. A construção de uma memória coletiva sofreria, então, uma alteração radical com o crescimento exponencial de volumes de informações e fatos.

Nesse cenário, o desenvolvimento tecnológico, com a invenção do computador, expandiu imensamente as possibilidades e capacidades de armazenamento, combinação e pesquisa de dados e documentos. O uso de computadores causou uma ruptura nos processos relativos à

constituição de memórias históricas e coletivas, pois permitiu o surgimento de novos monumentos, agora, digitais. Para organizar a forma de lidar com o grande número de dados, além do funcionamento próprio dessas tecnologias, outras ciências vêm colaborar. Na área da Arquivística, por exemplo, alguns princípios que regem a organização dos documentos em arquivos, são os de proveniência, organicidade, unicidade, indivisibilidade e cumulatividade (BELLOTTO, 2002 apud FERRAREZI e ROMÃO, 2007). São princípios que se sustentam e se baseiam num sentido de documento como elemento neutro de historicidade, pois tais aspectos são reconhecidos como qualidades dos materiais a serem catalogados.

Na perspectiva da Análise de Discurso (PÊCHEUX, 1982), duas questões que se colocam sobre os processos de arquivamento são a própria prática de leitura dos materiais e o gerenciamento institucional da memória coletiva. Questiona-se, no trabalho de constituição de arquivos, o gesto de leitura do arquivista, sua injunção por/em políticas institucionais que determinam como e o que deve ser catalogado para constituir memória. A eleição/seleção dos materiais não é considerada, portanto, nesta perspectiva, como um ato neutro e objetivo, bem como os objetos a serem catalogados são considerados materialidades cujos sentidos se movimentam na história em seu imbricamento com a linguagem.

O projeto de catalogação e organização de materiais em acervos, tal qual desenvolvido, foi norteado tanto pelo lado prático, pela necessidade de gerir os materiais captados, trazendo assim o sentido arquivístico de organização do que foi acumulado e o sentido histórico de documentação, acima discutido, como também pela consideração discursiva da necessidade/determinação da especialização na forma de leitura, seleção e organização dos materiais. Como eles se referem aos métodos de ensino de línguas e às teorias de aquisição de linguagem, a familiarização e identificação dos bolsistas com tais temas determinou a forma como esse trabalho aconteceu e os efeitos que ele trouxe para a constituição dos acervos. Ou seja, ao mesmo tempo em que a organização dos materiais dependeu de um olhar mais especializado, que permitiu selecionar e classificar, esse olhar foi construído (não sendo, portanto, imparcial) a partir de estudos em determinadas disciplinas em momentos históricos que condicionaram as maneiras de ler. A construção desse olhar pelo

viés da linguagem, e não somente pelo de disciplinas como a História ou a Arquivologia, por exemplo, é o que diferenciou e particularizou a proposta. Os sujeitos-bolsistas, catalogadores, foram pesquisadores da linguagem, sujeitos de práticas que demandaram reflexões teóricas e tomadas de posição.

2 Práticas do arquivista

Para realização do processo de catalogação, os trabalhos foram divididos entre (1) discussões teóricas sobre o tema arquivo e memória a partir da leitura de textos variados (de literatura, sobre teoria de arquivo e sobre análise de discurso) e de filmes e (2) a prática de catalogação em si. As discussões ajudaram a refinar o olhar para o documento e para a prática de arquivar, e deram visibilidade ao fato de que o arquivista é um sujeito de linguagem, uma posição histórica[3] que organiza e cataloga os materiais a partir de gestos de interpretação que lhes lança. Durante a prática de catalogação, no encontro com os diferentes tipos de materiais dos acervos, ficou ainda mais visível a impossibilidade de pensar arquivos como conjuntos neutros de documentos, pois a organização dos materiais é já determinada por condições técnicas e discursivas, como é possível perceber no relato abaixo.

Na prática de separação e organização de arquivos, observamos que a CECLE possuía um grande acervo eletrônico referente ao ensino de línguas. Desta maneira, era preciso começar por analisar, limpar e organizar os acervos de fácil compreensão. Usamos este termo, justamente para explicar que a tarefa de arquivar não pode ser encarada como uma tarefa singular, mas complexa em sua especificidade já que tratamos de acervos sobre línguas que são marcados por uma memória.

[3] A Análise de Discurso toma o sujeito como posição discursiva, historicamente constituída em meio às relações institucionais de produção dos sentidos em determinada formação discursiva. Segundo Orlandi (2005, p. 42-43) a noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.

Primeiramente, separamos todas as fitas VHS, pois havia filmes, conferências gravadas, cursos de línguas, entrevistas com professores da área de ensino de línguas estrangeiras e até confraternizações e aulas de conversação dos alunos e professores do Instituto de Letras e Linguística. Ao nos depararmos com tal processo, definimos que algumas fitas não correspondiam ao ensino de línguas ou mesmo aos objetivos do projeto. Após a separação dos materiais em VHS, priorizamos o assunto que cada material trazia e a língua em que tal material fora produzido, como é possível verificar no exemplo de organização abaixo:

TÍTULO	ASSUNTO	LÍNGUA
O nome da rosa	Filme	Inglês
Paris	Filme sobre a França	Francês - Português
Congresso de L.A.	Mesa redonda	Português

Tabela 1 – Ponto de partida: exemplo de organização dos materiais da CECLE.

Com o quadro podemos pensar que a atividade desenvolvida fez com que todas as fitas VHS fossem cadastradas ordenadamente e dentro de um sistema cabível a todos os assuntos, no entanto, durante tal atividade notamos que algumas fitas eram incompatíveis com assuntos relacionados à língua ou ensino de língua e foram classificados, *a priori*, como outros assuntos ou acervo descartado. Nesse momento, percebemos que o que poderia ser considerado pelo arquivista como um documento sem importância; um item descartável; era, consequentemente, classificado pela ideologia e a memória que interpelam o próprio arquivista, o que leva tal sujeito entrar em confronto com as próprias materialidades da catalogação. Ou seja, em alguns momentos do projeto, como no caso de verificar a existência de fitas VHS com gravações de confraternizações e entrevistas, alguns desses materiais foram selecionados como *material descartável,* no entanto, após discussões em grupo, e ao fazer outra leitura, atribuindo outros sentidos a esses materiais, eles passaram a ter tanta importância quanto os materiais que já haviam sido selecionados, pois foram

direcionados para um novo grupo de itens, nomeado Memória ILEEL, que não tem relação com os outros tipos de materiais enfocados pelos acervos da CECLE, mas que deve ser contemplado pela importância institucional. Assim, percebemos que o que fora antes descartável, passou, em outro momento, a ser de extrema relevância. Isso aponta para a própria perspectiva de linguagem com a qual se trabalhou no projeto, isto é, aquela que pensa o sentido das diferentes materialidades como atribuídos pelo sujeito em uma situação e não como qualidades intrínsecas das materialidades[4].

Ao analisarmos o conteúdo das fitas K7 da mesma maneira com a qual analisamos as fitas VHS, identificamos que algumas traziam assuntos específicos de ensino de língua, porém, outras não foram identificadas e, devido à má aparência e composição dos materiais, nem chegaram a ser ouvidas. Aqui, o que se vê é a própria procedência do material que não auxiliou de forma positiva na escolha do arquivista. Percebemos também que outros materiais não tinham sido utilizados e estavam até lacrados. Diante da dificuldade em identificar algumas fitas K7, começamos a organizar e analisar os slides.

Os slides são materiais que estão atrelados às fotografias de países e ao ensino e exercícios de línguas. A maior dificuldade foi separá-los, pois grande parte deles estava misturada com slides que continham diversas informações. Para visualizá-los utilizamos uma máquina de projeção, com o intuito de separá-los dentro da respectiva língua e categoria, porém, observamos que muitos slides eram repetidos e outros não continham pares.

Além do material audiovisual, foram catalogados também jogos e materiais relativos às atividades lúdicas. Muitos desses materiais foram produzidos por professores ao longo dos anos, e trazem marcas de estilos e métodos de ensino variados, muitos já em desuso. Por seu valor, entretanto, esses materiais foram reservados para uma próxima etapa do projeto que se denominava Museu de Línguas.

[4] Para Pêcheux (1975), o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, porque está sempre em curso e muda de acordo com o sujeito que enuncia/interpreta a partir de uma dada formação discursiva e não de outra.

3 Amostras de materiais destinados ao museu e catalogados no acervo da CECLE

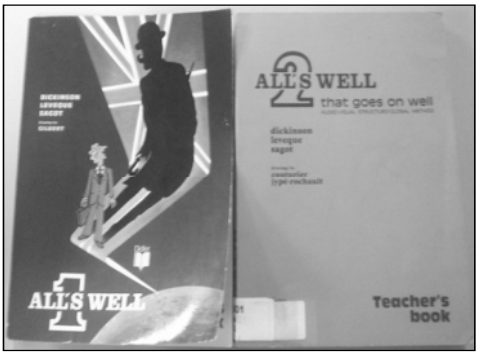

Figura 1 - Livros didáticos do tipo: *All´s Well.*
Fonte: Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.



Figura 2 - Slides variados para ensino de alemão.
Fonte: Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.



Figura 3 - Long plays para ensino de francês.
Fonte: Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras - Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

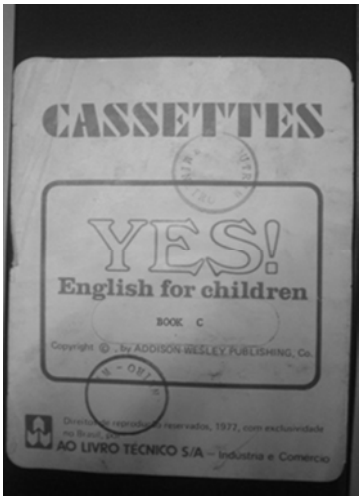

Figura 4 - Coleção de fitas K7, de 1977.
Fonte: Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

Ao finalizarmos tal tarefa, organizamos os armários de uma maneira que facilitasse a catalogação e a organização dos materiais. Separamos por tipo de material (VHS, K7, slides, etc.) e a língua em que o material é apresentado (inglês, francês, alemão, espanhol). Com o fim da organização do acervo de mídia, estávamos prontos para começar a descrição dos arquivos, o que foi feito juntamente com a catalogação. Assim, a catalogação seguiu a seguinte ordem:

1ª - língua (inglês, francês, alemão, espanhol, italiano, etc.)
2ª - tipo de arquivo (audiovisual ou material didático)
3ª - conteúdo (filmes, cursos de língua, músicas, etc.)
4ª - tipo de mídia (VHS, fitas K7, fitas de rolo, LP, impressos, etc.)

Tabela 2 - Ordem para a catalogação.

Dessa maneira, desenvolvemos uma tabela com os números que corresponderiam à categoria e tipo de material de línguas que cadastramos. Segue a lista para a visualização:

Língua			Cursos		020
Inglês	01		Música		030
Francês	02		Memória ILEEL		040
Espanhol	03		Áudio book		050
Italiano	04		Fotos		060
Alemão	05		Cultura		070
Português	06		Outros		080
Outra	07		Periódicos/Revistas		090
Diversos	08				
			Tipo de mídia		
Tipo de arquivo			VHS	001	
Audiovisual		000	K7	002	
Estudo e ensino		100	Fitas de rolo	003	
Jogos		200	Slides	004	
Outros		300	CD	005	
			DVD	007	
Conteúdo			LP	008	
Filmes		010	Outros	009	

Tabelas 3 e 4 - Catalogação Audiovisual.

Portanto, a catalogação e descrição dos arquivos, dentro da biblioteca digital, ficaram da seguinte maneira:

Exemplo: ***2438*** – é o número de entrada de cadastro do material no sistema da biblioteca digital. ***02.024-BL*** é o código que o material ganhou no cadastro. Conforme a tabela de catalogação, ***02*** corresponde à língua, ou seja, o francês. ***024*** é um número que corresponde à junção de tipo de arquivo (audiovisual – 0); conteúdo (cursos – 2); e tipo de mídia (slides – 4). Para acompanhar o código, disponibilizamos a abreviação do nome do material, ou seja, ***BL***, nada mais é que Bonjour Line.

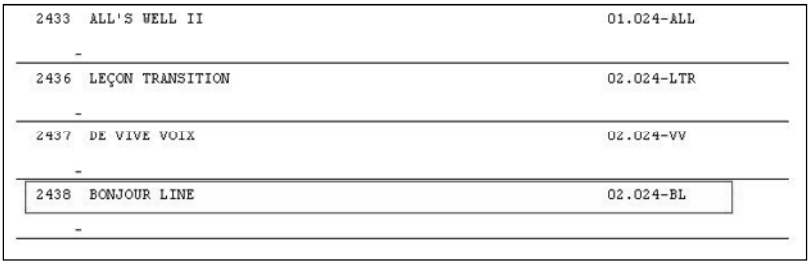

Figura 5 - Sistema de Bibliotecas da CECLE.
Fonte: Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras - Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

Após esse processo de arquivamento, organização, seleção e discussão sobre os materiais didáticos da CECLE, percebemos que, no âmbito de todo o processo que envolve acervos históricos, a linguagem possibilita um retorno à memória do documento analisado, além do fato de que o próprio arquivista também é capturado por essa linguagem, o que permite a ele lançar um olhar singular para aquilo que ele "reordena" ideologicamente.

Considerações finais

Como pudemos concluir a partir das leituras teóricas e da própria prática de arquivamento, ao lidar com documentos, como em toda prática discursiva, o sentido de cada item é determinado ideologicamente, e assim, vários sentidos podem ser atribuídos a um mesmo documento, sendo sua integração e localização no acervo, ou

descarte, um efeito do gesto de interpretação do arquivista a partir das condições de produção. Isto é, se no início do projeto surgiram perguntas como: mas como podemos caracterizar o documento, este que irá compor o arquivo, como uma materialidade possível de vários sentidos? Não teria o documento seu sentido próprio? – as leituras e a reflexão sobre as escolhas que foram feitas no processo de organização do acervo possibilitaram compreender como um único documento pode ser determinado por vários discursos, já que, discursivamente, ele não é apenas um conteúdo, conjunto de informações, mas sim, um monumento construído socialmente, disponível para interpretações e sentidos que se inscrevem em diferentes redes de memória.

Olhar o arquivo pela perspectiva da linguagem, mais especificamente do discurso, é afirmar que os arquivos também são efeitos de linguagem, além do fato de que os arquivos não são totalmente imparciais. A experiência de arquivar mostrou como o ensino de línguas estrangeiras sofreu alteração durante os anos e, como, sustentando cada uma das metodologias de ensino, existiam políticas e ideologias que tinham por finalidade "incluir" o falante não nativo em um mundo/cultura diferente da dele.

De maneira geral, consideramos que o trabalho desenvolvido no projeto *Arquivo e memória: acervos da Coordenação de Extensão e Educação Continuada em Letras*, com a junção de mobilização teórica – via leitura e contato com diferentes mídias –, e prática de arquivamento, ampliaram a compreensão sobre a extensão universitária e as formas de pensar a pesquisa sobre linguagem em seus entrelaçamentos com as diferentes disciplinas e áreas do saber; áreas essas ideologicamente constituídas.

Referências

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. *Encontros Bibli,* Florianópolis, n. 24, p. 152-171, set./mar. 2007/2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. 5. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 525-539.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*: princípios e parâmetros. 6. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005b.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1975].

Recebido em 15/06/2011
Aceito em 27/09/2011

A RELAÇÃO LÍNGUA, SUJEITO E DISCURSO NOS ESTUDOS SOBRE A LINGUAGEM: A CONCEPÇÃO PECHETIANA E BENVENISTIANA

THE RELATION LANGUAGE, SUBJECT AND DISCOURSE IN THE STUDIES ON LANGUAGE: THE PECHETIANIAN AND BENVENISTIANIAN CONCEPTION

Juliane TATSCH[*]

Resumo: Este artigo apresenta as concepções de língua, sujeito e discurso discutidas por Émile Benveniste e por Michel Pêcheux, bem como a contribuição de suas teorias para o desenvolvimento dos estudos enunciativos e discursivos, visando estudar, através da Linguística, as problemáticas impostas pelo campo da Análise de Discurso, estabelecendo a necessidade de articulação desta disciplina com outras áreas das ciências humanas.

Palavras-chave: Língua; Sujeito; Discurso.

Abstract: This article introduces the concepts of language, subject and discourse discussed by Emile Benveniste and Michel Pecheux, as well as the contribution of their theories to the development of enunciative and discursive studies, aiming to study through Linguistics the problematics imposed by the field of Discourse Analysis, establishing the need to link this discipline with other areas of Humanities.

Keywords: Language; Subject; Speech.

Palavras iniciais

O estudo é baseado em um recorte imprescindível quando tratamos de linguística. Investigar como se constituem os conceitos de língua, sujeito e discurso no âmbito dos estudos sobre a linguagem dentro da perspectiva abordada por Émile Benveniste e por Michel Pêcheux, é o que nos move ao pensar em como estes conceitos estão constituídos dentro de cada teoria. Em vista disso, situamos este estudo a partir de questões trabalhadas por Benveniste e por Pêcheux, objetivando localizar o leitor dentro da perspectiva benvenistiana e

[*] Doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil. Contato: ju.liane12@hotmail.com.

pechetiana, visando compreender a abordagem linguística instituída por estes estudiosos da linguagem. Trata-se então, de demarcar as relações que se estabelecem na reflexão destes teóricos entre os três termos enumerados: *língua, sujeito e discurso.* Não nos deteremos em suas especificidades, tendo em vista que o que nos interessa é apenas estabelecer uma visão geral sobre os conceitos abordados pelos autores.

1 Situando o leitor

Émile Benveniste (1902-1976) foi um lingüista estruturalista francês, conhecido por seus estudos sobre as línguas indo-européias e pela expansão do paradigma lingüístico estabelecido por Ferdinand de Saussure. Como linguísta, Benveniste, como perceberemos no decorrer desta leitura, procura demarcar de forma precisa para o leitor o que cada conceito de fato representa dentro da sua teoria. No entanto, Michel Pêcheux (1938-1983), partindo de referências teóricas de G. Canguilhem e L. Althusser (ambos, assim como Pêcheux, filósofos franceses), reflete sobre a história da epistemologia e a filosofia do conhecimento empírico. Através do confronto do político com o simbólico, a Análise de Discurso que ele propõe coloca questões para a Linguística interrogando-a pela historicidade que esta exclui.

A partir dos estudos sobre a Teoria da Enunciação, que então surgia no campo francês da linguística, através dos escritos de Jakobson primeiro e, posteriormente, os de Benveniste (MALDIDIER, 1997, p. 22), a leitura aqui sugerida objetiva demonstrar como este autor lança seu olhar para o que posteriormente viria a ser a chamada Análise de Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux.

Diante disso, a partir dos estudos teorizados pela Análise de Discurso francesa que encontra na figura de Michel Pêcheux o seu fundador, e um dos filósofos da linguagem que vive a crise epistemológica da Linguística na década de 1960, buscamos no decorrer deste trabalho refletir sobre como as referências teóricas de Benveniste irão contribuir para o campo dos estudos discursivos desenvolvidos por Pêcheux nos anos 1960.

Dar início a essa reflexão exige que voltemos ao início do século XX, quando podemos encontrar as formulações de Ferdinand de Saussure, linguista suíço cujas reflexões serviram de base para a

constituição da linguística como a conhecemos hoje, ou seja, como uma ciência. Como leitor atento de Saussure, Pêcheux observa que ao recortar o seu objeto de estudo, Saussure, no *Curso de Linguística Geral* (1916), deixa momentaneamente as noções de sujeito e discurso para deter-se apenas na definição de língua enquanto sistema de signos, base a partir da qual se desenvolveu o pensamento linguístico atual. Conforme Saussure ([1916][1] 1982, p. 17), "a língua é somente uma parte determinada, essencial da linguagem. É ao mesmo tempo um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos".

Ao retomar o conceito de língua desenvolvido por Saussure, começamos então, a delinear o pensamento proposto no início deste trabalho que é estabelecer as devidas relações que interessam tanto à constituição dos Estudos Enunciativos como para a Análise de Discurso.

2 Émile Benveniste: a língua enquanto modo de significar

> [...] somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade[2].
>
> Não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa a reconhecer-se como "língua"[3].

A apreensão do conceito de língua que perpassa a obra benvenistiana passa necessariamente pela discussão do conceito de signo linguístico estabelecido por Saussure quanto à sua forma de significar, sendo que Benveniste propõe, para este, duas modalidades de sentido: o semiótico[4] e o semântico[5]. É assim que a língua constituída pela significação passa a ser descrita por ele como um

[1] A data entre colchetes remete a edição primeira da obra em língua francesa.
[2] BENVENISTE, ([1970] 2006, p. 63).
[3] BENVENISTE, ([1970] 2006, p. 47).
[4] Modo de significação do signo linguístico e que o constitui como unidade, considerado em relação com os demais signos.
[5] Modo específico de significância engendrado pelo discurso, a língua na sua função de produtora de mensagens.

sistema de "dupla significância". Benveniste chama atenção para o fato de que, de todos os sistemas semióticos, a língua é o único capaz de interpretar os outros e também a própria sociedade (daí a relação estabelecida entre língua e sociedade, seu caráter essencialmente social).

Em Benveniste encontramos a língua sempre no seio da sociedade. E, segundo esse linguista, o homem não nasce na natureza, mas na cultura e nenhuma língua é separável de sua função cultural.

Essa primazia da língua sobre os outros sistemas se dá pelo seu modo singular de significação, que não pode ser reproduzido por nenhum outro sistema. Benveniste ([1970] 2006, p. 64, 65) formula essa peculiaridade como uma dupla significância, ou seja, dois modos distintos de significação: o semiótico e o semântico conforme citado anteriormente.

Considerado o linguista da enunciação, por criar uma nova teoria dentro dos estudos linguísticos – a *Linguística da Enunciação*, Benveniste irá nortear seus estudos a respeito da noção de língua, a partir da perspectiva da enunciação[6] pela qual ele a observa. Com essa teoria, possibilitou a reintegração do sujeito e da subjetividade nos estudos linguísticos, bem como um considerável avanço em direção aos estudos do discurso. A partir dos fundamentos postulados por Saussure, Benveniste concebe uma nova dimensão à categoria da língua. Define-a como sendo uma apropriação, uma relação com o mundo. É referência e correferência, é discurso, é o eu e o outro, é metalinguagem, é subjetividade[7].

Ao reconhecer a natureza da subjetividade, E. Benveniste percebe a necessidade de distinguir a língua como repertório de signos e como atividade manifestada nas instâncias de discurso. Benveniste coloca então, a língua em uma nova extensão, a da significação, que só se dá na instância do discurso, isto é, na enunciação. E nesta teoria, a língua é vista na singularidade do sistema, ou seja, a língua passa a ser considerada pela sua subjetividade enquanto está em exercício pelo sujeito que a utiliza e a atualiza a partir da enunciação.

Na perspectiva de Benveniste, pode-se dizer que,

[6] Esta é definida como "o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (BENVENISTE, 2006, p. 82).
[7] A subjetividade se dá na relação EU-TU.

> como forma, a língua constitui uma estrutura, mas como funcionamento, a língua se transforma em discurso, que é o fenômeno temporal da troca, do estabelecimento do diálogo, é a manifestação interindividual da enunciação, é o seu produto (CARDOSO, 1999, p. 3-22).

A perspectiva benvenistiana de língua, vista como um mecanismo total e constante (BENVENISTE, 2006, p. 82), configura-se, pois, inicialmente por sua natureza e função social que permite ao homem, pela apropriação, encadeamento e adaptação dos diferentes signos, significar (produzir sentidos) e re-significar.

Desse modo, a apropriação da língua pelo homem é algo fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e, por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo. Tomando a enunciação como condição básica para refletir sobre a língua, Benveniste vem a perceber nessa categoria da língua talvez o mais importante viés da teoria enunciativa. Da definição universal de que *eu* e *tu* são pronomes pessoais, considerados como formas existentes em todas as línguas como "fatos de linguagem", Benveniste percebe que, na organização referencial da língua, *eu* e *tu* não existem por si mesmos; só existem pela atribuição de referência; *eu* não tem referência em si mesmo, pois não é definível; "cada *eu* tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal" (BENVENISTE, [1956] 2006, p. 278).

Em Problemas de Linguística Geral II (1966) – no capítulo "O aparelho formal da enunciação", ao denominar a noção de sistema desenvolvida por Saussure de **estrutura**, Benveniste entende a língua como uma estrutura na qual subjaz elementos disponíveis ao sujeito para dela fazer uso. Com isso, tem-se que o sistema da língua se realiza a partir do sujeito falando. Portanto, a visão de língua defendida por Benveniste é social, na medida em que parte das causas sociais dos fatos linguísticos para construir sua teoria. Verifica-se, essencialmente, que, para Saussure, o objeto da linguística é a língua enquanto sistema; para Benveniste, é a língua enquanto enunciação. A língua é concebida enquanto possibilidade, pois é o sujeito que dela se apropria e a atualiza.

3 O sujeito da subjetividade

Benveniste é um linguista que, apoiado nas ideias estruturalistas, procurou incluir o sujeito, anteriormente excluído da teoria saussuriana, na teoria linguística a partir de uma abordagem enunciativa da linguagem. Surgindo assim, no texto "Da subjetividade na linguagem", datado de 1958, a sua teoria do sujeito. Para tal, questiona e critica a ideia de linguagem como instrumento de comunicação, pois "falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza [...] A linguagem está na natureza do homem que não a fabricou" (BENVENISTE, [1958] 2006, p. 285). Deste modo, pressupõe uma ideia de linguagem que dê ao indivíduo um status de sujeito porque "é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem" (BENVENISTE, 2006, p. 285), ou seja, o homem só é homem porque fala. O homem é um ser de linguagem. Mas não o é sozinho, precisa do outro. E é a linguagem que viabiliza a existência do par *eu-tu*, como sujeitos. Diante disto, podemos compreender que a linguagem será o lugar onde o indivíduo se constitui como falante e como sujeito, pois conforme afirma Benveniste "é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito[8]".

A constituição do homem como *sujeito*, como *eu*, só se dá numa relação dialética, onde *eu* fala para um *tu*, que será na alocução deste um *eu*, e este, um *tu*. Por essa possibilidade de inversão, compreende-se o que Benveniste chama de "eco" do *eu*, possível pela extensão do *tu*. Essa polaridade é condição fundamental na linguagem, uma vez que ela existe no homem para torná-lo *sujeito*, na medida em que *eu*, manifestação máxima de subjetividade, é transcendente a *tu*, embora só exista pela realidade deste. O sujeito de Benveniste é, em resumo, um "eu" que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um "tu" – alocutário – opondo-se ambos a não-pessoa, "ele" (eu – tu x ele). Embora o *tu* seja complementar e indispensável, na relação é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*.

[8] Grande momento da enunciação: sujeito falando sempre.

Benveniste defende a ideia de que o sujeito, para se constituir como tal, precisa reconhecer o outro, sendo este real ou imaginário. Assim, estudando o homem na língua, Benveniste procurou entender o sujeito na linguagem como aquele que é origem da enunciação e do sentido, como a fonte do dizer. Podemos pensar então, que o sujeito foi uma consequência do anseio de Benveniste pela descoberta da significação, vindo a tornar-se o centro da teoria da enunciação do autor, o que nos remete a uma concepção de sujeito egocêntrico.

4 A produção do discurso na teoria enunciativa

Na perspectiva linguística de Benveniste observamos a categoria de discurso como sendo a língua considerada atividade, isto é, a língua em funcionamento. Benveniste entende a enunciação como o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização, ou seja, é a conversão da língua em discurso pelo emprego que o locutor faz dela. Afirma, entretanto, que a enunciação deve ser entendida como o ato mesmo de produzir o enunciado e não como o texto produzido. É este ato de produzir um enunciado e não o texto produzido que elege como seu objeto de estudo. E é deste modo que, partindo de manifestações individuais, ele busca no interior da língua os caracteres formais da enunciação, isto é, a universalidade do processo de enunciação.

Benveniste ultrapassa a discussão de Saussure pela abertura de uma nova dimensão de significância do signo, a do discurso, que passa a denominar de *semântica*. Com a dimensão semântica, entra em questão um novo modo de significar que é engendrado pelo discurso (a língua considerada em funcionamento).

Para Benveniste, o discurso é o produto de um ato de enunciação. Ou seja, é a manifestação da língua na comunicação efetiva entre os membros de uma comunidade. É esse ato de enunciação que permite a apropriação individual da língua pelo sujeito falante e a sua conversão em discurso. O discurso emana então de um locutor (emissor) e dirige-se a um alocutário (receptor). Assim, Benveniste pensa na pessoa do discurso que entra na estrutura social. E essa relação se dá na sociedade, pois o discurso é produzido a cada vez que se fala. Segundo Benveniste ([1958] 2006, p. 288) "é na instância

de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como sujeito".

> Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e suscita uma outra enunciação de retorno (BENVENISTE, [1970] 2006, p. 84).

Ao apropriar-se da língua enquanto aparelho formal, o locutor implanta o outro diante de si, sendo que

> a condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor (BENVENISTE, [1970] 2006, p. 84).

Da enunciação, Benveniste ainda diz que o que a caracteriza é "a acentuação da relação discursiva com o parceiro", seja ele real ou imaginado, individual ou coletivo. Descreve desta forma o que denomina de *quadro figurativo* da enunciação. Entendemos então, que no sentido de Benveniste, o discurso designa a instância de enunciação.

5 A noção de língua nos estudos de Michel Pêcheux

Pêcheux acreditava, diferentemente do que pregava Saussure, que o objeto de estudo das Ciências da Linguagem seria o discurso não a língua.

> O objeto da língüística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, [1988] 1990, p. 51).

Conforme Maldidier (1997), M. Pêcheux dispunha de uma concepção ainda simples da língua, fortemente marcada pela ideologia estrutural: a base inventariante (sintaxe) x a seleção combinação (léxico). Pêcheux estabelecia o princípio de unidade da língua, o qual contribui para o aparecimento de uma fórmula decisiva no pensamento pechetiano: há um funcionamento das línguas em relação a elas mesmas (MALDIDIER, 2003, p. 31). E a partir desse funcionamento autônomo é que serão pensados os processos discursivos.

De acordo com Mariani (1998), Pêcheux chama de "o próprio da língua" esse jogo ao qual a língua está submetida o tempo todo em função dos equívocos, das elipses, das alterações inerentes ao funcionamento da cadeia significante. Para Pêcheux, o objeto da linguística não existe sem o fato estrutural do equívoco, algo que se marca no "ordinário cotidiano" da produção de sentidos, mas a Linguística furta-se a lidar com isso.

Partindo então, do pressuposto de Pêcheux, em que a língua passou a ser analisada numa perspectiva histórica e social, percebemos que para a concepção discursiva de língua, a noção de sistema desenvolvida por Saussure no *Curso de Linguística Geral*, foi decisiva ao contribuir para desvincular a reflexão sobre a linguagem das evidências empíricas e afastá-la da influência dominadora do sujeito psicológico (FERREIRA, 1999, p. 128). Pêcheux constata que a oposição língua/fala não poderia se incumbir da problemática do discurso, mas, para resolver o problema, ele não procura diluir esta oposição, e, sim, refletir sobre a fala, polo da oposição menos desenvolvido por Saussure (CARDOSO, 1999).

A língua é relativamente autônoma (ORLANDI, 2005: p. 11) e é vista por Pêcheux dentro da Análise de Discurso, sob uma ótica discursiva que propõe aos linguistas um modo de abordar a relação entre língua e história a partir de uma determinada prática social, instaurando ideologias e discursos. "É pela Língua que se chegaria à Análise de Discurso, a Língua posta em relação com a ideologia, com a história" (PETRI, 2006, p. 03). A língua seria a condição de possibilidade do discurso; o lugar material onde se realizam os efeitos de sentidos produzidos. É sujeita ao deslize, à falha, à ambiguidade, ou seja, ao equívoco. Pêcheux concebe a língua como condição de possibilidade do discurso.

6 O sujeito do discurso

Para pensar como M. Pêcheux desenvolve a questão do sujeito dentro da área dos estudos discursivos, relembramos o corte epistemológico feito por Saussure (1916) para definir o seu objeto de estudo. Ao separar a língua da fala, Saussure deixa de fora as questões relativas à constituição do sujeito nos estudos da linguagem. Somente mais tarde, com o trabalho de Benveniste (1966), abre-se caminho para o sujeito na área da linguística.

A concepção de sujeito do discurso na obra de Pêcheux desenvolvida entre a década de 60 e 70 está constituída considerando o sócio-histórico e o ideológico como elementos constitutivos dessa noção. Portanto, o lugar que o sujeito ocupa na sociedade vai ser determinante do/no seu dizer. O sujeito da Análise de Discurso não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido. É um sujeito descentralizado, e não se constitui como fonte do seu dizer, ou seja, origem ou causa de si. Em 1975, em *Semântica e Discurso*, Pêcheux propõe à sua teoria sobre o sujeito o que denominou de *"uma teoria não-subjetiva da subjetividade",* articulando inconsciente e ideologia, isto é, o sujeito é sempre e ao mesmo tempo sujeito da ideologia. E ao falar da não-subjetividade, Pêcheux nega a teoria da subjetividade desenvolvida por Benveniste, vista por este como a capacidade do locutor para se propor como sujeito.

Pêcheux ([1988] 1995, p. 161)[9] afirma que "os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas[10] que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes". Afirma ainda, que "a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a

[9] Ano da edição usada para este trabalho. A obra "Semântica e Discurso" é datada de 1975.

[10] A noção de formação discursiva corresponde, segundo Pêcheux (1988, p. 160), a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente regulando o que pode e o que deve ser dito.

formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)" (PÊCHEUX, [1988] 1995, p. 163[11]).

Percebe-se então, que essa teoria vai trabalhar o sujeito como sendo afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Isso implica pensar que:

> A fundação da AD, então, é marcada pela presença de um sujeito que deixa de ser o centro e a origem do seu dizer, passando a uma categoria que funciona como efeito produzido pela ideologia no discurso. A partir dessa premissa, tomamos o discurso como produção de um sujeito dotado de inconsciente e determinado pela exterioridade [...] (PETRI, 2004, p. 71).

Segundo os pressupostos da Análise de Discurso, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Este é o princípio básico da noção de sujeito em Análise de Discurso. Em *Semântica e Discurso* (1975), observamos que Michel Pêcheux propõe um deslocamento em direção a uma reflexão teórica sobre a forma-sujeito e as ilusões da transparência do sentido, do sujeito – então fonte do sentido.

Logo, Orlandi (1999, p. 17) em seu artigo *Do sujeito na história e no simbólico* afirma que o "sujeito na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso". Percebemos que a autora está se referindo ao lugar social/empírico do sujeito que, ao se subjetivar, ocupa uma determinada posição no discurso. Ainda, neste mesmo texto, Orlandi afirma que "sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história" (ORLANDI, 1999, p. 17).

O sujeito submete-se à língua significando e significando-se através do funcionamento da língua na história. Deste modo, o sujeito para se constituir submete-se à língua como possibilidade de discurso e ao simbólico, ou seja, é pela ideologia que o indivíduo é interpelado em sujeito.

Orlandi (1999, p. 21) trata também do modo como a "materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo

[11] Ano da edição usada para este trabalho. A obra "Semântica e Discurso" é datada de 1975.

tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares". Portanto, o sujeito, para Pêcheux, é concebido como um "lugar determinado na estrutura social"; é histórico, ideológico e dotado de inconsciente e está de alguma forma inscrito no texto que produz.

Pêcheux então constrói a noção de sujeito da Análise de Discurso apoiando-se na noção althusseriana, que prevê o atravessamento da ideologia; e a noção lacaniana, que pressupõe o inconsciente como constitutivo (PETRI, 2006, p. 08).

Retomando brevemente a noção de sujeito a partir do corte saussuriano, tem-se que o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, o que é constitutivo do seu discurso. É na relação com o outro que iremos nos constituir enquanto sujeito.

O tratamento dado ao sujeito na teoria pechetiana constitui-se numa noção trabalhada discursivamente que nos faz refletir sobre a questão da subjetividade e da história quando pensamos nos estudos sobre a linguagem. Portanto, o que vai representar a diferença desse sujeito, a sua marca discursiva, é o papel de intervenção da linguagem na perspectiva linguística e histórica que a Análise do Discurso lhe atribui.

7 O discurso em Michel Pêcheux

Para começar a falar da teoria do discurso de M. Pêcheux, citamos uma passagem do livro **A inquietação do Discurso** que expressa o que viria a ser essa teoria:

> O discurso em Michel Pêcheux não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. (MALDIDIER, 2003, p. 15).

Partindo também do apoio crítico de Saussure para a construção da sua teoria sobre o discurso, Pêcheux a constitui como uma reformulação do conceito saussuriano afirmando que "é impossível analisar um discurso como um texto [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado

definido das condições de produção" (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 2003, p. 23). Pêcheux propunha o discurso como uma reformulação da fala saussuriana, o que nos leva a perceber, como afirma Maldidier (2003), que a ancoragem em Saussure estava firmemente marcada.

De acordo com Maldidier (1999, p. 20),

> M. Pêcheux fornecia, simultaneamente, uma definição de discurso, sempre determinada e apreendida dentro de uma relação com a história, e um princípio de construção do corpus discursivo, ou seja, o discurso é sempre construído a partir de hipóteses histórico-sociais, não se confundindo nem com a evidência de dados empíricos, nem com o texto.

Também para Maldidier (1997), esse novo objeto manifestado pela Análise de Discurso representava, no campo da linguística, um verdadeiro deslocamento. Com este novo objeto e, partindo do materialismo histórico, o discurso é posto em relação com a ideologia. Diante disso, pressupomos através das reflexões de Pêcheux, que o discurso se configurava como o ponto de encontro da língua com a ideologia.

Podemos inferir ainda, que a Análise de Discurso produz no discurso uma relação do linguístico com o exterior da língua (Ibid., p. 23), ou seja, por ser determinado por um exterior, o discurso evoca o histórico-social que o constitui. E enquanto objeto sócio-histórico, o linguístico está sempre pressuposto.

Pêcheux então concebe o discurso enquanto efeito de sentidos (múltiplos e variados) entre locutores, como um lugar particular em que esta relação ocorre. Para este novo objeto da Análise de Discurso, os sentidos são determinados ideologicamente. É no discurso que a ideologia vai produzir efeitos, e esses efeitos surgirão em virtude do momento histórico em que as palavras são produzidas. A Análise de Discurso considera em que situação este discurso é produzido e qual sua analogia com o sujeito que o produz. Assumindo uma perspectiva althusseriana, o discurso é implicitamente assimilado a uma prática específica, requerida pela relação de forças sociais e sempre realizado através de um aparelho (MALDIDIER, 2003, p. 33). Desse modo, Pêcheux procurava a articulação entre língua, ideologia e discurso, base pela qual desenvolvia os processos discursivos.

Pêcheux coloca o discurso "entre a linguagem (vista a partir da lingüística, do conceito saussuriano de *langue*) e a ideologia" (HENRY, 1997, p.35). Portanto, a concepção de discurso em torno da qual se estrutura o projeto de Michel Pêcheux, no contexto da França de 1969, aproxima-se da análise das *condições de produção* que tornam possível um enunciado, abrindo-se para a dimensão social e histórica na qual ele se insere. Pode-se dizer então, que o discurso constitui um campo de investigação em torno do enunciado. O discurso é o lugar onde se produz o encontro da língua com o sujeito. É deste modo constituído pela língua, pelo sujeito e pela história.

O discurso é desse modo, tanto um lugar da observação das relações entre língua e ideologia, como é também um lugar onde se permite a visualização do funcionamento e da produção dos sentidos.

Para concluir

Os recortes aqui trazidos visaram apenas a dar conta da perspectiva linguística traçada por Émile Benveniste e por Michel Pêcheux. Ambos contribuíram à sua maneira e ao seu tempo para dar à linguística a relevância que lhe é devida.

Analisando a contribuição de Pêcheux para o campo das ciências da linguagem e, especialmente, para a constituição da Análise de Discurso enquanto disciplina, argumentou-se que, embora a noção de subjetividade já houvesse sido incorporada aos estudos linguísticos por Benveniste, foi a partir de Pêcheux que a língua passou a ser analisada numa perspectiva histórica e social. Ao tratar a Linguística como teoria dos processos de enunciação, Pêcheux busca estabelecer uma ponte entre *ideologia, discurso e subjetividade,* de modo a refletir sobre a conversão do indivíduo em sujeito pela interpelação deste como sujeito de uma formação social, e que se reconhece como sujeito pelas práticas que o interpelam no interior das formações ideológicas, as quais se constituem através de uma ou outra formação discursiva a que estão ligadas. Em sua Análise de Discurso que explicita as relações entre sujeito, linguagem e história, Michel Pêcheux cria uma nova teoria com um novo objeto: o discurso. Com isto, produz uma mudança nos estudos da linguagem que afeta o território das ciências humanas e sociais.

Procurou-se então, estabelecer as relações fundamentais entre a noção de língua, sujeito e discurso dentro das teorias desenvolvidas por Benveniste e por Pêcheux, visando à compreensão da questão do sentido e da enunciação instituída por ambos, e estudar através da Linguística as problemáticas impostas pelo campo da Análise de Discurso, estabelecendo a necessidade de articulação desta disciplina com outras áreas das ciências humanas.

Assim, se para Benveniste a língua passa a ser considerada pela sua subjetividade, Pêcheux a concebe como condição de possibilidade do discurso, passando a ser analisada numa perspectiva histórica e social. O sujeito da subjetividade torna-se a origem da enunciação, a fonte do dizer, ao contrário do que pensava Pêcheux, pois o sujeito por ele constituído é descentralizado, sendo afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Já a produção do discurso na teoria enunciativa, é considerada como a língua em funcionamento, isto é, a língua enquanto atividade. Por outro lado, o objeto da Análise de Discurso é configurado enquanto efeito de sentidos entre locutores. O que se observa é que tanto Benveniste como Pêcheux elegem o mesmo objeto de estudo: o discurso, porém visto sob óticas diferentes.

Com a Linguística da Enunciação de Émile Benveniste acentuou-se o interesse pelo discurso. Deste modo a Análise de Discurso de linha francesa desenvolvida por Michel Pêcheux na década de 60, propiciou uma nova forma de pensar os estudos sobre o discurso dentro da área dos estudos enunciativos e discursivos. Pêcheux dá uma grande contribuição aos estudos linguísticos ao desenvolver a ideia de que a linguagem é uma importante forma material da ideologia.

No entanto, ao considerar a língua sob o ponto de vista histórico e social, contesta a noção de linguagem como sistema fechado em si mesmo, de Saussure, e a perspectiva individual e subjetiva de enunciação, de Benveniste. Através de sua preocupação com o método e de suas discussões sobre o acontecimento e sobre o estatuto do sujeito na linguagem, Pêcheux trouxe contribuições fundamentais para a constituição da AD enquanto disciplina. Ao conceber o discurso como uma instância inteiramente histórica e social, ele demonstra que a linguagem, enquanto discurso, não pode ser compreendida como uma unidade significativa, mas como um efeito de sentido entre os sujeitos que a utilizam.

Assim, através da relação entre língua e teoria do discurso demonstrou-se um pouco sobre a percepção e compreensão da linguagem como meio que nos instiga a prosseguir a pesquisa nesse complexo e infindável campo de estudos quando se pensa a língua, o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem e o discurso.

Referências

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 2006. p. 277-283.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 2006. p. 284-293.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 2006. p. 81-90.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino***.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua. *Linguagem & Ensino*, Vol. 2, nº. 1, 1999. p.123-137.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do Discurso*: Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux**.** Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1993. p. 13-38.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise de discurso na França. In: ORLANDI, Eni. *Gestos de Leitura*: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 15-25.

_____. *A inquietação do discurso*: re (ler) Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Pucinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. *Sobre o sujeito e a língua em alguns textos e conceitos fundadores de M. Pêcheux*: uma retomada em Althusser **e** Lacan. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/ edicao03/artigos_mariani.ph p>. Acesso em: 18 jun. 2011.

ORLANDI, Eni. Do sujeito na história e no simbólico. *Escritos nº 4. Contextos Epistemológicos da Análise do Discurso*. Campinas, SP: LABEURB/UNICAMP, 1999. p. 17-27.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso:* estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pucinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al*. Campinas,SP: UNICAMP, 1995.

PETRI, Verli. *Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60.* Disponível em: <http://www.ufsm.br/corpus/txts_profes/Verli_expressao.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2011.

_____. Algumas reflexões sobre o sujeito nos estudos da linguagem. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 2004, n. 13/14. p. 65-74.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral.* São Paulo: Cultrix, 1982.

Recebido em 30/08/2011
Aceito em 02/10/2011

POLÍTICA DE LÍNGUA E CIBERESPAÇO: LINGUAGEM, CULTURA E IDENTIDADE DIGITAIS[1]

POLICY OF LANGUAGE AND CYBERSPACE: DIGITAL LANGUAGE, CULTURE AND IDENTITY

Julio Cesar MACHADO[*]

Resumo: Propomos uma investigação do funcionamento das línguas na fronteira entre realidade e virtualidade (dimensão humana e ciberespacial). Queremos propor e sustentar a hipótese incontornável de uma predisposição de dupla distribuição linguística na modernidade: a linguagem oral e a linguagem manual, e a ressignificação da gramaticidade.

Palavras-chave: Ciberespaço; Política de língua; Enunciação.

Abstract: We propose an investigation of the functioning of languages on the border between reality and virtuality (the human and cyberspace dimension). We propose and support the hypothesis of an unavoidable bias of dual language distribution in modernity: the oral language and the manual language, and the gramaticity resignification.

Keywords: Cyberspace; Policy of languages, Enunciation.

Introdução

Nossa proposta é refletir enunciativamente sobre a linguagem do ciberespaço no interior de uma Semântica Histórica da Enunciação. O que apreende o estudo da língua enquanto relação entre línguas que se constitui pelo funcionamento linguístico de determinado espaço. Assim nossa estratégia é focar diretamente o sentido para podemos refletir sobre alguns pontos da prática e o processo didático das línguas na atualidade. Observaremos o sentido enquanto efeito resultado de uma anterioridade (um passado) e de atravessamentos sócio-históricos.

[1] Este artigo representa uma reflexão inicial e outra abordagem (e por outro prisma analítico) de um artigo já publicado na revista Abehache, n. 2, da USP. Tal texto compreende estudos atuais do Grupo de Investigações Semânticas e Discursivas da Fesp (GISD-FESP/UEMG).

[*] Doutorando em Linguística na Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. Contato: julio.semantica@gmail.com.

Assim, especificamente, nossa discussão inscrever-se-á e desenvolver-se-á pelos questionamentos do que é chamada política linguística[2] (um olhar administrativo-estabilizador para as línguas) e política de língua[3] (um olhar de funcionamento-desestabilizador para as línguas), uma vez que a enunciação é sempre, como chamamos, um acontecimento político[4]. No nosso caso, essa diferença será particularmente visível através da noção de espaço de enunciação[5]. Aí, onde as línguas são divididas e distribuídas desigualmente, observaremos especificamente o que chamamos de linguagem manual, ao refletir privilegiadamente os espaços real e virtual.

É pertinente mencionar, antes de mais nada, que adotamos uma postura analítica que acarreta efeitos relevantes e produtivos justamente por debruçar-se sobre um região menos frequentada em pesquisas semânticas desse interesse de política de língua. Ou seja, propomos pensar a política de língua por um deslocamento fundamental, e pouco perscrutado: *a relação entre línguas pela perspectiva da não-ética, o avesso das reflexões linguísticas que se pautam na ética.* Expliquemo-nos.

Foi Orlandi (1998) quem postulou a articulação entre política linguística e ética. Para a analista, os estudos de política de língua até então se desenvolvem sobre certa ética linguística, que sucintamente se resume em três engendramentos: 1) a ética da *unidade* (língua una), utopicamente almejada por governos, administrações e documentos oficiais; 2) a ética da *dominação,* como a orientação de um inglês enquanto língua *mor* da ciência, latim enquanto língua *mor* da ritualística religiosa (catolicismo), ficção (evocação de fórmulas oficiais, como em Harry Potter, por exemplo), e jurídica (de aspecto

[2]*Política linguística*: investigação da distribuição e significados das línguas nos seus espaços, mediante agenciamentos "oficiais": governamentais, culturais, geográficos, convencionais, escolares, e etc.

[3]*Política de língua:* investigação da distribuição e significados das línguas nos seus espaços, mediante agenciamentos "extra-oficiais": próprios de sua forma de existência, regulados por efeitos não-normativos.

[4] *Político*: noção de Guimarães (2002) que caracteriza a enunciação enquanto acontecimento sempre sujeito à divisão (igual sempre desigual). Quando se afirma, sempre há a reclama do pertencimento dos não-incluídos.

[5] *Espaço de enunciação*: "são espaços de funcionamento da língua que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante" (GUIMARÃES, 2002, p.18).

organizacional); da partitura enquanto língua *mor* dos registros sonoros, etc.; e 3) a ética da *diversidade*, isto é, o "respeito cultural", enquanto elaboração ilusória de um espaço enunciativo mundial equitativamente distribuído e funcional, bem como uma predominância de enunciados que abafam as lutas e exclusões de línguas menos acessíveis (como o Guarani, que elenca as línguas do Mercosul sem ter efetividade nas negociações, e outras gamas de línguas rejeitadas na funcionalidade, mas existentes na oficialidade).

Diante desses três modos de refletir sobre a política de língua, o que ora propomos – e que ainda não fora contemplado – seria a não-ética da *transgressão*, própria do espaço virtual: dentre tantos agenciamentos, o funcionamento linguístico no espaço virtual (ou ciberespacial), independente do idioma, é determinado sobremaneira por uma velocidade enunciativa e uma economia de dígitos que configuram um modo de dizer agramatical e audiovisual não previstos em nenhuma arrolação dos engendramentos éticos. Há então uma regularidade anormativa que funcionamento no espaço virtual, que chamaremos de *linguagem manual.* Sua constituição não-ética se deve ao fato de que o exercício da língua no interior do espaço virtual é fundamentalmente discrepante do exercício da língua no espaço humano. Temos então uma dupla concepção de linguagem:

- *Linguagem oral* (própria do espaço enunciativo real):

Regularidade: normatividade gramatical, organicidade sintática, distribuição morfológica e simbologia alfabética. Exemplo: português, inglês, francês, etc.

- *Linguagem manual* (própria do espaço enunciativo virtual):

Regularidade: anormatividade e agramaticalidade (instigada por um funcionamento que reclama velocidade, e por um novo modo de enunciar, audiovisualmente). Opta-se por enunciações "animadas" e por simbologia não-alfabética (além da alfabética).

Nosso trabalho assenta-se no entremeio de dois espaços enunciativos: a dimensão humana (real[6]) e a ciberespacial (virtual). É necessário considerar que, pelo nosso foco, enunciar no virtual acarreta um modo de dizer surreal, diferente, antonímico à normatividade tradicional do espaço real, devido à sua deontologia, modo, distribuição e organização próprias. O ciberespaço enquanto possibilidade de enunciação é o modo de trazer a não-razão do virtual para a racionalidade do real, de forma a (des)(re)configurar o funcionamento linguístico da modernidade.

Justificativa

A relevância de uma pesquisa Linguística sobre o funcionamento enunciativo ciberespacial é de pertinência direta ou indireta para toda ciência, uma vez que a produção científica contemporânea desenvolve-se sobremaneira no espaço virtual, ou afetada por ele. Concomitantemente, a Linguística (como todos os saberes científicos) é agenciada atualmente pelo ciberespaço. É incontornável pensar o exercício da língua na atualidade isolado da virtualidade. Tomar a palavra na contemporaneidade é inscrever-se na configuração moderna da interação e subjetividade condicionadas ao acontecimento virtual, pois pela enunciação "das mãos", o sujeito: compra, vende, paga, vota, contrata, ensina, informa-se, entretém-se, gradua-se, forma-se, relaciona-se, documenta-se, enfim: *constitui-se.* A virtualidade passa a ser condição de existência do sujeito na modernidade, ou cada vez mais vigora a extinção empírica em detrimento de uma interação flutuante (entre o real e o virtual) como quesito basilar social. E a premência virtual incita um estudo linguístico sólido sobre a linguagem manual, ainda não oficializada, embora amplamente utilizada.

Por outro lado, é necessário que a Linguística teorize, por um estudo robusto de relação entre línguas, a linguagem manual, que embora recorte memoráveis das línguas orais tradicionais acima mencionadas, transtorna sua sintaxe, morfologia, fonologia e suas normatividades, ao privilegiar uma configuração mecânica que

[6]*Real*: não o fato empírico, mas a construção desse real pela enunciação. Especificamente aqui chamaremos de real o espaço enunciativo humano, que marca fronteira com o espaço enunciativo virtual (o ciberespaço).

sincretiza e reconfigura a dicotomia verbal/não-verbal ao constituir-se de *emotions*, abreviações, sinais sonoros, fotos, animações, recortes animados, combinações, transtorno da leitura esquerda-direita, enunciações sem letra alguma, etc., além de serem reguladas por certa abertura ao que é fechado no espaço real (a possibilidade caótica). Urge na Linguística pesquisas digitais com cientificidade suficiente e eficiente. Propomos um estudo do *diferente* (o não-ético) na relação entre línguas, ultrapassando tratados geográficos, étnicos, institucionais, etc. (o ético), procedendo uma metodologia que acentue a observação da relação entre o *mesmo* perpetuante (próprio da linguagem oral) e o *diferente* transgressivo (próprio da linguagem manual).

Partimos do pressuposto que nosso objeto de estudo não está previamente dado, mas é construído a partir de nossos questionamentos. Desta forma, queremos observar a linguagem manual asseverando que nosso foco para o atípico na política de língua é relevante porque permite visualizar o jogo político dos falantes ao rejeitarem/aceitarem as enunciações não-éticas de transgressão das convencionalidades padrões sociais, explicitando que a diferença marca a relação entre línguas tanto na estrutura quanto nas regularidades do dizer.

Criamos os lugares didático-gramaticais agenciados pela insuportabilidade do diferente e pela mania de organizar o mundo. Há um jogo linguístico *proibido X lícito* de certa forma agencia, predispõe e distribui as línguas nos subespaços gramaticais éticos do espaço real, e agramaticais não-éticos do espaço virtual. Calada na dimensão ética (no espaço real), a enunciação transgressiva efetivará seu eco na dimensão não-ética (no espaço virtual), no formato de uma predisposição simbólica um tanto bizarra, típica de sites informais, no tocante à estética e à regularidade.

O repúdio do espaço real é respeitável no ciberespaço. Portanto, considerar a argúcia da transgressão põe sempre uma divisão: a linguagem manual – aqui especificamente em chats informais – funciona sem repúdio, produz efeitos, disputa a voz com a normatividade erudita, e muitas vezes ganha essa disputa, sem contudo ser censurada como o é no espaço humano. O espaço virtual parece ser o lugar de primazia de enunciações do proibido e do

diferente. A "sanidade" erudita, inclusive, é quem é repudiada em mecanismos de interação virtuais.

No interior de nossa proposta, é interessante levar em conta também o modo de raciocínio científico sobre o qual se debruça o quadro epistemológico da Linguística. Sua forma de pensar revela que o homem não sabe lidar com o diferente, porque raciocina pela razão (é difícil pensar a não-ética pela ética). Como é o homem quem faz ciência, a ciência nos moldes da razão (e da lógica) se dispôs (GADET, PÊCHEUX, 2004), erradicando o estranho de si. O diferente representa perigo para o mesmo. Erradicado do meio ético-linguístico, esse silêncio repercutiu nos moldes científicos. Uma linguística que prime por uma cientificidade razoável e plausível deve relevar que o funcionamento das línguas são agenciadas não apenas pela vigilância dos pressupostos racionais, mas pela transgressão dessa racionalidade. E para apreender um funcionamento que foge à razão, dever-se-á predispor de um aparato teórico que não tenha fundamento na lógica. Isso nos orienta para a concepção teórica visada nos próximos tópicos.

O que queremos marcar nesse trabalho é que o modo de dizer não-ético, interditado no espaço enunciativo humano, ganhou alforria notória no espaço enunciativo virtual. E o mais notório: *ali é necessário, funciona, solidifica-se enquanto linguagem, e tem importância.*

Esse novo modo de exercício da língua assevera que o não-ético enquanto acontecimento enunciativo virtual significa que a subversidade escapa à domesticação e fascina o homem. O triunfo da informalidade na internet – especificamente nos chats – expõe que nossa época venera a desordem, e traz para o interior da análise a atualização da noção do diferente como determinante enunciativo. O ciberespaço configura-se enquanto espaço enunciativo regulado pelo avesso do espaço real. Enunciar "com as mãos", em certa medida, é poder configurar nossa interação social numa dupla personalidade: pelo espaço real detemo-nos em lugares possíveis enquanto no espaço virtual é-nos plausível assentar em lugares impossíveis (como um médico, um advogado, um professor, um juiz, etc. diria tais coisas no espaço real? O que é proibido dizer no real, diz-se no virtual). A dupla personalidade de sujeito, ou a possibilidade do enunciador-flutuante (real ético/virtual não-ético), como veremos,

constitui uma válvula de escape: *precisa-se dizer sempre.* Interditado ou não, *a voz sai*. E se a enunciação é proibida pela razão, escapa pela loucura. Esse funcionamento dá proeminência linguística e cientifica para o atípico.

Objetivo

Esse artigo será norteado por dois objetivos principais, e alguns específicos:

O primeiro, de inscrever nas reflexões da política de língua, as bases de uma distribuição de línguas configurada por dois espaços distintos, vizinhos e inseparáveis, que geram o efeito de flutuância de um enunciador biespacial: o espaço real e o virtual, agenciados por regularidades sócio-históricas que instaurarão a enunciação nos moldes de linguagem oral e linguagem manual. Nesse foco, lançaremos mão de recortes de ferramentas de interação, conhecida como Messenger.

Para cumprir esse primeiro objetivo, é-nos indispensável transcorrer uma via de objetivo específico, refletir sobre um raciocínio que prevê a enunciação, de forma geral, agenciada por duas regularidades:

A) A ética que configura o espaço real. E ética rememora a proibição de certos enunciadores (é proibido transgredir a normatividade, e é essa convenção que determina a linguagem oral). A ética agencia o uso da linguagem oral, faz funcionar línguas gramaticalmente; e

B) A não-ética que engendra o espaço virtual. E não-ética rememora a possibilidade de qualquer enunciador (é lícito transgredir a normatividade, e é essa transgressão que determina a linguagem manual). A não-ética agencia o uso de linguagem manual, faz funcionar línguas agramaticalmente.

E o segundo objetivo geral, consequência e sustentáculo do primeiro: uma atualização teórica dos estudos enunciativos brasileiros, que urge devido ao formato complexo da configuração social moderna, em flutuância (o ancoramento da enunciação em dois pontos de vista ao mesmo tempo, que definimos como enunciador flutuante), de certa forma não prevista nos dispositivos teóricos tradicionais ou disponíveis. Nossa atenção teórica afasta-se de mecanismos absolutos para melhor apreender funcionamentos de permeio, que produzem efeitos de sentidos somente percebidos se acessados por ferramentas

plausíveis enquanto mecanismo capaz de abordar espessuras atípicas da linguagem.

Por exemplo, o "sujeito metálico" é um dado que dificilmente pode ser processado pelas diversas vias linguísticas atuais, de cientificidade insatisfatória para objetos limítrofes como a "enunciação manual", justamente porque essa voz recorta uma origem indefinida teoricamente: seria essa voz manual uma relação com qual mundo? (viés enunciativo-filosófico); seria essa voz a relação com qual palavra: mecânica ou humana? (viés estrutural); seria essa voz relacionada à qual verdade, se o virtual não é classe veritativa, mas simulacro? (viés enunciativo-referencialista); seria essa voz significada pelo uso de qual estrutura, se essa "nova" estrutura agramatical não tem existência? (viés estrutural-enunciativo); seria essa voz a intenção de qual sujeito, se se considera o sujeito como um engendramento empírico, muito embora o virtual seja abstração, e não empiricidade? (viés enunciativo-pragmático); teria essa voz estacionamento em qual língua tradicional, uma vez que o simbólico audiovisual caótico e não-alfabético não é previsto no arrolamento documental histórico e cultural literário? (viés filológico); essa voz manual recortaria qual memorável, se a não-ética da agramaticalidade não tinha existência na política linguística até a manifestação da internet? (viés semântico-histórico da enunciação)?

Como se vê, nenhum desses estudos parece dar conta de processar com satisfatoriedade científica (e por satisfatoriedade entendemos um rigor científico que responda, mesmo que não solucione, aos novos funcionamentos linguísticos) os dados do que chamamos voz manual e seu sujeito metálico[7].

Tal objetivo geral de forjar o aparato teórico plausível, nos remete a um objetivo específico, o da solidificação dos pressupostos de enunciador flutuante bem como a Teoria da Agitação Enunciativa, outrora sugerida por nós, que pretendemos atingir pela própria desenvoltura das análises, e discussões meta-teóricas abrangentes, que foque nosso propósito de observar a enunciação do não-ético não enquanto reflexão por ela mesma, mas enquanto apoio para poder

[7] É bom que se diga que não afirmamos que essas linhas linguísticas são impotentes diante desse tipo de *corpus*, senão que, pela nossa definição de satisfatoriedade exigente, elas fariam suas inferências com certa dificuldade ao abordar questões como essa por uma postura enunciativa.

vislumbrar a política de língua pela agitação entre línguas no limite dos espaços real/virtual que se reclamam mas também se estranham. Consideremos uma dicotomia basilar:

ESPAÇO ENUNCIATIVO REAL	ESPAÇO ENUNCIATIVO VIRTUAL
Dimensão humana	Dimensão mecânica
Regulado pela ética da *convenção*	Regulado pela não-ética da *transgressão*
Linguagem oral	Linguagem manual

Pela proposta da teoria da agitação enunciativa (evidência X aparência), melhor elucidada no item abaixo, objetivaremos poder dizer que a política de língua integra um jogo de agitação entre a **evidência** de um modo de conceber a língua enquanto registro alfabético- simbólico completo e exato, que produz efeitos de sentido amparados nas articulações da estrutura, e a **aparência** de um modo de pensar as línguas enquanto registro semi-alfabético ou não-alfabético, sempre incompleto, vago e inexato, que produz efeitos de sentido pela interpretação. Pela agitação enunciativa vislumbra-se o agenciamento moderno que conjuga a simultaneidade entre o espaço real e virtual, instaurando um sujeito metalizado, constituído por um enunciador flutuante (mecânico e humano inseparáveis devido ao atravessamento sócio-histórico). Distintos enquanto dimensões são inseparáveis enquanto funcionamento.

Fundamentação Teórica

Assim como dissemos que o objeto não está previamente dado, mas é passível de configuração, também não cremos em uma disposição teórica fechada. A teoria, embora predisposta, é engendrada por uma especificidade teórica própria que a particularidade do *corpus* reclama.

Prefacialmente, defendemos que a relação palavra-objeto não se dá de forma direta, mas pelo modo transitivo e irregular do atravessamento político, social e histórico intrínsecos ao ato de dizer. Repudiamos a abordagem direta palavra-palavra, palavra-mundo ou

palavra-verdade em detrimento da proeminência palavra-sentido (possibilitada pela historicidade), que constrói um objeto pelo viés enunciativo, transcendendo essas relações anteriores. E ao falar em sentido, vislumbramos o modo como o real é significado na linguagem pelo memorável (instância enunciativa da historicidade). Por isso, o estudo do sentido desvela o funcionamento da língua que elabora as tramas da política de língua.

Entendemos que o tratamento do sentido reclama um aparato teórico capaz de processar "o fora" que o constitui, o além-estrutura e o além-modo de raciocinar por vias elegantes da razão e da rigidez de um sistema. Assim privilegiamos uma postura de pesquisa que eleja o inexato e a não-razão no funcionamento da linguagem, bem como um *modus operandi* menos simplista e mais sofisticado, compatibilizado com a complexidade social, histórica e política da língua, que ponha em xeque os procedimentos analíticos que vislumbram uma sociedade matematicamente regular ou uma Linguística lógica ou veritativa. Para considerar essas vias propomos a teoria da agitação enunciativa (MACHADO, 2010d), como veremos.

Nosso trabalho instiga a desenvoltura de mecanismos e um modo de raciocínio capazes de abordar espessuras atípicas da linguagem, imprescindíveis para uma política de língua da forma que abordamos aqui, outorgando o postulado de linguagem (manual) ao conjunto de diferenças tidas por deslizes normativos. Desse modo, nosso construto teórico filia-se a um campo linguístico maior, e a um outro menor, por nós já iniciado e desenvolvido no mestrado. Com isso, queremos dizer que nossa pesquisa interessa não só pela contribuição necessária de analisar um objeto que conclama a voz da Linguística de forma urgente, mas por continuar a desenvolver mecanismos teóricos extraordinários, fazendo avançar a teoria da enunciação brasileira e percebendo resultados novos.

No que concerne à inscrição em um campo teórico maior, filiamo-nos à Semântica Histórica da Enunciação[8] (que acessa o sentido pela historicidade inerente ao acontecimento enunciativo) enquanto teoria piloto deste trabalho, e à Semântica do Acontecimento enquanto dispositivo metodológico-procedimental analítico

[8] Tal como desenvolvida, basilarmente, por Guimarães (2002, 2007, 2009) e Schreiber da Silva (1999).

(priorizando principalmente os procedimentos de reescrituração e articulação, como se verá). Já no que concerne à inscrição em um campo teórico menor, de forma inédita na política de língua, filiamo-nos à Teoria da Agitação Enunciativa[9] por nós desenvolvida, enquanto *modus operandi* de investigação dos dados (perscrutando as espessuras de evidência e aparência no acontecimentos virtuais). Passemos a aclarar nossa disposição teórica.

O objeto de estudo de nossa linha teórica é a enunciação. Por isso, nossa unidade de análise é o enunciado enquanto inserido em um texto[10]. Dizemos que esse texto constitui-se enquanto tal pelo funcionamento da língua. E essa especificidade do funcionamento da língua é por nós tratada como acontecimento (enunciativo). Assim o acontecimento é um recorte do dizer, que não acontece em um tempo, mas temporaliza, que não é constituído pelo sujeito, mas constitui sujeitos, que não veicula sentidos domesticados, mas produz efeitos de sentido de forma não estabilizada. Isso será perceptível na desenvoltura da análise do espaço virtual.

Entreveremos que uma análise apriorística do acontecimento é percebê-lo enquanto atravessado por determinações históricas e sociais, que vislumbram a luta pela voz de falantes incluídos, excluídos e suas interpretações de pertencimento e despertencimento, dadas pela disparidade dos Locutores (ou seja, nessa perspectiva, o falante é díspar entre um Locutor (com maiúscula, que representa a origem do dizer) e locutor (com minúscula, que representa o lugar social do dizer). Ambos, Locutor e locutor, funcionam simultaneamente pautando-se em um lugar de dizer que se pretende não social e não histórico, denominado enunciador. E esse enunciador merece uma atenção maior, devido à nossa proposta de atualização teórica.

Nossa discussão sobre a não-ética acentua o teor do enunciador, lugar de dizer. Guimarães (2002, p. 26) propõe três enunciadores: universal (lugar de dizer submetido ao regime do verdadeiro ou falso), genérico (lugar de dizer da repetição do dito popular) e individual (lugar de dizer da circunstancialidade e da

[9] Tal como temos sugerido e desenvolvido (MACHADO, 2010a, 2010c, 2010d, 2010e e 2011a).

[10] *Texto*: "unidade significativa sem a qual é impossível que um enunciado signifique" (GUIMARÃES, 2007, p. 5). Por essa ideia de texto, o enunciado só terá sentido se inserir-se em outra unidade maior.

independência da história). Em nossos trabalhos anteriores, nós propomos um quarto enunciador: o lugar de dizer *flutuante*, pois como temos dito, há farto registro de acontecimentos que nos permite observar que a sociedade moderna não mais se dispõe em lugares de dizer X ou não-X, ou em lugares inteiriços X, Y, Z, etc., senão num feitio flutuante (RANCIÈRE, 1996) de lugares X/não-X simultâneos, ou nas posições mistas de X-Y, Y-Z, X-Z, etc.[11].

Ancorados em Rancière (1996, p. 103) quando afirma que o povo "é uma unidade que não consiste em nenhum grupo social", são "sujeitos *flutuantes* que transtornam toda a representação dos lugares e parcelas", e em Guimarães (1997, p.3), numa fugidia antecipação teórica que desvela um enunciador atravessado pelo político, queremos assumir efetivamente a possibilidade teórica de um *enunciador-flutuante*, que nesse trabalho, é lugar de dizer do acontecimento manual, que em recortes de chats e enunciados informais, reza a inseparabilidade entre normatividade e anormatividade, evidência alfabética e aparência não-alfabética, que embora representem características distintas, mantém funcionamentos dialógicos e indissociáveis.

Nos recortes escolhidos, objetivamos investigar esse funcionamento bissituacional onde o falante tem sempre um avatar surreal que confunde/miscigena sua vida real. Esse enunciador-flutuante tem origem na nossa já referida proposta da teoria da agitação enunciativa, enquanto *modus operandi* da pesquisa. Passemos a ponderar tal teoria.

O filósofo Georg Klaus, em sua obra *Sprache der Politik* (KLAUS, 1971 *apud* PÊCHEUX, 2009, p. 257), inicia as premissas de uma teoria que chamou teoria da agitação. Ele observou que há na linguagem distinção entre o ser (*Wesen*) e a aparência (*Schein*).

O que propomos em momentos anteriores, apreendendo resultados interessantes, foi um deslocamento da teoria da agitação para a teoria da agitação enunciativa. Isto é, abandonamos o memorável da divisão platônica Lógica/Retórica desse autor, uma vez que nosso ponto de vista teórico dele se afasta, e reformulando principalmente as propriedades primárias de existência/aparência para

[11] Como exemplos (MACHADO, 2010d, 2010e) temos os enunciadores-flutuantes: emo (enunciação do masculino e feminino simultâneos), samba-rock (enunciação da suavidade e da agressividade contrastivas) etc.

enunciação de evidência e *enunciação de aparência,* abandonando o olhar físico, empírico, filosófico, psicológico e etc. de Klaus (mantendo contudo sua determinação ideológica, que preferimos tomar como enunciador), em detrimento de uma materialidade linguística em funcionamento, típica de uma pesquisa enunciativa.

Ao propor esse dispositivo, estamos afirmando que, para nós, a constituição da enunciação, embora paute-se sobre uma disjunção (evidência e aparência), funciona em conjunto. Em outras palavras, o processo enunciativo, para nós, assume duas propriedades constitutivas: evidência e aparência, de forma que tomar a palavra é estabelecer uma agitação entre o exato e o inexato. Isso também quer dizer que, de certo modo, se pensadas em conjunto, as propriedades de evidência e aparência põem a língua em funcionamento, o não-acordo das duas espessuras, ao reportar-se ao objeto, perpetua a atividade de enunciação. Todo dizer é uma aparência e uma evidência, indissociáveis. O efeito de enunciação fará um ou outro prevalecer. Assim, a enunciação de evidência sempre terá uma orientação para a aparência, que a incomodará, da mesma forma, a aparência sempre terá uma orientação futura de evidência. E não se trata do olha político ("X *versus* Y", dado por enunciadores adversos) senão de um olhar de cumplicidade ("X mais Y", dado por um único enunciador-flutuante).

Como visto, a pesquisa proporcionará novos olhares para o estudo enunciativo, ainda não explorado por este prisma, ao vislumbrar no exercício da língua: o simbólico que se veste de completo (enunciação de evidência) e o simbólico que se despe para o incompleto (enunciação de aparência), ambos antecipando um texto.

Por sobre nossa discussão, no tocante ao espaço de enunciação, assumimos que as enunciações do ciberespaço significam uma aparência do espaço real (enquanto que o espaço real significa uma – suposta – evidência do mundo). Apenas esses pressupostos já fazem sopesar relações semânticas nos enunciados eleitos para análise. No tocante à política de língua, os liames do real/virtual é tal que põe a distribuição: se no espaço enunciativo humano a sempre *evidência ética*, repetitiva, reguladora da normatividade gramatical, e de pudor social são o *a priori* da *linguagem oral*, no ciberespaço enunciativo a *aparência dessa ética* (a não-ética), o diferente regulador do deslize,

do avesso, do lapso, da caricatura, do exagero, da ousadia, da imprudência e da "não papas na língua", são o *a priori* da linguagem manual. E uma análise orientativa (real *ou* virtual) ou uma análise política (real *versus* virtual) seriam incompletas, uma vez que o funcionamento linguístico do ciberespaço é misto, e precisa ser acessado por aparato misto (real *mais* virtual).

No que tange ao acontecimento, locutar no ciberespaço instaura um sujeito divido entre a evidência do eu-normativo da realidade, repetitivo e polido pela linguagem oral, e da aparência do eu-transgressivo da virtualidade, inovador e despreocupado pela linguagem manual. Já no tocante à argumentação e à textualidade, o modo de proceder as análises no interior da sempre agitação entre evidência ética/aparência não-ética, desvelará a condição subjetiva da interpretação como efeito de conclusão de análise, dando um efeito de nunca esgotamento de resultados.

Metodologia

De forma geral, faremos recortes de enunciados virtuais sobre os quais nossa metodologia soerguer-se-á sob os auspícios de dois pressupostos:

I – *O da temporalidade enunciativa:* aqui percorreremos um passado (memorável) que faz significar um presente (formulação/argumentação), conduzindo o dizer para um futuro (orientação/textualidade); e

II – *O da correlação semântica entre o ético e o não-ético:* vislumbraremos efeitos inscritos no espaço enunciativo virtual (não-ético) proibido no espaço enunciativo real (ético), o que configura o panorama de uma política de língua moderna da era digital.

Esses dois pressupostos assim elencam os passos analíticos do percurso metodológico:

1) *Uma abordagem da agitação:* percebendo o aspecto semântico entre o memorável do espaço real que dá sentido ao acontecimento no espaço virtual, ou memorável do virtual que dá sentido ao

acontecimento no espaço real. O efeito dessa simultaneidade, que inscrevemos na *neo* noção de enunciador-flutuante;
2) *Uma abordagem descritiva do acontecimento e sua argumentação:* marcando notadamente o segundo pressuposto, ao explicitar nas descrições o forte embate do tradicional diante do novo: o enunciador universal *versus* o enunciador-flutuante, clarificando sempre duas orientações futuras: linguagem oral ou linguagem manual;
3) *Uma abordagem textual*: apreciando os sentidos de totalidade do recorte escolhido, procederemos ao dispositivo de reescrituração[12] e articulação[13], forjando essa instrumentação teórica quanto à asseveração de que os textos aqui estão dispostos não só no formato alfabético, não se dão agora somente por palavras, mas por construções audiovisuais, não-alfabéticas.

Análise

Observemos o recorte virtual, anônimo, posto em domínio público na *internet*:

[12]*Reescrituração*: relação semântica entre redizeres. Redizer algo que já foi dito (GUIMARÃES, 2009).
[13] *Articulação*: relação semântica entre palavras significadas por sua disposição em contiguidade (*idem*).

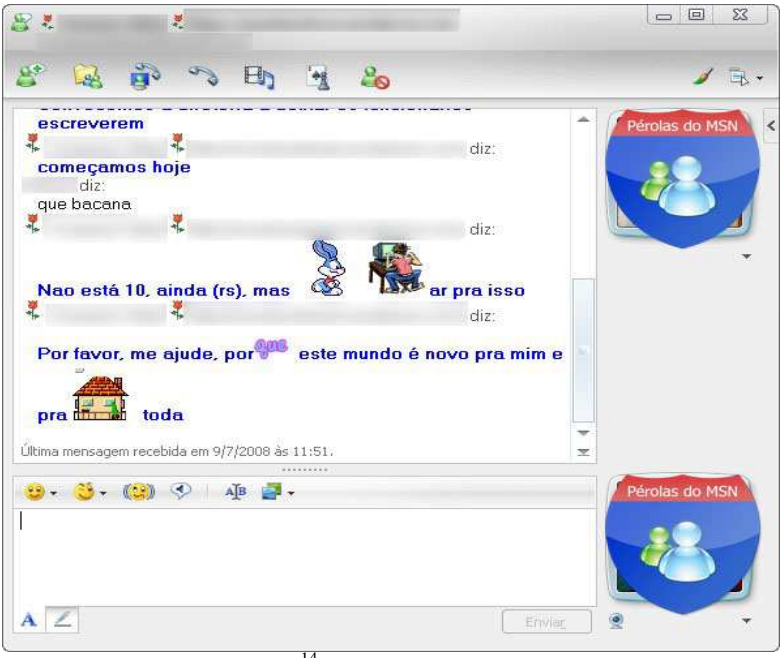

Figura 1 - Pérolas do MSN[14].

Por sobre ele, procederemos aos passos metodológicos anteriormente sugeridos:

1 – Por uma abordagem de agitação, diríamos que o enunciado dado, em si já significa, por recortar o memorável (passado) da língua portuguesa, da *gramaticidade*, proveniente do espaço real. Tal recorte produz a princípio um efeito de sentido de "erro", ao que se dá por trazer para o (presente) do acontecimento manual um outro recorte, o memorável do espaço virtual da *agramaticidade.* A agitação mostra então a perspectiva (futuro) da indissociabilidade entre o gramatical e o agramatical: funcionamento da política de línguas moderna. Além de propor, por vias argumentativas, duas orientações simultâneas: o a da "livre interação" (se se pensar pela linguagem manual) e o da "correção" ou "tradução" (se se pensar pela linguagem oral, aqui no caso o português). Em outras palavras, está inscrito na política de

[14] Disponível em <http:perolasdomsn.wordpress.com>.

línguas que o efeito de "errado", dado pelos deslizes morfossintáticos gramaticais no espaço real passam ater um efeito de "constitutivo", no espaço virtual. Neste ponto, diríamos que esse acontecimento pauta-se em um enunciador-flutuante enquanto um lugar de normatividade (evidência alfabética) e transgressividade (aparência audiovisual) simultâneos. A flutuância desse Locutor é marcada por ele ser um falante do português, com se vê, e ao mesmo tempo transtornar essa convenção, pela sua formulação. O Locutor errante instaurado pelo acontecimento do deslize, no espaço real, passa a ser sujeito autorizado, pela deontologia do espaço virtual, amparado pelo enunciador-flutuante que prevê o gramatical e o agramatical simultâneos (o Locutor errante-autorizado, pelo seu espaço).

2 – Tal acontecimento em si nos leva a contrastar o ético (normatividade) *versus* o não-ético (a transgressão normativa). Descrevamos um dos enunciados, destacando esses deslizes: *"nao (sem acento) está ainda (número 10), (imitação onomatopeica: rs), mas (coelho em movimento) (homem digitando em movimento) ar pra isso (falta de ponto final)"*.

Duas questões nos instigam: que língua seria essa? Que aceita sinais visuais, não alfabéticos, no entremeio mesmo dos sinais alfabéticos (como em "homem digitando"+"ar")? Qual sistema nos levaria a associar "homem digitando" com "trabalh"? Como pensar a política de língua em enunciados como esse? O mais digno de nota é que tal funcionamento flutuante (ético gramatical + não-ético agramatical) funciona em concordância. Gera-se um efeito de concordância entre X e não-X. Tais indagações, bem como essa regularidade de X não-X, é em si argumento que nos permite asseverar esse tipo de enunciado enquanto linguagem manual: não o português escrito, por rejeitar as regularidades eruditas, tampouco uma forma oral, por ser impossível de oralizar de forma padrão um "coelho em movimento" ou um "homem digitando". O acesso ao espaço virtual pela linguagem manual significa a redistribuição das línguas na era digital. A enunciação do audiovisual é argumento para a solidificação da linguagem manual, com regularidades atípicas (que chamamos não-ético).

3 – O terceiro passo traz à tona as noções de leitura e interpretação. Falar em unidade sígnico-textual de materialidades verbais-não-verbais sincréticas abarcará um novo modo de leitura, prenunciado por

Benveniste (2006, p. 18): os homens inventam línguas a cada instante, e cada vez de uma maneira nova. Complementaríamos dizendo que novas formas de línguas conclamam novas formas de leituras. A leitura discursiva de enunciados-imagens ainda pena na atualidade por encontrar convenções padronizadas[15]. Isso agencia o leitor a ser tomado pela noção de interpretação, que traz para a análise o fechamento de sentidos pela subjetividade da suposição (o que não significa introspecção de "achismo").

Quanto aos procedimentos de reescrituração e articulação que soerguem o texto, diríamos que: quanto à articulação, o enunciado acima se trata de um caso de articulação por dependência, onde "coelho em movimento" faz parte do sentido de "homem digitando" (chamaríamos de locução visual, aludindo à locução verbal), e esta locução visual faz parte do sentido de "pra isso". Ou ainda, "pra isso" depende do sentido das duas imagens (gerando, interpretavelmente, um sentido de "vou trabalhar pra isso", pelo procedimento de articulação).

Quanto à reescrituração, por uma intervenção sugestivo-interpretativa própria de leituras imagéticas, o elemento imagético animado[16] agramatical "coelho em movimento" reescreve por elipse o sintagma gramatical "foi" (em elipse por não estar explícito o "foi"). Também há reescrituras por elipse entre os elementos "homem digitando", que reescreve "trabalh" (sugerido pela vogal temática e desinência "ar", no final do sintagma verbal), e o elemento imagético-animado "casa", que reescreve o sintagma nominal elipsado "casa". Tal percurso inscreve-se no novo panorama da política de língua da atualidade.

Considerações finais

Este artigo consistiu em uma sucinta análise de um único recorte, que explicitou a emergência e a urgência de olhares teórico-linguísticos para o ciberespaço, dimensão angular do funcionamento das línguas na modernidade. A partir da agitação enunciativa, os

[15] Tal como trabalha e procura sistematizar, grupos da UFSCar, Unesp e Unicamp, dentre tantos, por exemplo.

[16] Os elementos coelho, homem no computador e a casa, ambos estão dispostos em movimento, e não em imagem congelada, o que não foi possível flagrar no recorte acima.

estudos semânticos são capazes de vislumbrar uma predisposição do dizer em que linguagem oral e linguagem manual instauram o Locutor moderno, concebido pelo entremeio de dois lugares: real e virtual, fundidos em uma única voz flutuante, pelo acontecimento enunciativo que os une.

Ler a linguagem manual significa inferir sobre elementos não alfabéticos, contramão das leituras e didáticas tradicionais difundidas em instituições escolares, aliadas da política linguística. Ainda é claro uma prática enunciativa não legítima, mas tão forte quanto a oficial: a questão da escrita, leitura e ensino em espaços escolares sustenta-se em um enunciador de evidência alfabética, abafando politicamente um funcionamento de um enunciador que lê e escreve pela aparência não-alfabética (cabal no ciberespaço).

Essa averiguação ratifica nosso postulado de que existe uma dinâmica motriz na enunciação agenciada por memoráveis de línguas que chamamos orais, o que não significa que não possam ser escritas, mas são reguladas pela normatividade ética qualquer de sua sintaxe, morfologia e fonética (português, inglês, francês etc.), e em correlação, por outro lado, pela linguagem manual, de impossibilidade oral parcial, que se constitui língua enquanto adequada pela efetivação de regularidades não-éticas "mecânicas" de sintaxe (construções que agridem a sintaxe), morfologia (substituições e abreviações que transgridem a norma morfológica), fonética (fábricas sonoras significativas, como alertas, recortes de vozes famosas, despertadores, imitações etc.) e visual (imagens congeladas, animadas, caóticas ou nítidas etc.). A linguagem oral tem finalidade de ser oralizada ou transcrita, ancora-se num enunciador universal ético de sensatez, e a linguagem manual tem finalidade de ser digitada, e ancora-se em um enunciador flutuante não-ético (de linearidade/deslinearidade gramatical), que instiga a atualização da noção de língua e de leitura, e faz repensar o processo didático de línguas. E esse trabalho não é uma proposta persuasiva, senão uma exposição de um funcionamento indesviável, quer se aceite ou não. Por ele se ressignifica o primado dos estudos e ensino sobre línguas ancorados em convenções de regras.

Um trabalho linguístico com esses interesses não só provoca revisões nos estudos semânticos e enunciativos, como também incita revisões nos estudos tradicionais de línguas, gramaticais, lexicográficos, dicionarísticos e didático-escolares, principalmente, por

atentar-se para um objeto subestimado na oficialidade, embora angular na funcionalidade: a linguagem manual.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo R. J. Guimarães *et al*. Campinas: Pontes, 2006.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v.1, n. 51. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. p. 49-68.

KLAUS, Georg. *Sprache der Politik.* Berlim: VEB, Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1971.

MACHADO, Julio Cesar. *Um estudo designativo em fronteiras enunciativas*: a corrupção pelo prisma da Semântica Histórica da Enunciação. 2010. 219 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2010d.

_____; SANTOS, Jocenilson Ribeiro dos. O emo por uma perspectiva discursiva e enunciativa: enunciado, identidade e sujeito. In: MIOTELLO, Valdemir (Org.). *Pensares bakhtinianos*: escritos impertinentes. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010e. p. 125-140.

_____. Contribuições da teoria da agitação para os estudos enunciativos: um estudo designativo do Relatório da CPMI do "mensalão". *Revista Virtual de Letras*, v.3, n. 1. Jataí: UFG, 2011. p. 69-88.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Ética e Política Linguística*. Campinas: Pontes, 1998.

PÉROLAS MSN. Disponível em <http:perolasdomsn.wordpress.com>. Acesso em: 30 nov. 2010.

RANCIÈRE, Jacques. O *desentendimento*. Tradução de Ângela L. Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

SCHREIBER DA SILVA, Soeli Maria. *Argumentação e interdiscursividade*. Porto Alegre: Mercado Aberto/São Carlos: Editora da UFSCAR, 1999.

Recebido em 08/06/2011
Aceito em 25/09/2011

POLIFONIA COMO EFEITO DISCURSIVO

POLYPHONY AS A DISCURSIVE EFFECT

Luís Fernando Bulhões FIGUEIRA[*]

Resumo: Neste artigo, pretendo discutir o conceito de polifonia, concebido pelo filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin. Procuro demonstrar que o conceito foi desenvolvido, considerando a perspectiva do autor, enquanto um recurso composicional ou um tipo de arranjo textual em produções literárias. Diferentemente, eu examino o mesmo conceito sob a base teórica da Análise do Discurso Francesa, considerando a polifonia como um efeito discursivo produzido nos sujeitos quando da leitura de determinados textos literários.

Palavras-chave: Polifonia; Efeito de Sentido; Leitura.

Abstract: This paper aims to discuss the concept of polyphony, conceived by the Russian language philosopher Mikhail Bakhtin. I aim to demonstrate that the concept was developed, considering the perspective of the author, as a compositional resource. On the other hand, I examine the same concept through the theoretical support of French Discourse Analysis, considering polyphony as a discursive effect produced in some subjects while reading certain texts.

Keywords: Polyphony; Discursive Effect; Reading.

> *A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma* reavaliação*: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro* (BAKHTIN, 1979, p. 135).

Introdução

Nosso objetivo é discutir o conceito bakhtiniano de polifonia, a partir de uma interface com a Análise de discurso de linha francesa (doravante ADF), calcada sobre os trabalhos de Michel Pêcheux, além das contribuições de Michel Foucault.

Segundo nossa visão, Bakhtin formula o conceito de polifonia tomando a perspectiva do autor (no caso, Dostoiévski) para

[*] Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2012. Contato: lu_nietzsche@yahoo.com.br.

caracterizar a noção como recurso composicional empregado estrategicamente no processo de criação literária pelo sujeito da enunciação.

Em nossa discussão, buscaremos demonstrar, tomando a perspectiva do leitor, em que medida seria possível considerar o fenômeno da polifonia como um *efeito* que se produz (ou não) no momento específico de cada leitura.

Nossa proposta é levantar algumas questões a respeito do fenômeno da polifonia e tentar discuti-las com base nos pressupostos teóricos da ADF, trazendo para a reflexão a perspectiva do leitor da obra literária, tendo em vista uma compreensão outra a respeito do conceito bakhtiniano.

Nesse sentido, deslocaremos o termo "polifonia" de um contexto apreciativo para outro, efetuando, portanto, uma reavaliação, que consistirá em apresentar uma outra maneira de se compreender o conceito.

Referencial teórico

Cumpre esclarecer, de início, que nossa opção por trazer elementos da ADF, como referencial teórico, para delinear nossas considerações sobre a perspectiva dialógica de Bakhtin, vem no sentido de *reafirmar* a possibilidade de articulação entre a obra do filósofo russo e os desenvolvimentos atuais da ADF (a despeito de algumas diferenças teóricas que não podem ser ignoradas).

Dizemos "reafirmar" (em vez de afirmar) a possibilidade de articulação, pois já encontramos no Brasil uma quantidade significativa de pesquisas, publicações e grupos de estudo que se dedicam a refletir sobre as proximidades e os distanciamentos referentes às obras de Michel Pêcheux e Mikhail Bakhtin.

Distanciamentos entre o dialogismo bakhtiniano e a ADF

No que se refere aos distanciamentos, podemos apresentar sumariamente dois deles. Primeiramente, há uma divergência quanto à concepção de sujeito nos dois autores: em Bakhtin, trata-se do sujeito constituinte, enquanto, para Pêcheux, trata-se do sujeito constituído pelo inconsciente.

Outra diferença notória entre os pensamentos dos autores supracitados refere-se às posições distintas que cada um desses autores toma em relação à obra de Ferdinand de Saussure.

Bakhtin recusa e acusa o abstracionismo do conceito saussureano de língua, e propõe que a reflexão sobre a linguagem deva tomar por objeto não o sistema abstrato da língua, mas as produções linguageiras efetivamente realizadas nas interações verbais.

Por seu turno, Pêcheux, embora proponha outro objeto - o discurso - para buscar compreender o processo de produção de sentidos na linguagem, reconhece e filia-se, de certo modo, à tradição saussureana, na medida em que toma o sistema abstrato da língua como base material sobre a qual ocorrem os processos discursivo-ideológicos.

Pêcheux salienta a relevância dos saberes saussureanos para o estudo formal da língua, sobretudo no que se refere à teoria do valor, a qual postula que um signo não tem valor positivo, mas se define por sua diferença em relação aos outros signos: um signo é aquilo que outros não são.

Já Bakhtin critica veementemente o objetivismo formalista saussureano, apontando para a necessidade de se rejeitar o estudo abstrato do sistema, a fim de que as atenções sejam voltadas para as realizações concretas, contextuais, materiais e históricas da língua.

Aproximações entre o dialogismo bakhtiniano e a ADF

Contudo, não obstante as diferenças anteriormente apontadas e a distância espaço-temporal[1] que separou as reflexões de Mikhail Bakhtin e de Michel Pêcheux acerca da linguagem, os pensamentos desses autores guardam notável semelhança no que tange a uma série

[1] Mikhail Bakhtin produziu sua obra nas primeiras décadas do século XX na Rússia. Michel Pêcheux, por sua vez, concebeu sua teoria do discurso na segunda metade do século XX (décadas de 60, 70 e 80), na França. A semelhança inequívoca entre elementos propostos pelos autores sempre insinuou em pesquisadores da área do discurso a suspeita de que Pêcheux teria tido acesso e conhecido a obra de Bakhtin. O que os textos de Pêcheux nos mostram é que houve um contato 'tardio' do autor com a obra bakhtiniana, conforme se pode verificar na obra escrita a quatro mãos com Françoise Gadet, *A língua inatingível* (Gadet e Pêcheux, 2004), em que há uma referência à obra de Bakhtin sobre François Rabelais e a cultura popular na idade média.

de outros elementos. Dentre eles, podemos mencionar: a inscrição em uma perspectiva materialista para compreensão da linguagem; a reflexão sobre o "exterior" linguístico como elemento constitutivo da significação; a articulação entre os domínios social, ideológico e linguageiro; etc.

Em nossa visão, o olhar de ambos os autores, por ser marcado pela perspectiva materialista, foi direcionado a enxergar a relação intrínseca entre o linguístico e o social, cuja imbricação é determinada pela dimensão ideológica.

Devido ao modo como concebem a constitutividade da linguagem pelo social, ambas as obras são marcadas pela reflexão sobre o papel da alteridade na linguagem.

De um lado, há o dialogismo bakhtiniano, noção que concebemos como central na construção teórica do autor, na medida em que tal noção representa o que, em nossa visão, pode ser apontado como o cerne da filosofia bakhtiniana da linguagem, a saber: a injunção do outro na linguagem. O discurso de outrem, a enunciação concebida como réplica (resposta a outros dizeres), o auditório social como aspecto condicionante da enunciação são alguns elementos conceituais que explicitam o espaço dedicado e o relevo indicado pela obra de Bakhtin à reflexão sobre a alteridade na linguagem.

Michel Pêcheux também elabora sua teoria do discurso com base no pressuposto da alteridade como constitutiva da linguagem. Para o autor, todo dizer (intradiscurso) é composto por já-ditos (dizeres-outros, de outros). Os discursos são constituídos por discursos-outros, retomados, repetidos, ressignificados, deslocados. O interdiscurso é o conceito-chave da construção pecheutiana. Por meio desse conceito, é possível pensar a relação entre o enunciado produzido aqui-e-agora e os já-ditos com os quais dialoga, presentes na memória discursiva. É possível, também a partir do interdiscurso, pensar a constituição heterogênea do intradiscurso (encadeamento linguístico linear da enunciação de um sujeito).

Desse modo, fica patente o papel que a consideração da alteridade desempenha tanto no que diz respeito ao pensamento de Bakhtin sobre a linguagem quanto no que se refere à teorização de Pêcheux sobre o discurso.

Portanto, tendo em vista as relações de aproximação e distanciamento entre essas duas vertentes dos estudos sobre a

linguagem, procuramos realizar, na sequência deste texto, uma discussão que, tomando a polifonia como objeto de reflexão, visa à articulação tensiva e produtiva das duas visões teóricas (muito semelhantes a respeito da linguagem), sem, contudo, apagar as diferenças existentes entre as duas perspectivas.

Aliás, podemos dizer que é justamente a tensão entre essas diferenças aquilo que nos possibilitará realizar a discussão a ser empreendida na sequência, a propósito do conceito de polifonia.

Polifonia em Bakhtin: recurso composicional do autor e arranjo textual

Na obra de Bakhtin, a polifonia é concebida como um recurso composicional de obras literárias, em especial o gênero romance. Em *Problemas da Poética de Dostoievski*, Bakhtin (1981) aponta de que modo o romancista teria empregado a polifonia em sua criação literária, no sentido de compor a obra, a fim de que as diferentes vozes ali presentes possuíssem o mesmo estatuto axiológico (ou valor), umas em relação às outras.

Na polifonia, as diferentes vozes que permeiam o discurso do narrador e das personagens não se sobrepõem umas às outras, no sentido de uma delas ser mais valorizada (ou desvalorizada) pela construção estético-enunciativa do autor; ao contrário, todas devem possuir o mesmo valor no interior da obra.

Daí o fato de a polifonia não se caracterizar tão somente pela pluralidade ou multiplicidade de vozes no interior de um dizer, mas, além dessa pluralidade (constitutiva de toda e qualquer enunciação), deve haver *equipolência*, isto é, igualdade entre o valor das diferentes vozes, para que se possa falar em polifonia.

Segundo Bakhtin (1981), "Dostoiévski é o criador do romance polifônico". (p.3). O autor teria produzido um gênero literário novo, justamente por articular o concerto de vozes no interior do romance de modo a torná-las equipolentes:

> *A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski*. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo

> uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente *a multiplicidade de consciências eqüipolentes e seus mundos* que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade. Dentro do plano artístico de Dostoiévski, suas personagens principais, *são*, em realidade, *não apenas objetos do discurso do autor mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente significante* (BAKHTIN, 1981, p. 2, grifos do autor).

As vozes equipolentes no interior do romance polifônico seriam formas de se representar, na materialidade linguístico-textual, visões de mundo ou ideologias distintas, que convivem sempre em pé de igualdade no interior da obra.

Nesse sentido, as vozes não são tratadas e manipuladas como objetos do discurso do autor, pois este não dá prioridade a nenhuma delas. Em outras palavras, o arranjo de vozes feito pelo autor busca não transmitir juízos de valor por parte de sua autoria. De acordo com Bakhtin, o propósito do autor está justamente em representar a multiplicidade linguístico-ideológica do mundo social:

> A impressionante independência interior das personagens dostoievskianas [...] foi alcançada através de meios artísticos determinados. Trata-se, antes de mias nada, da liberdade e independência que elas assumem na própria estrutura do romance em relação ao autor, ou melhor, em relação às definições comuns exteriorizantes e finais do autor. Isto, obviamente, não significa que a personagem saia do plano do autor. Essas independência e liberdade integram justamente o plano do autor. Este como que determina de antemão a personagem em liberdade (relativa, evidentemente) e a introduz como tal no pano rigoroso e calculado do todo (BAKHTIN, 1981, p.8).

Se assim não fosse, as vozes seriam objetos manipulados pelo autor, de modo a privilegiar a sua visão de mundo pessoal dentre àquelas que são representadas no interior do romance.

Diferentemente, as vozes são organizadas na materialidade textual de modo que representem as várias visões de mundo que encarnam. São, portanto, consideradas como *sujeitos* do discurso que cada uma delas veicula, proporcionando uma existência autônoma para cada um dos vieses ideológicos presentes no concerto textual.

Cabe ao autor do romance polifônico, portanto, cuidar para que nenhuma voz prevaleça sobre as demais, a fim de garantir a equidade entre elas. Do contrário, não haveria polifonia, nos moldes como esta é definida por Bakhtin.

A respeito da conceituação que Bakhtin nos dá sobre polifonia, dois aspectos nos chamam a atenção. O primeiro deles é que, enquanto recurso composicional do texto literário, a polifonia é concebida olhando-se pela perspectiva do autor da obra.

Nesse caso, olha-se para o texto (o romance), percebem-se as diferentes vozes em pé de igualdade, e deduz-se que o autor teria intencionalmente manipulado os elementos linguístico-literários (seleção lexical; ordenação sintática de vocábulos; escolhas temáticas; organização do enredo; etc.) com vistas a obter como resultado final do processo de criação um concerto de vozes sem sobreposição, predominância ou hegemonia de umas em relação às demais.

Outro aspecto a ser levado em conta na conceituação da polifonia por Bakhtin é o valor que cada voz apresenta no interior do texto literário. A noção de valor aqui é fundamental para que se possa verificar ou não a ocorrência de polifonia. Para que as vozes sejam equipolentes, o valor de todas deve ser igual, deve estar no mesmo grau de relevância no interior da obra.

A partir desses dois aspectos concernentes à noção de polifonia, podemos levantar algumas questões, que apresentamos abaixo para, em seguida, prosseguirmos com a discussão delas.

1ª: Ao propor a polifonia como recurso composicional manipulado pelo autor, Bakhtin não estaria revelando uma concepção de sujeito-enunciador pragmático, que controla os efeitos de sentido de seus dizeres, pois planeja estrategicamente os recursos de que dispõe a fim de atingir os objetivos estético-comunicativos que pretende?

2ª: Seria possível, numa perspectiva pecheutiana do discurso, e sem que se dispusesse de material sobre o processo de criação do autor (entrevistas, testemunhos, autobiografia etc.), inferir, a partir da leitura dos romances de Dostoiévski, que o resultado de equipolência de vozes teria sido obra intencional do sujeito-escritor?

3ª: Como determinar o grau valorativo de cada voz presente no interior da obra literária, para que se possa falar em equipolência? Onde localizar o valor das vozes? Na materialidade linguística do texto? Na intenção do autor? Na percepção de cada leitor?

Enfim, são essas as questões que colocamos para convidar o leitor a refletir conosco. Abordaremos tais questionamentos na sequência.

Polifonia como efeito: a perspectiva do leitor

Uma vez abordada a conceituação que Bakhtin faz da polifonia, partiremos para a discussão das questões acima colocadas, trazendo a visão da ADF no sentido de promover uma extensão teórica em relação ao conceito bakhtiniano, visto agora sob a perspectiva do leitor.

Diante de uma materialidade linguístico-discursiva, o analista de discurso empreende sua leitura analítico-interpretativa, na qual é afetado por determinados efeitos de sentido que aí são produzidos.

A partir de então, buscará explicar o processo de produção desses sentidos, isto é, buscará na "exterioridade", sempre constitutiva das significações, elementos que auxiliem a compreender como aqueles determinados efeitos de sentido foram produzidos.

A produção de sentido, segundo a ADF, é determinada não só pela materialidade linguístico-textual, mas também pela "exterioridade" da linguagem (Condições de produção: Formações Ideológicas; Formações discursivas; Interdiscurso; Memória discursiva) e (não podemos esquecer) pela *referencialidade polifônica* do sujeito-leitor, cuja subjetividade é constituída tanto pela língua quanto pelo "exterior" linguístico.

Segundo Santos (2000), referencialidade polifônica é o:

> Termo usado para indicar a heterogeneidade subjacente às bases discursivas do imaginário sociodiscursivo dos sujeitos. Essa heterogeneidade, por sua vez, é traspassada por discursos de outros e uma diversidade de discursos distintos. Dessa maneira, as vozes dos sujeitos são entrecortadas por várias outras vozes e por vários outros discursos (SANTOS, 2000, p. 220).

Em outras palavras, a referencialidade polifônica do sujeito pode ser compreendida como o modo pelo qual cada subjetividade é

constituída, de maneira singular, por saberes ideológicos[2], advindos dos mais diversos campos da memória discursiva, saberes de natureza religiosa, filosófica, cultural, psíquica, política, econômica, social, afetiva, etc.

Ao realizar uma leitura, o sujeito-leitor é afetado por determinados sentidos (em vez de outros), justamente devido à sua referencialidade polifônica: cada sujeito, em sua subjetividade singular, é levado a compreender palavras, enunciados, textos inteiros de maneiras peculiares, devido às relações de unicidade[3] que se estabelecem entre os saberes constitutivos de sua referencialidade e os elementos linguístico-textuais da materialidade simbólica.

O corolário desse postulado teórico é que, qualquer que seja a materialidade simbólica em questão (texto literário, texto não literário, texto visual, etc.), cada sujeito-leitor terá a sua própria percepção singular a respeito dos sentidos ali produzidos. Cada leitura/interpretação é única, pois cada sujeito é singular.

Nesse momento, poderíamos objetar: mas não há casos em que as interpretações de diferentes sujeitos parecem coincidir? Em termos gerais, sim, e isso também pode ser explicado discursivamente.

Os sujeitos singulares *compartilham* saberes ideológicos, ou seja, a infinidade de saberes que circula socialmente está, em princípio,

[2]Empregamos o termo *saberes ideológicos* pelas seguintes razões. Com o termo "saberes", marcamos nossa filiação ao pensamento de Michel Foucault. Com o termo "ideológicos", marcamos nossa filiação ao pensamento de Louis Althusser. Concebemos a ideologia nos moldes em que foi definida por ALTHUSSER (2003), como um conjunto de práticas que representam a relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência. Embora entendamos que a concepção de ideologia abranja os mais diferentes domínios de saber, alguns críticos do marxismo althusseriano, como Michel Foucault (2006), apontam que a noção sempre foi associada quase que exclusivamente às determinações econômicas e às posições de classes sociais. Para considerar os aspectos que transcendem o domínio de saber exclusivamente econômico, Foucault trabalha em suas pesquisas e obras com a noção de "saber".

[3]Segundo Santos (2010), "Unicidade que se refere ao caráter situacional de singularidade da enunciação e individuação pelas idiossincrasias inerentes a cada ser em suas características históricas, sociais, políticas, estéticas e psicológicas." (p. 01). Entendemos, com base nas colocações do autor, que a unicidade pode ser compreendida como característica do acontecimento enunciativo, em que as ocorrências são únicas e irrepetíveis.

disponível a diversos sujeitos, que podem ser afetados e constituídos parcialmente pelos mesmos saberes.

Evidentemente, esse processo de identificação-constituição pelos saberes ideológicos nunca se dá inteiramente da mesma forma de sujeito para sujeito. Mas há identificações parciais, que possibilitam referencialidades polifônicas semelhantes. Daí a impressão de que certas interpretações de diferentes sujeitos seriam 'iguais'[4].

Enfim, o que gostaríamos de observar é que o acontecimento discursivo[5] da interpretação é um processo marcado pela singularidade e pela heterogeneidade. Destarte, os efeitos de sentido que se produzem na leitura variarão conforme a subjetividade de cada leitor.

Nesse caso, é justo concluir que um analista de discurso, diante de uma materialidade linguístico-textual, poderá ou não considerá-la como marcada por polifonia, conforme se deem as relações interpretativas entre texto e leitor em cada caso específico.

O que estamos tentando dizer é que, independentemente do trabalho de composição realizado pelo autor, independentemente dos recursos ou estratégias de que lança mão para produzir os efeitos esperados nos leitores, tais efeitos serão determinados segundo a subjetividade/referencialidade particular de cada leitor, conforme, é claro, as condicionantes linguístico enunciativas da materialidade textual e as condicionantes sócio-histórico-ideológicas que regulam a produção de sentidos.

[4]Ao fim e ao cabo, trata-se sempre de uma impressão, ou de um *efeito de mesmo*, uma vez que, não obstante as identificações parciais entre saberes compartilhados pelos sujeitos, estes sempre serão singulares, e assim serão suas leituras, que podem até parecer 'iguais' no geral, mas que se revelarão únicas se observados seus aspectos particulares.

[5] "Se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento, que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; **o acontecimento** não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que **é efeito**; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; **não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material**. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal." (FOUCAULT, 2009, p. 57-58, grifos nossos).

Segundo a ADF, o sujeito não controla os sentidos (nem os efeitos) das enunciações que produz, devido a, no mínimo, duas razões.

Por um lado, o sujeito é afetado pelo inconsciente, o que significa que, ao enunciar, não possuímos controle absoluto de nossa realização linguageira. Por mais que tentemos "calcular" as palavras, seus sentidos, sua organização lógico-textual, o desejo inconsciente se manifesta e conduz a enunciação a caminhos para os quais a consciência estratégica do enunciador não pretendia seguir.

Por outro lado, a materialidade significante da língua é marcada pelo equívoco, ou seja, é próprio da característica das línguas naturais a propensão a produzir multiplicidade de sentidos. As palavras não possuem significados fixos; ao contrário, suas significações, determinadas histórica e ideologicamente, variam conforme as relações e filiações que se estabelecem com os diferentes domínios ideológicos.

A partir disso, as posições teóricas da ADF nos levam a conceber a polifonia mais como um efeito discursivo do que propriamente um recurso composicional empregado intencionalmente pelo autor. De todo modo, a ADF postula que, em razão do não-controle do sujeito-enunciador sobre sua enunciação, não se poderia concluir, a partir da interpretação de determinados sentidos, que estes teriam sido intencionalmente produzidos pelo enunciador. Por isso, falamos em efeitos discursivos, isto é, aquilo que se produz na unicidade de cada enunciação, aquilo que resulta do encontro singular entre uma materialidade simbólica e cada leitor particular.

Em outros termos, poderíamos dizer que a polifonia, enquanto equipolência de vozes, será um efeito discursivo produzido em determinados casos (não em todos), pois, em razão das particularidades características de cada leitor, uns perceberão as vozes do texto como equipolentes (com o mesmo grau de relevância), outros, porém, poderão construir uma compreensão de que determinada(s) voz(es) estaria(m) em predominância ou hegemonia em detrimento de outras vozes.

Por mais que o autor do romance polifônico se esforce para colocar as diferentes vozes em pé de igualdade, o modo como tais vozes (e a relação entre elas) será percebido tende a variar de leitor para leitor (lembrando que sempre existe a possibilidade de

leituras/percepções semelhantes, devido à constituição sujeitudinal por saberes ideológicos compartilhados[6]).

O concerto de vozes trabalhado e organizado pelo autor no interior de um romance polifônico, por exemplo, será exposto à clivagem de cada sujeito-leitor. O processo de clivagem pode ser concebido conforme Santos (2004):

> Triagem de sentidos feita pelo sujeito, considerando seus referenciais intra-epistemológicos e sócio-histórico-culturais. Trata-se, pois, de uma filtragem de sentidos, realizada pelos sujeitos, tomando por parâmetro, uma relativização entre seus referenciais discursivos e os sentidos a que são expostos na dinâmica dos processos interativos. (SANTOS, 2004, p.109-110, nota de rodapé).

A interação do sujeito-leitor com a materialidade linguístico-textual vai se dar, portanto, através de uma *filtragem de sentidos*. Os referenciais discursivos do leitor (de modo inconsciente para a percepção do próprio sujeito) privilegiarão determinados aspectos, direcionarão seu olhar para certas passagens, colocarão à sombra - ou até mesmo obliterarão - outros elementos do texto; enfim, condicionarão a leitura de um modo específico que jamais será idêntico a outras leituras de outros sujeitos.

Os saberes ideológicos constituintes da referencialidade do sujeito-leitor podem fazer com que ele atribua a uma determinada voz do texto certa predominância ou hegemonia em relação a outras vozes.

Os processos identificatórios que se instauram no acontecimento discursivo de cada leitura vão determinar se o sujeito irá atribuir ao concerto textual de vozes um estatuto de equipolência, ou um estatuto de "todo complexo com dominante" (PÊCHEUX, 1997) das vozes.

O texto em si, será sempre um amálgama de vozes, devido à sua heterogeneidade constitutiva (seja ela mostrada ou não; seja ela marcada ou não-marcada). No entanto, devido à referencialidade

[6]Para uma exemplificação de leituras (des)semelhantes, ver o capítulo 1 de *Problemas da Poética de Dostoiévski.* Nele, Bakhtin apresenta e discute as diferentes recepções que a obra de Dostoiévski teve na crítica literária, pontuando em que medida tais interpretações se aproximam e se distanciam entre si, e com relação ao próprio entendimento que Bakhtin tem sobre a obra de Dostoiévski.

específica de cada sujeito-leitor, em princípio pode inclusive ocorrer que determinados leitores sequer percebam na estrutura textual a ocorrência de vozes distintas. No limite, a percepção de uma materialidade textual como monológica ou como dialógica[7] varia conforme a referencialidade própria de cada leitor.

Pode ocorrer também que o autor componha determinados enunciados de sua obra com vistas a caracterizar uma determinada voz e o leitor, por sua vez, reconheça/interprete a existência de vozes díspares no interior do mesmo enunciado, considerado pelo autor como representante de uma única e mesma perspectiva axiológica (valorativa).

As possibilidades de efeitos de sentido nas diversas situações de interpretação podem ser múltiplas. Isso decorre do fato de que a interação autor-texto-leitor acontece, de acordo com os pressupostos da ADF, sempre condicionada pela inconsciência do sujeito-enunciador, pela não-transparência de sentidos da materialidade textual e pela constituição sujeitudinal heterogênea e singular de cada leitor.

Conforme nos assinala Foucault (2009) "[o acontecimento] não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material". Se compreendermos a escritura do texto literário como enunciação que somente se efetiva no momento da leitura, entendida como acontecimento discursivo[8], teremos que a polifonia se efetivaria como um efeito discursivo (um devir textual) que se produz no decorrer de cada leitura,

Considerações finais

Buscamos, neste estudo, refletir sobre o conceito bakhtiniano de polifonia, por meio de uma interface tensiva entre a perspectiva dialógica bakhtiniana e a perspectiva da Análise de discurso de linha francesa (mais exatamente, pecheutiana).

[7]As manifestações discursivas são sempre dialógicas; o que pode variar é a percepção que cada leitor tem desse dialogismo constitutivo. Um efeito de mesmo pode levar determinado leitor a supor uma constituição monológica em uma dada manifestação discursiva.

[8]O acontecimento discursivo é caracterizado por três elementos: "o acaso, o descontínuo e a materialidade" (FOUCAULT, 2009, p. 59).

Propusemo-nos a caracterizar o conceito, nos moldes como o define Bakhtin (1981), como recurso composicional do autor para representar no gênero romance múltiplas vozes, representantes de visões de mundo distintas, que coexistem no texto literário em pé de igualdade, caracterizando o fenômeno da equipolência.

Em seguida, discutimos alguns aspectos da conceituação bakhtiniana à luz dos pressupostos teóricos da ADF. Tal discussão nos encaminhou a conceber uma extensão teórica para o conceito bakhtiniano de polifonia, de modo a ressignificá-lo enquanto efeito discursivo que se produz no interior de determinadas enunciações.

A polifonia, assim ressignificada, pode ser compreendida como a percepção interpretativa que sujeitos-leitores apresentam quando atribuem às diferentes vozes de uma enunciação o mesmo valor ou grau de relevância, caracterizando a equipolência entre tais vozes.

Dessarte, desloca-se a compreensão da polifonia como característica formal supostamente intrínseca a determinados arranjos textuais, bem como se desloca sua compreensão como recurso composicional deliberadamente empregado por um autor na tentativa consciente e intencional de provocar o efeito de equipolência das vozes perante os leitores.

Passa-se, então, a conceber a polifonia como fenômeno evenemencial, isto é, efeito discursivo que se produz conforme as relações singulares estabelecidas entre a materialidade linguístico-textual e a referencialidade polifônica do sujeito-leitor.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. Hucitec, 1979.

_____. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Pontes, 1997.

_____; GADET, Françoise. *A língua inatingível*: o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

SANTOS, João Bosco Cabral dos. *Bakhtin e a fenomenologia*. Uberlândia: LEP/ ILEEL/ UFU. 2010. No prelo.

_____. *Por uma teoria do Discurso Universitário Institucional*. Belo Horizonte: POSLIN/ FALE/ UFMG. Tese de Doutorado. 2000.

_____. Uma reflexão metodológica sobre análises de discursos. In: SANTOS, João Bosco Cabral dos (Org.). *Análise do Discurso*: Unidade e Dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004.

Recebido em 13/07/2011
Aceito em 17/09/2011

A LINGUAGEM DOS *SITES* DE RELACIONAMENTO: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

THE LANGUAGE OF SOCIAL NETWORKING SITES: A DISCURSIVE PERSPECTIVE

Renan Belmonte MAZZOLA[*]

Resumo: Este artigo analisa a "linguagem" de três *sites* de relacionamento por meio da Análise do Discurso de linha francesa, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e Michel Foucault. Com vistas a compreender a linguagem de tais *sites*, nós procuramos descrever e interpretar os enunciados que os compõem, e o discurso produzido e reproduzido por eles.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Enunciado; *Internet*.

Abstract: This paper analyzes the "language" of three social networking sites through the French Discourse Analysis, derived from the work of Michel Pêcheux and Michel Foucault. In order to understand the language of such sites, we described and interpreted the utterances that compose them, then glimpsing their discourses.

Keywords: Discourse Analysis; Utterance; *Internet*.

> *Nem utopia nem distopia, a Internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade* (CASTELLS, 2003, p. 11).

Introdução: novos objetos, novas práticas analíticas

Este artigo tem como objetivo descrever e interpretar a linguagem utilizada em três *sites* de relacionamento responsáveis por aproximar pessoas no Brasil. Neste estudo, mobilizaremos o aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, com forte viés foucaultiano, para abordarmos os *sites* analisados. Como sabemos, a

[*] Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL-Ar) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara-São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin. Membro do Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara (GEADA). Bolsista FAPESP. Contato: mazzola.renan@gmail.com.

linguagem (tanto em sua materialidade verbal como não verbal) é responsável por materializar os discursos de uma dada sociedade. Observar a linguagem desses *sites* a partir do mirante da Análise do Discurso, portanto, permite acessar os discursos que a atravessam e que são articulados por ela; os discursos são os grandes produtores e reprodutores dos estereótipos sociais que compõem uma cultura[1] e, em alguma medida, das estruturas identitárias de uma época.

Desde os anos 1980, a Análise do Discurso deixou de se preocupar somente com os discursos políticos escritos e doutrinários, passando a tomar como objeto os discursos que circulam em outras esferas sociais – e não só na política. Segundo o principal formulador da Análise do Discurso, Michel Pêcheux (2002, p. 48), "trata-se, para além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido." Por essa razão, dirigiremos nosso olhar para a internet, na qual encontramos essas "circulações cotidianas", descritas por Pêcheux, e que veiculam sentidos e discursos articulados sob um regime particular de linguagem: o virtual[2]/digital.

Por que investigar as novas tecnologias a partir da Análise do Discurso? Porque o advento das novas mídias instaurou novas práticas de comunicação e, ao mesmo tempo, elas participam dos regimes de discursividades de nosso momento histórico. Lemos jornais na internet, fazemos compras pela rede, checamos *e-mail* praticamente todos os dias, trabalhamos no computador, etc. A abordagem das novas tecnologias da comunicação no campo dos estudos da linguagem permite compreender como se realizam as práticas do "dizível" e do "visível" em nossa sociedade, uma vez que as telas (em suas diferentes naturezas) nos circundam e estão presentes em nosso cotidiano.

Como compreender a "linguagem" dos *sites* de relacionamento? Para essa tarefa, adotaremos um procedimento comum no campo da Análise do Discurso[3]: debruçar-se sobre o

[1] Neste texto, entendemos por "cultura" um conjunto de valores que são comuns em um dado momento histórico, em determinada sociedade. O conceito de "cultura" é complexo e multifacetado, cada campo do saber das ciências humanas o define de uma maneira particular.

[2] Empregamos aqui o termo "virtual" na maneira como ele circula no senso comum, isto é, referente ao conteúdo da internet.

[3] Em Pêcheux (2002) e Foucault (2007), encontramos o apontamento de que o analista deve tomar o enunciado enquanto elemento atômico do discurso e trabalhar a partir

enunciado – o elemento atômico do discurso, passível de ser apreendido, descrito e interpretado. A partir do conjunto dos enunciados existentes nos *sites*, será possível vislumbrar a linguagem e, por extensão, o discurso dos *sites* selecionados.

Encontrar-se na rede: o que é enunciado?

O ciberespaço é demasiado heterogêneo. Tomá-lo em sua totalidade mostra-se tão improvável quanto tentar "contornar o arquivo em sua atualidade"[4]. Todo trabalho que analise o ciberespaço (a internet) debruça-se, de fato, sobre uma parcela dele. Neste trabalho, interessa observar os espaços de relacionamento, cuja função é aproximar sujeitos: são espaços em que o internauta vislumbra a possibilidade de encontrar alguém com interesses afins. Selecionamos três: a) Parperfeito; b) Match.com; e c) Namoro Online. Analisaremos esses três objetos por meio do percurso estabelecido por Michel Foucault (2007) no capítulo III de *A arqueologia do saber*, denominado "O enunciado e o arquivo". Tentaremos realizar, em alguma medida, um esboço de análise arqueológica sobre esses três espaços oferecidos pelo ambiente virtual, desde os enunciados que neles circulam até o arquivo do qual fazem parte.

Primeiramente, definiremos o enunciado e observaremos seu comportamento nos *sites* em questão. Como foi dito anteriormente, o enunciado é o elemento o mais passível de análise quando se trata de atingir as instâncias mais amplas, como as formações discursivas ou o arquivo.

> [...] o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com elementos semelhantes a ele; [...] como um átomo do discurso. [...] É a unidade elementar do discurso (FOUCAULT, 2007, p. 90).

dele, para alcançar a memória mobilizada por ele e os elementos históricos que o atravessam.

[4] Para Foucault (2007, p. 147-148), "O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento de enunciados como acontecimentos singulares. [...] O arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade".

O enunciado, na ótica foucaultiana, não é apenas verbal: sua natureza, em alguma medida, é semiológica. O enunciado pode ser um gráfico, uma pirâmide de idade, uma curva de crescimento, um esboço de repartição, uma pintura etc. (FOUCAULT, 2007). Essas questões levam Foucault a buscar um lugar para o enunciado, isto é, defini-lo dentre todas as unidades já descobertas pela investigação da linguagem, a saber: a proposição, a frase, o *speech act*. Um enunciado pode irromper sob várias materialidades.



Figura 1 – Parperfeito.
Fonte: <http://www.parperfeito.com.br>.

O *site* representado pela figura 1 comporta-se como um enunciado e possui diversos componentes (verbais e não verbais)[5]. A imagem em seu interior retrata um casal jovem, feliz e sorridente. Abaixo de seus rostos, lê-se: "Gostou? Arrume o seu. Esse já é meu!".

[5] É importante ressaltar que o enunciado, na ótica discursiva francesa, pode apresentar diversas materialidades, e não se refere somente à materialidade verbal, como na maioria das ramificações teóricas da Linguística. O enunciado, para Foucault (2007), pode apresentar-se em uma só materialidade ou em variadas (ex. o fotojornalismo, em que ocorre a conjunção da imagem com a legenda, texto).

Nem o homem nem a mulher são nomeados. Quem são eles? Como se constituem esses sujeitos (discursivos)? A mulher ocupa a posição de sujeito enunciador e, para isso, utiliza-se de pronomes possessivos "seu", "meu" e de um demonstrativo "esse". Segundo Cunha & Cintra (2008, p. 342), os demonstrativos – entre outras coisas – têm a "[...] capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-lo, a chamada *função deíctica* (do grego *deiktikós* = próprio para demonstrar, demonstrativo)". Num primeiro momento, não se sabe quem são os sujeitos, apenas que eles se encontraram através do *site*, e que nesse local as pessoas podem vir a "arrumar" outras. Curiosamente, os demonstrativos são também o que se pode chamar de "gestos verbais", "[...] acompanhados em geral de entoação particular e, não raro, de gestos físicos" (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 350) – que são representados pelo abraço dado pela mulher no homem que "arrumou", não o deixando escapar (e talvez ele nem mesmo queira). A posição de enunciação ocupada pela mulher serve para legitimar um acontecimento – que aconteceu consigo, o de "arrumar" um par em ambiente virtual – e sugerir que essa mesma posição possa vir a ser ocupada por aquele(a) que preencher os dados cadastrais que se encontram ao lado de sua imagem. Em outras palavras, é como se a mulher dissesse: "Quer estar onde eu estou e falar da posição de que eu falo, da posição de alguém que encontrou um par? Então basta preencher os dados ao lado." A imagem do casal também percorre outros sentidos: o relacionamento derivado desse primeiro gesto de cadastro se estende para a vida real, tanto que eles estão abraçados, em presença física. Somente os começos, portanto, são "virtuais". Assim, o ato de enunciar é importante para a compreensão do enunciado como um todo.

> O ato ilocutório não é o que ocorreu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de suas intenções); não é o que se pôde produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas (FOUCAULT, 2007, p. 94).

O enunciado e seu ato de formulação existem em uma relação de "exata reciprocidade". Os atos são, na maior parte das vezes, constituídos pela soma de enunciados, por sua justaposição. Com efeito, a problemática do enunciado ao longo dos estudos linguísticos nunca obteve muito prestígio. Frequentemente, as unidades mais destacadas eram a frase, a proposição e os *speech acts*. É nesse sentido que Foucault se propõe a compreender o que é o enunciado e seu funcionamento no campo de uma ciência ou de um saber, e observa inicialmente que os enunciados não emergem *ex nihilo*, mas possuem um modo singular de existência. Trata-se da **função enunciativa**.

Na tarefa de definir o enunciado, Foucault relaciona-o com o conjunto dos nomes, sejam eles sintagmas nominais ou nomes próprios quaisquer. Para Foucault (2007, p. 100), "um nome se define por sua possibilidade de recorrência. Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento." Se uma mesma frase (ou uma formulação idêntica) reaparece, em momentos distintos, portando os mesmos elementos – nem por isso podemos dizer que se trata do mesmo enunciado. Nessa altura de seus questionamentos, Foucault lança seu olhar para a instância produtora de enunciados, esse sujeito exterior a uma frase, por exemplo, que não significa de forma alguma, simplesmente, o indivíduo real que a articulou ou a escreveu. O sujeito do enunciado é uma posição, **uma função**, que pode ser ocupada por indivíduos diversos a fim de enunciar o que pode e deve ser enunciado a partir desse lugar enunciativo.

> Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la. Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados "enunciados", não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; *mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito*. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse [...], mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 2007, p. 108, grifo nosso).

Outra característica que transforma uma sequência de elementos linguísticos em enunciado é a existência de um domínio associado: "um enunciado tem sempre margens povoadas de outros

enunciados [...]. Não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados" (FOUCAULT, 2007, p. 110-111). Cada enunciado se insere em uma rede ou em uma trama de outros enunciados – que foram já-ditos ou que serão ainda formulados – que o rodeiam. É importante considerar que, a partir desse pensamento de Foucault, J.-J. Courtine elabora a noção de "**memória discursiva**", basilar para os estudos em Análise do Discurso no Brasil atualmente.



Figura 2 - Match.com.
Fonte: <http://www.match.com>.

A página inicial do *site* Match.com, representado pela figura 2, também configura-se como um enunciado, com seus componentes imagéticos e textuais. O gesto realizado pelo casal na imagem retoma uma iconografia clássica infantil: a da Bela Adormecida, cujo despertar se dá por meio do beijo de um príncipe, com o qual viverá feliz para sempre. Para tratar dessa memória visual associada ao conto de fadas

escrito por Charles Perrault, é importante nos referirmos ao conceito de "intericonicidade", formulado pelo próprio Jean Jacques Courtine, e trabalhado no Brasil por Nilton Milanez[6]. Nesse sentido, Courtine esboça uma relação de associação não somente entre enunciados verbais, mas também entre as imagens. Em outras palavras, as imagens – comportando-se como enunciados que são – também possuem um domínio associado. É desse domínio que vai tratar Courtine (apud MILANEZ, 2006, p. 168): "Toda imagem se inscreve em uma cultura visual e essa cultura visual supõe a existência para o indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens. Toda imagem tem um eco." É esse eco que ouvimos ao nos depararmos com os gestos realizados pelo casal na imagem do *site*; é a posição de seus corpos que opera o resgate na memória.

> A noção de intericonicidade é uma noção complexa, porque ela supõe a relação de uma imagem externa, mas também interna. As imagens de lembranças, as imagens de memória, as imagens de impressão visual armazenadas pelo indivíduo. Imagens que nos façam ressurgir outras imagens, mesmo que essas imagens sejam apenas vistas ou simplesmente imaginadas. O que me parece importante, é que isso coloca a questão do corpo bem no centro da análise (COURTINE[7] *apud* MILANEZ, 2006, p. 168).

O estudioso, ao deparar-se com uma imagem, tem condições de associá-la a outra através de certos traços a serem observados. Courtine chama esses traços de "elementos semiológicos" que constituem a memória longínqua de uma imagem dada. Assim, podemos nos questionar: Quais são os elementos semiológicos que compõem a imagem veiculada pelo *site* Match.com? Primeiramente, vemos que a dama está deitada, de olhos cerrados. Aparentemente desfalecida, ou mesmo em estado de relaxamento profundo. Por trás do banco que suporta seu corpo podemos entrever árvores, que lembram um bosque. Um homem beija a sua mão, e, mesmo realizando uma leve inflexão para fazê-lo, conserva-se retilíneo, congelado em seu

[6] Prof. Dr. da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e coordenador do Grupo de Estudos Sobre o Discurso e o Corpo (GRUDIOCORPO). Confira Milanez (2006).

[7] Esse trecho foi retirado de uma entrevista com Courtine realizada por Nilton Milanez em outubro de 2005, na Sorbonne/Paris.

endireitamento corporal. A mão esquerda pousa na parte inferior das costas; a direita segura levemente a mão da adormecida contra seus lábios. Portanto, considerando os elementos semiológicos como "signos que significam", é possível enumerar: a) uma mulher; b) um homem; c) o sono; d) o beijo; e e) a posição dos corpos. Tomando esses elementos como um "conjunto decodificável", então, eis o que resgata a identidade dos enunciados por meio de suas ocorrências múltiplas.

Há também um componente verbal sobre essa imagem: "Quando o que importa é o amor". Foi, de fato, o amor – simbolizado no ato de um beijo – que salvou a princesa dos encantos da bruxa má; no entanto, o que se opera aqui é um deslizamento desses sentidos para os relacionamentos de nossos dias, mediados pela tecnologia. A memória resgatada dos contos de fada aponta para a direção do amor idealizado, perfeito e duradouro que pode ser vivido e sentido através do ingresso no *site*. Ao lado e abaixo da imagem, destacam-se dois mecanismos de legitimação, são eles: a) uma voz estatística, assinada pelo *Guinness World Record*: "O portal de encontros número 1 do mundo"; e b) um *link* que direciona o leitor e promete contar as "histórias de amor" ou outros "contos de fada realizados", cujo título é "Histórias de sucesso". Ambos buscam atribuir a esse serviço uma confiabilidade por meio da demonstração dos resultados já produzidos.

Em "Histórias de sucesso", percebe-se a não instauração da homologia[8] entre o sistema semiótico figurativo (imagem) e o sistema semiótico verbal. A imagem que se localiza ao lado do enunciado "História de sucesso", na figura 2, apresenta-nos os noivos, com seus trajes típicos; a noiva segura o buquê e o noivo deixa à mostra sua mão com aliança. Há uma focalização na região abdominal do casal para o maior destaque desses símbolos do matrimônio. Ao lado da imagem, lê-se: "Bom, gostei do perfil dela e de tudo relacionado com o seu mundo, é uma mulher especial, diferente, que gosto muito; ainda estamos na fase de nos conhecer melhor mas é tudo muito bonito." A significação derivada dessas palavras não corresponde à significação

[8] Para Benveniste (2006), é possível estabelecer uma correlação entre as partes de dois sistemas semióticos através do que ele denomina de "relação de homologia". Segundo o autor, "esta relação não está constatada, mas instaurada em virtude de conexões que se descobrem ou que se estabelecem entre dois sistemas distintos." (BENVENISTE, 2006, p. 62).

da imagem exibida, pois "estar na fase de se conhecer" não demonstra nenhuma garantia de que se chegará ao ritual do matrimônio, retratado pela imagem. Por isso, a composição dos elementos presentes em "Histórias de sucesso" não atinge a instauração de uma homologia.

O enunciado tem uma existência material e é produto de uma enunciação. Pretendendo esclarecer essa questão, ilustra Foucault (2007, p. 114): "Diremos que há enunciação cada vez que um conjunto de signos for emitido. Cada uma dessas articulações tem sua individualidade espaço-temporal." As condições de emergência, portanto, contribuem para a formulação de um enunciado, que irrompendo em sua densidade histórica, apresenta também uma materialidade repetível, possibilitando-o de retornar como "mesmo" e como "outro".

Na tarefa de refletir sobre a descrição dos enunciados, Foucault sente a necessidade de fixar um vocabulário, e estabelece o conceito de "formulação" (como o que faz surgir, em circunstâncias determinadas, um grupo de signos, demarcáveis espaço-temporalmente); o conceito de "frase" ou "proposição" (como unidades que a gramática ou a lógica reconhecem em um conjunto de signos, caracterizado pelas regras de construção que as unem); e, por fim, o conceito de "enunciado" (que possui uma modalidade de existência própria, que lhe permite ser algo diferente de um objeto qualquer, que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, situar-se entre outras "performances" verbais, e ser dotado de uma materialidade repetível). É nessa altura da tentativa de formular um padrão de análise que nos deparamos com a concepção de discurso de Foucault (2007, p. 122, grifo nosso):

> [...] o termo discurso poderá ser fixado: **conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação**; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico.

Esse "sistema de formação" de que fala Foucault no trecho supracitado são as formações discursivas das quais deriva uma série de enunciados dispersos/repartidos que se agrupam e formam os discursos. Sua preocupação, nesse momento de *A arqueologia do*

saber, é que essa definição de "discurso" só poderá ser estabelecida se for comprovada, de igual maneira, a existência das formações discursivas – o que acontece mais adiante; aqui, essa reflexão se coloca apenas como cautela. A descrição de um enunciado não deve se ater somente a seu segmento horizontal, mas se dirigir, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes (FOUCAULT, 2007). Por isso a necessidade de relacionar os componentes verbais, não verbais e os domínios associados de um enunciado como um "todo significante", como fizemos na análise dos dois primeiros *sites* de relacionamento. Em resumo: ao examinar o enunciado, o que se descobriu foi uma **função** que se apoia em um conjunto de signos que requer, para se realizar, a) um referencial; b) uma posição-sujeito; c) um campo associado; d) uma materialidade repetível. Esses são os aspectos a serem levados em conta pelo analista de discurso ao deparar-se com os enunciados que compõem seu *corpus*.



Figura 3: Namoro Online.
Fonte: <http://www.namoroonline.com.br>.

Da mesma forma como observamos no Parperfeito e no Match.com, o *site* acima também expõe um casal, feliz, beijando-se. O fundo da fotografia é desfocado e as pessoas destacam-se em primeiro

plano. Seus trajes (a mulher vestida de branco e seu par, de preto) parecem remeter ao ritual do matrimônio, mas isso não é explícito. O título do *site* contém muitos efeitos de sentido interessantes: "Namoro Online", com dois "ós" substituídos pelas figuras de duas alianças douradas entrelaçadas. Ora, se o namoro é simbolizado por alianças prateadas, percebemos uma "sobreposição" ou "justaposição" temporal no título do *site*. É possível outrossim esboçar duas possibilidades de abordagem desse título, que em alguma medida se complementam:

a) encarando-o como atravessado por dois discursos, quais sejam, o do namoro (representado pelo próprio substantivo) e o do casamento (resgatado a partir dos símbolos das alianças douradas);
b) como um produto que integra uma mesma formação discursiva, designada pelas "fases de um relacionamento" de um homem com uma mulher (normalmente), monogâmicos, na sociedade ocidental do século XXI.

Além disso, o termo *online* atua como adjetivo, modificando "namoro". O título aponta para uma "não-presença" ao passo que a foto, para "em presença"; a palavra "namoro" designa a fase inicial do relacionamento entre duas pessoas, enquanto as alianças douradas resgatam a memória do casamento. A enunciação presente no *site* é heterogênea, no sentido de que combina elementos verbais com não verbais e espaços de interação, que devem ser preenchidos. Todos esses elementos/componentes integram o enunciado que é a página inicial do *site* Namoro Online. A estruturação desses elementos ocorre sob a forma de dualismos/dualidades, representados por a) homem/mulher; b) namoro/casamento; c) solidão/encontro; d) *site* sério/*site* "não sério" etc. Sobre a camisa do homem, lê-se: "9 anos de experiência". Esse mecanismo pertence ao discurso da tradição e da estabilidade, cujos feixes de sentido se combinam ao discurso do casamento, lá presente. Dessa forma, ao mesmo tempo que o Namoro Online enuncia a partir de uma posição da tradição/estabilidade, sua intenção é também enquadrar sua abordagem aos vários níveis de um relacionamento interpessoal amoroso, o que se comprova no texto localizado na parte inferior da página: "Amizade, paquera, encontros, namoro e casamento: o *site* de relacionamentos mais sério do Brasil."

Para mobilizar o discurso da tradição, utiliza-se a imagem do casal em trajes formais e as alianças douradas, que atuam como mecanismos de resgate de memória; em outras palavras, opera-se a

recuperação de determinados gestos e símbolos cristalizados historicamente. Outro recurso utilizado para esse fim é a enumeração de modo crescente as fases do que se imagina ser a progressão natural e tradicional dos relacionamentos: "amizade, paquera, encontros, namoro e casamento [...]".

Além do mais, é como se no *site* a busca por um(a) companheiro(a) se realizasse tão instantaneamente como buscar qualquer outra informação na *web*: "Cadastre-se **em um minuto** e comece a namorar", diz o texto acima da ficha de cadastro; ou "Encontre a pessoa **agora**, faça uma busca" (grifo nosso). O advérbio de tempo "agora" e a locução adverbial "em um minuto" contribuem para a indução ao cadastro do navegador bem como provocam efeitos de sentido interpretados pela facilidade com que se pode "ocupar o lugar dos sujeitos da foto".

Em síntese, podemos dizer que os enunciados possuem essencialmente três características. A primeira delas é que eles são raros, no sentido de que nem tudo é sempre dito; se observarmos todas as possibilidades de formulação permitidas pela língua, perceberemos que o que é, de fato, dito, é muito pouco – por isso seu acontecimento é raro. Os enunciados, em segundo lugar, comportam uma exterioridade, isto é, sua análise não se situa no âmbito do *cogito*, mas sim em uma exterioridade/neutralidade no sentido de que "não importa quem fala", mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. A última característica é o acúmulo; deve-se substituir a busca da origem pela análise dos acúmulos, levantando os temas relacionados ao seu esquecimento, à sua origem perdida, à sua destruição. Descrever, portanto, um conjunto de enunciados a partir de sua raridade, de sua exterioridade e de seu acúmulo é estabelecer sua "**positividade**".

Os três *sites* analisados contêm, cada um, um eixo de positividade. Encontrados em sua dispersão, visto que são independentes, têm endereços diferentes etc., eles apresentam regularidades, e por isso é possível dizer, num contexto mais amplo, que os três *sites* integram um discurso determinado: do encontro, namoro e relacionamento por meio da tela. Outra regularidade é que os três dispõem de mecanismos de legitimação, que operam no nível verbal, a saber: a) No Parperfeito, "O maior site de relacionamentos do Brasil"; b) Em Match.com, "O portal de encontros número 1 do mundo"; c) No Namoro Online, "O site de relacionamentos mais sério

do Brasil". Todos são "mais" e "maiores"; e trazem sempre um casal jovem, feliz e heterossexual, no nível imagético. Isso faz com que eles apresentem um mesmo índice de positividade, que os agrupa e os assemelha.

Os três *sites* empregam também formas de interpretação do usuário, quando caracterizam uma relação de intimidade em um ambiente informal, haja vista o campo "apelido" a ser preenchido nos cadastros. O emprego de apelidos contribui para a informalidade almejada.

A positividade dos discursos, juntamente com as funções enunciativas desempenhadas pelos enunciados descritos, integrando várias formações discursivas, compõem o arquivo de uma época. A pesquisa arqueológica, por sua vez, consiste em dar conta de todos esses níveis acima descritos, como explica Foucault (2007, p. 149):

> O direito das palavras – que não coincide com o dos filólogos – autoriza, pois, a dar a todas essas pesquisas o título de arqueologia. Esse termo não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo.

O que salta à vista, ao analisarmos as páginas da *web*, em uma primeira observação, é que elas têm uma materialidade própria, uma condição de existência singular, e esses fatores são percebidos, entre outras coisas, pelos modos de inscrição do leitor na tela e pela identificação que ele partilha em relação às espécies de discursos que se lhe apresentam eletronicamente. Todos esses fatores, ao lado dos acima mencionados, caracterizam a "linguagem" de certos sites de relacionamento. Isso é visível por meio do emprego de signos verbais e não verbais e das estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito (e sua posição) que enuncia – a fim de atingir determinados objetivos, como o preenchimento de um cadastro, por exemplo – e que causam "um sulco atrás de si" quando são enunciados e "se dão" a usar e a circular em ambiente virtual, cuja principal característica é a interatividade.

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos compreender a "linguagem" de três *sites* de relacionamento a partir da análise discursiva dos enunciados que os compõem. A escolha desses três *sites* resultou de um conjunto de fatores de dispersão e de regularidade partilhado por eles. Além disso, eles são produtos da era virtual, isto é, uma de suas possibilidades realizadas. Uma opção mercadológica? Certamente, na medida em que alguns desses *sites* cobram pelo serviço, como é o caso do Parperfeito, que disponibiliza inclusive psicólogos que ajudam a tirar dúvidas dos usuários sobre como se socializar na rede; outros, são gratuitos. Ao debruçarmo-nos sobre esses enunciados, pudemos compreender a estruturação dos discursos que estão ali presentes e a maneira pela qual eles (os enunciados) caminham em direção a um objetivo comum: promover o maior número de acessos possíveis e realizar o maior número de cadastros possíveis.

Referências

BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet*: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

MILANEZ, Nilton. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). *Estudos do texto e do discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 153-179.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. (Org.). *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 49-56.

Recebido em 10/07/2011
Aceito em 02/11/2011

UM ESTUDO DO DISCURSO POLÍTICO NA ESFERA POLÍTICA INTERNACIONAL

A STUDY ABOUT POLITICAL DISCOURSE IN THE INTERNATIONAL POLITICAL SPHERE

Renata PALUMBO[*]

Resumo: Neste artigo, examinamos como o tema sobre a fome mundial foi atualizado no discurso proferido pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, 2003. Utilizamos como pressupostos teóricos os estudos do Círculo de Bakhtin (1928/1985/2008, 1929/1992, 1963/1997, 1979/2003), em específico, as reflexões sobre gênero discursivo e linguagem ideológica.

Palavras-chave: Gênero discursivo; Esfera política internacional; Relações dialógicas.

Abstract: In this paper, we examine how the theme about world´s hunger is updated in President of the Republic Luiz Inácio Lula da Silva discourse in the United Nations Office (ONU), New York, 2003. We use as theoretical base the studies of Bakhtin Circle (1928/1985/2008, 1929/1992, 1963/1997, 1979/2003), especially the refletions about discursive genre and social ideological language.

Keywords: Discursive genre; International political sphere; Dialogic relationships.

Considerações iniciais

A partir do século XX, as atividades humanas, na esfera política, passaram e ainda passam por transformações significativas, principalmente, por conta do desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento e, também, do avanço tecnológico e da globalização. Exemplos disso consistem nas implantações de novos órgãos internacionais como FMI, ONU, OMC etc., e de alianças internacionais como MERCOSUL, FAO, entre outras.

Esse novo quadro, no âmbito das relações políticas internacionais, pressupõe encontros, cujos objetivos específicos –

[*] Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil. Professora das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. Contato: rpalumbo_07@ig.com.br.

particulares e coletivos – influenciam as práticas políticas da linguagem[1], já que essas, como todas as atividades linguísticas, situam-se na vida e estão diretamente ligadas às características históricas e sociais do momento da enunciação (BAKHTIN, MEDVEDEV, 1928). Nesse sentido, a maneira como os sujeitos políticos, em encontros internacionais, selecionam fragmentos da realidade e dão acabamento relacionam-se estreitamente às específicas condições de circulação, de produção e de recepção que configuram essas situações interacionais.

Geralmente, os encontros desses órgãos internacionais dão-se pela presença de chefes de governo ou de Estado, em que interagem a fim de chegar a acordos que condizem com seus objetivos políticos, o que faz dessas práticas linguageiras uma arena repleta de propósitos argumentativos, orientações axiológico-semânticas frequentes na esfera de comunicação política. Nessas interações, há a presença do discurso político presidencial, ou seja, aquele proferido por um chefe de Estado.

Nesses casos, podemos afirmar que se trata de um discurso institucionalizado, em que a voz de um Estado, uma voz institucional, é representada por um sujeito social: o Presidente da República; entretanto, devemos levar em conta a individualidade presente nos enunciados concretos (BAKHTIN, 1952-1953/1979, 2003) que nos leva a crer na presença de posições ideológicas do locutor manifestadas discursivamente.

Sobre esse ponto, o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos, participou das reuniões da Assembleia da ONU, em Nova Iorque. Em seus discursos, é possível notar a relevância dada à necessidade de mudar a situação mundial de fome e de pobreza[2]. Esse fato consiste em um indício, entre outros, do posicionamento do presidente como defensor dos pobres[3] que, aliado à sua história de vida e à de atuação política, ressalta a presença das ideologias do cotidiano em condições mais complexas da vida como em gêneros da esfera política internacional, mais especificamente, no discurso político, em reuniões da ONU.

[1] Aqui entendida como língua em uso.

[2] Resultados obtidos, até o momento, em nossa pesquisa de Tese de Doutorado sobre os discursos do Presidente Lula no exterior.

[3] Sobre isso, lembremos de Aristóteles, em sua Retórica, que já mencionava o fato de o sujeito construir uma imagem de si próprio pelo e no discurso.

A partir disso, questionamo-nos a respeito de como esse fragmento do real (a fome mundial) foi atualizado em um dos enunciados de Lula – o primeiro discurso proferido por ele na abertura da Assembleia da ONU, em 2003 – conforme os entornos político, social, interacional do encontro que o configuram como um evento único de comunicação. Para buscar essa resposta, procedemos à análise a partir da concepção social-ideológica da linguagem e de gênero de discurso dos estudos do Círculo de Bakhtin.

Primeiramente, discutimos, neste artigo, algumas concepções sobre enunciado, gênero discursivo e esfera/campo, conforme os estudos de Bakhtin e seu Círculo e, posteriormente, passamos às análises do discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 58ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque.

1 A dimensão social-dialógica do enunciado

Tomemos como ponto de partida o conceito de enunciado, como produto da interação social, na perspectiva do Círculo de Bakhtin. A noção apresentada não se refere, especificamente, à frase enunciada, mas consiste em uma unidade complexa que ultrapassa a materialidade linguístico-textual, vai além do texto – quando este é considerado do ponto de vista da língua (sistema), ou seja, apartado de suas relações sociais, de seu caráter interativo e ideológico. Dessa maneira, podemos exemplificar como enunciados os romances, no campo literário, as notícias, no campo jornalístico, os discursos políticos, no campo político. Todos eles constituídos a partir de fatores extralinguísticos, dialógicos, em diversos campos da comunicação humana.

Esses campos/esferas são definidos como sistemas ideológicos (complexos e simples) que estão em contato uns com os outros, ou seja, as ideologias científicas, por exemplo, podem recuperar e refratar (ler de modo próprio) outras como as artísticas, religiosas etc.

Amparando-nos nessa perspectiva, podemos afirmar que o enunciado é a unidade concreta e real da comunicação discursiva; e que cada um se constitui em um evento único de comunicação, já este não poderá ser repetido, pois, embora haja a possibilidade de recuperar um enunciado anterior em outras situações da vida de maneira a aceitá-

lo, a criticá-lo, ou mesmo, ironizá-lo, o que ocorre, nesses casos, é um novo acontecimento.

Nesse sentido, o enunciado consiste em um elo de uma cadeia complexa e contínua da comunicação verbal e não-verbal, o que nos permite pensá-lo como resposta (réplica) aos que o antecederam e, também, como parte de um *continuum* com aqueles que surgirão.

Além disso, todo enunciado é construído levando-se em conta as possíveis atitudes responsivas, ou mais especificamente, ele é criado em prol delas. Fato que aponta o papel significativo daquele a quem se destina o enunciado, pois, desde o início de nossa produção linguística, direcionamos nosso olhar ao *outro*, pensando-o como sujeito que procede a "uma ativa compreensão responsiva" (BAKHTIN, 1952-1953/1979, 2003, p.301).

Ainda sobre esse ponto, Bakhtin (op. cit.) ressalta que ao construirmos nosso enunciado é possível que já antecipemos possíveis objeções. Isso se deve ao fato de o sujeito, ao falar/escrever, levar em conta algumas características do destinatário – apreendidas/determinadas na própria condição específica de comunicação – como: os conhecimentos que ele possui sobre a situação interacional e a respeito do campo cultural da comunicação em questão; suas concepções, suas convicções, seus valores etc. Esses fatores determinam a compreensão responsiva que o *outro* terá de nosso enunciado, como também, essa consideração indicará a escolha do gênero, dos procedimentos composicionais, da abordagem do conteúdo temático e do estilo.

Por tudo o que se expôs, podemos afirmar que o enunciado é composto e organizado não só textualmente, por um material semiótico (dimensão verbal, não-verbal, sincrética), mas, também, por uma dada situação interacional (dimensão social), em que se incluem as características históricas do momento de sua produção – tempo, espaço, participantes sociais (quem produz e a quem produz), orientação valorativa. Dessa maneira, na perspectiva interativo-ideológica de Bakhtin e de seu Círculo (1929, 1963, 1952-1953/1979), considera-se a dimensão social como parte constitutiva do enunciado.

É nesse sentido que Bakhtin (1963) estabelece diferença entre enunciado e oração, entre língua como objeto da Linguística[4] (sistema)

[4] Salientamos que Bakhtin refere-se à Linguística de sua época.

e discurso. Para ele, o enunciado é uma unidade do discurso, ou seja, é concreto, realiza-se nas interações sociais e possibilita atitudes responsivas, enquanto que a oração é uma unidade da língua (assim como os morfemas, as palavras dicionarizadas etc.), que se relaciona com o cotexto e com outras orações, o que a faz isenta de quaisquer relações dialógicas.

A partir dessa perspectiva dos estudos sobre as relações dialógicas dos enunciados (1959-1961[5]/1979, 1963), dos gêneros, que vão além da língua como sistema, Bakhtin, nos textos de sua última fase, apresenta uma disciplina denominada Metalinguística, aquela que "tem por objetos as relações dialógicas" (BAKHTIN, 1963, p.182), ou seja, observa o enunciado concreto e sua relação direta com a vida social dos sujeitos situados.

Sobre este último ponto, se pensarmos na maneira como utilizamos a língua no cotidiano, em conversas entre familiares e amigos, ou como nos interagimos linguisticamente em ambientes de trabalho, ou, até mesmo, no modo como os escritores, na literatura, selecionam/exploram fragmentos do real, dão acabamento e representam-nos por meio da linguagem, podemos afirmar que os discursos são produzidos em diferentes campos/esferas – sistemas ideológicos - da atividade humana que exigem formas específicas de atuação linguística, pois estão diretamente ligados aos seus contextos de produção, de circulação e de recepção.

Essa diversidade de produções da linguagem é infinita; entretanto, organizada, ou seja, os enunciados estabilizam-se relativamente e são perpassados pelos diversos campos da atividade humana. Essa estabilização relativa foi denominada por Bakhtin e seu círculo como gêneros do discurso.

2 Os gêneros do discurso no Círculo de Bakhtin

Realizados desde a Antiguidade, em Platão, em Aristóteles, os estudos a respeito dos gêneros partem da poética – comédia, tragédia e epopeia – e da retórica – os discursos dos tribunais (judiciário), os dos políticos em praça pública (deliberativo) e os do elogio e da censura

[5] Conferir Bakhtin (1979), especialmente o capítulo *O problema do texto na linguística, na filosofia e nas outras ciências humanas*.

(epidítico) – textos precursores sobre a questão dos gêneros, no ocidente. Esse é um dos motivos que é possível observar o diálogo estabelecido por Bakhtin com Aristóteles, em que, por vezes, cita os estudos do antigo filósofo, como:

> Começando pela Antiguidade, estudavam-se os gêneros retóricos (demais, as épocas subsequentes pouco acrescentaram à teoria antiga); aí, já se dava mais atenção à natureza verbal desses gêneros como enunciados, a tais momentos, por exemplo, como a relação com o ouvinte e sua influência sobre o enunciado, sobre a conclusibilidade verbal específica do enunciado (à diferença da conclusibilidade do pensamento) etc. Ainda assim, também aí a especificidade dos gêneros retóricos (jurídicos, políticos) encobria a sua natureza linguística geral (BAKHTIN, 1952-1953/1979).

Embora alguns conceitos aristotélicos tenham sido mantidos nas obras do Círculo, como o do papel significativo do destinatário na produção do enunciado e da conclusividade verbal específica deste, os estudiosos vão além e apontam, e essa é a marca de seus estudos, o caráter social-dialógico do enunciado, enquanto que Aristóteles apenas apresentava a poética como imitação e utilizava como critério para definir os gêneros: os objetos de imitação, os modos de imitação, os meios de imitação.

Bakhtin e Medvedev (1928), tratando especificamente dos gêneros literários, mas não se limitando a eles, criticam os formalistas que privilegiavam as formas e que, a partir delas, definiam o gênero como uma configuração estável, numa perspectiva mecânica. Para os estudiosos do Círculo, os gêneros caracterizavam-se por uma dupla orientação para com o real e a vida, ou seja, uma obra tanto se orienta para seu destinatário e para a situação de atuação e recepção quanto para a vida (diferentes aspectos da realidade: fatos, acontecimentos, problemas etc.) em determinado tempo, lugar e circunstâncias.

Também, em 1929/1992, o Círculo de Bakhtin enunciava:

> Mais tarde, em conexão com o problema da enunciação e do diálogo, abordaremos também o problema dos *gêneros linguísticos*. A este respeito faremos simplesmente a seguinte observação: *cada época e cada grupo social* têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social,

> corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação ("respostas curtas" na "linguagem de negócios") e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir. Eis porque a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal. Estas últimas são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política (BAKHTIN, 1929/1992, p. 43, grifos nossos).

Nesse segmento, Bakhtin e Voloshinov iniciavam o conceito de gênero discursivo, como é possível observar na seleção da expressão "gêneros linguísticos", possivelmente opondo-se ao literário ou poético, e na indicação do conceito de campo/esfera em "cada época e cada grupo social". Dessa maneira, em Marxismo e Filosofia da Linguagem (1929/1992), os estudiosos também já apresentavam um conceito de gênero diferente ao dos formalistas – visto apenas como forma –, ou seja, eles, mais uma vez, caracterizaram o gênero como uma dupla orientação ideológica com o real e com a vida.

Posteriormente, em 1952-1953[6], Bakhtin, a partir de seus trabalhos sobre textos literários e do conceito de gênero já esboçado pelo Círculo, apresenta uma teoria dos gêneros discursivos que não se restringe aos enunciados da esfera literária. Embora haja menção de a autoria do texto ser de Bakhtin, consideramos que a teoria dos gêneros discursivos parte de estudos em grupo, nos anos 20, em que participaram, entre outros, Medvedev e Voloschinov.

Primeiramente, salientamos que Bakhtin (1952-1953/1979, 2003) não faz uma tipologia (classificação teórico-abstrata) dos gêneros. Ele faz distinção, entre gêneros primários e secundários, não apoiada em critérios funcionais. Os primeiros constituem-se no âmbito das ideologias do cotidiano (aquelas não formalizadas, não sistematizadas, como as conversas informais de nosso dia-a-dia). Já sobre os gêneros secundários, eles surgem em condições mais complexas, no âmbito das ideologias especializadas como: artística, científica, religiosa, política etc.

Ressaltamos que esses gêneros secundários situam-se nas instituições sociais e tendem a recuperar os discursos dos gêneros

[6]Conferir Bakhtin (1979), especialmente o capítulo *Os Gêneros do Discurso*.

primários. No campo literário, por exemplo, os enunciados exploram e retomam os discursos do cotidiano, mas perdem sua relação direta com o real, tornando-se literatura. Nesse sentido, os sistemas ideológicos não são puros, pois há relações estreitas entres os campos/esferas da atividade humana.

Nesse quadro, os gêneros de discurso refletem, em seu conteúdo temático, em seu estilo e em sua construção composicional, as condições específicas de um dado campo de comunicação. Essa é a natureza verbal dos gêneros apresentada pelo Círculo de Bakhtin que se difere dos estudos da Antiguidade, dos clássicos e do formalismo, ou seja, uma concepção que leva em conta os fatores: social, discursivo e ideológico.

Dessa maneira, os gêneros de discurso constroem-se historicamente a partir das situações de interação verbal e vão, relativamente, estabilizando-se, no interior dos diferentes campos sociais. Essa estabilização comporta tipos temáticos, estilísticos e composicionais. Entre os três elementos, Cereja (2007), ao se reportar à noção de tema proposta pelo Círculo de Bakhtin, afirma:

> [...] o tema é indissociável da enunciação, pois, assim como esta, é a expressão de uma situação histórica concreta. Como decorrência, é único e irrepetível. Participam da construção do tema não apenas os elementos estáveis de significação mas também os elementos extraverbais que integram a situação de produção, de recepção e de circulação. Dessa maneira, o instável e o inusitado de cada enunciação se somam à significação, dando origem ao tema, *resultado final e global do processo de construção de sentido* (CEREJA, 2007, p. 202, grifos nossos).

Nesse sentido, à luz das obras do Círculo de Bakhtin, o tema consiste em um dos elementos constitutivos do enunciado e dos gêneros discursivos. Sobre esse ponto, já em 1926, o herói (termo utilizado para se referir ao tema) foi apresentado, juntamente com o autor e o ouvinte, como participante essencial da atividade linguageira.

Em relação à construção do tema, ressaltamos que, nas esferas de comunicação, na produção dos tipos estáveis em dada situação de interação, ocorrem regularidades no que se refere à seleção de fragmentos do real e à maneira como estes são apresentados, ou seja, o grau de profundidade e a avaliação social. Esta orientação valorativa

implica uma escolha da forma e do conteúdo, uma reorganização estética dos elementos da vida que dá unidade ao todo do enunciado de uma maneira não neutra.

Dessa maneira, o tema é único, é singular em cada realização concreta da linguagem, pois ele assume um acabamento diferente no enunciado, construindo sentido, geralmente, relacionando-se com fatores históricos e sociais e com o destinatário presumido, ou seja, é para este o acabamento dado, constituindo-se, assim, em um elemento dialógico.

Em relação ao estilo, Bakhtin (1952-1953/1979, 2003) afirma que este é indissolúvel ao enunciado e de seus tipos estáveis. Para ele, todo enunciado é individual e, por isso, pode refletir a individualidade do falante/escritor. Isso dependerá do gênero discursivo, pois nem todos possibilitam o estilo individual, como aqueles que apresentam uma forma padronizada, como os documentos oficiais. Conforme o autor (op. cit., p.289), o aspecto expressivo do enunciado pode determinar o estilo individual, pois "a relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado".

Lembremos que, do ponto de vista bakhtiniano, o juízo de valor de uma palavra, ou de uma expressão, só é efetivado no enunciado concreto, pois não se trata de uma palavra isolada, mas ela inserida em situações reais de comunicação. O autor (op. cit.) também ressalta que quando selecionamos palavras, ou expressões, já temos em mente um projeto de nosso enunciado acabado, assim, cada palavra está relacionada ao conjunto, ao todo que produz sentido.

Além do estilo individual, há, conforme Bakhtin (op. cit.), o estilo do gênero. Em cada campo da comunicação humana, existe um estilo peculiar, ou seja, em uma dada prática social, como na política, na ciência, e suas específicas condições de produção, o estilo aparece como unidade do gênero discursivo que está vinculada às unidades temáticas e à composição. O autor afirma que ao selecionarmos um termo, durante a elaboração do enunciado, geralmente, tiramo-lo de outros enunciados, principalmente, daqueles que se assemelham ao nosso pelas especificidades de um gênero. É neste, que palavras/expressões comportarão expressividades típicas que se marcam, justamente, por suas relações com outros enunciados.

Assim, o estilo não engloba apenas o conceito de expressividade enquanto uma escolha valorativa do locutor, mas também inclui questões dialógicas, como a relação existente com outros enunciados (por vezes, do mesmo gênero) e entre os participantes da interação. Neste último caso, a imagem construída do destinatário, já pré-estabelecida (concepção padrão) pela esfera de comunicação, pelo gênero discursivo, orienta escolhas linguísticas conforme: por um lado, as expectativas por parte do locutor sobre as possíveis percepções e recepções do destinatário; por outro, o que o destinatário espera do discurso, pois, conforme Bakhtin (1952-1953/1979), as realizações discursivas são moldadas às normas do gênero, assim, ao falar ou a ouvir, os sujeitos reconhecem de imediato o gênero em questão, sabem ou preveem o desenvolvimento, a estrutura composicional etc. É por esse motivo que já há uma expectativa sobre o todo de um enunciado por parte dos participantes.

O locutor, dessa maneira, leva em conta como o discurso dele será recebido pelo outro, os conhecimentos prévios da situação e de uma determinada área do conhecimento, as opiniões etc. Fato que já comentamos à página 3, quando discutíamos a respeito das relações dialógicas constituintes do enunciado.

A seleção linguística (lexical/gramatical) e a estrutura composicional são determinadas pelo querer-dizer, pelo projeto de enunciado acabado. E é essa unidade que apresenta expressividade, cada parte relacionada ao todo que, por sua vez, é afetado pelas especificidades dos diferentes gêneros discursivos em sistemas ideológicos, pois eles correspondem a situações típicas que possibilitam temas específicos e, assim, sentidos próprios para algumas expressões. Em outras palavras, os falantes sociais situados selecionam determinadas realidades empíricas e dão a elas um acabamento, no e pelo discurso.

Nesse viés, aparece a questão da autoria (BAKHTIN, 1920-1922/1979)[7]. Um determinado fato social da realidade, apresentar-se-á com um acabamento diferente, em diversos gêneros e práticas linguageiras. Ao inseri-lo no discurso, o autor construi-lo-á conforme sua atividade, a posição social que ele representa, a esfera em que ele está inserido etc. e, poderá, dialogar ou não com outros autores, do

[7] Conferir Bakhtin (1979), especialmente o capítulo *O autor e a personagem*.

mesmo ou de diferentes campos, que também fizeram circular tal realidade empírica em seus enunciados em tempos e espaços diferentes.

Por tudo o que se expôs, na perspectiva de Bakhtin e de seu Círculo, o estilo é individual e coletivo, pois ao mesmo tempo que falamos sempre dentro de um gênero que comporta tipicidade, o fazemos por meio de enunciados concretos, em que marcamos nossa individualidade. Sobre isso, Voloshinov[8] (1926), retomando a citação de Buffon "o estilo é o homem", afirma que o estilo é pelo menos duas pessoas: o locutor, juntamente com seu grupo social assumido, e o destinatário.

4 O discurso político de Luiz Inácio Lula da Silva na ONU: a atualização do tema fome mundial

A partir das teorias esboçadas, observamos a atualização do tema Fome Mundial no discurso político proferido pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, na Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. Para tanto, examinamos a estrutura composicional, o estilo no e do gênero em questão e, consecutivamente, o conteúdo temático, levando em conta os elementos extralinguísticos do momento da interação.

Inicialmente, julgamos necessário ressaltar que todos os discursos proferidos pelo ex-presidente Lula na ONU, até então, são compostos por vários segmentos divididos, geralmente, por assuntos específicos e sempre iniciados por um ou mais vocativos que recuperam os interlocutores do encontro – elementos frequentemente presentes em discursos políticos oficiais tanto brasileiros quanto estrangeiros.

Sobre os vocativos, nas seleções apresentadas pelo ex-presidente, detectamos modos de tratamento (Senhoras e Senhores, Senhor Presidente, Chefes de Estado e de Governo) que se diferenciam, por exemplo, da formulação "(Meu) Companheiro[9]" utilizada, de maneira recorrente, por Lula tanto no papel de líder sindical quanto no de Presidente da República. Podemos afirmar que

[8] Discurso na vida discurso e discurso na arte (sobre a poética sociológica), 1926.
[9] (CEREJA, 2007, p. 201-223).

esse procedimento linguístico indica um endereçamento ao público em questão e aponta a influência das características da esfera de circulação, de produção e de recepção do encontro, em que o locutor, na ONU, posiciona-se, no e pelo discurso, conforme o que se é esperado em situações formais da vida política. A respeito desse procedimento, remetemo-nos às afirmações de Bakhtin de que a imagem do destinatário já pré-estabelecida pela esfera de comunicação, pelo gênero discursivo – e outras peculiaridades do momento da enunciação – orienta escolhas linguísticas, influenciando no estilo, na forma composicional etc.

Embora haja essa postura formal detectada pela maneira como ele escolhe tratar o público, é interessante observar que, logo no início de seu discurso, o ex-presidente Lula apresenta-se como representante do povo brasileiro:

(1)

Em nome do povo brasileiro, reafirmo nossa crença nas Nações Unidas.

Nessa formulação, a voz de um povo faz-se presente no discurso de um presidente, o qual também se inclui no grupo "povo", e assume a opinião deste, por meio da seleção "nossa crença". Nesse viés, o locutor enfatiza a função da Organização das Nações Unidas: assegurar a paz e a justiça social no mundo.

Posteriormente, ainda no primeiro segmento, Lula recupera um acontecimento da época referente ao atentado à ONU, em Bagdá, enfatizando o que ocorreu com o missionário brasileiro Sérgio Vieira de Mello:

(2)

Esta Assembléia se instala sob o impacto do brutal atentado à missão da ONU em Bagdá que vitimou o alto comissário para Direitos Humanos, nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello. A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis.

Exerceu, em nome das Nações Unidas, o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil. Que o sacrifício de Sérgio e de seus colegas não seja em vão. A melhor forma de honrar sua memória é redobrar a defesa da dignidade humana onde quer que ela esteja ameaçada.

> Saúdo fraternalmente o senhor Julian Hunte, que assume a presidência desta Assembléia em momento especialmente grave na história da ONU. A comunidade internacional está diante de enormes desafios políticos, econômicos e sociais, que exigem esforço acelerado de reforma da organização, para que nossas decisões e ações coletivas passem a ser de fato respeitadas e eficazes.

Em (2), observamos que Lula, ao reportar-se ao conflito em Bagdá e às atitudes de Sérgio Vieira de Mello, estende as características apresentadas sobre o missionário aos brasileiros e, consecutivamente, a si próprio, construindo a imagem de um povo pacífico e corajoso que privilegia o diálogo e não a guerra. Esse procedimento em favor da paz é mantido, posteriormente, quando o ex-presidente faz homenagem a Kofi Annan pelo seu trabalho em prol da paz mundial.

Ao final do primeiro segmento de seu discurso, Lula retoma os fragmentos da realidade apresentados – atentado à ONU, em Bagdá, falecimento de Sérgio Vieira de Mello, ambos os fatos que prejudicam a imagem da organização – e categoriza-os como: "um momento especialmente grave na história da ONU", "enormes desafios políticos, econômicos e sociais". Fato que indica a tentativa do ex-presidente de apontar a necessidade de atitude por parte dos representantes da ONU para mudar o quadro de guerra no mundo – já que o objetivo da Organização das Nações Unidas consiste em assegurar a paz e os direitos humanos – e, assim, de convencê-los da necessidade de reformar a ONU para que a imagem dela seja positiva aos olhos dos povos ("respeitadas", "eficazes").

Salientamos que, no governo de Lula, a diplomacia brasileira passou a considerar o multilateralismo como estratégia de desconcentração e de aplicação de novas regulamentações da política internacional em favor aos países em desenvolvimento. Como também, na época da reunião, a principal meta da política externa era de incluir o Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (OLIVEIRA, 2005). Por esses dados, podemos afirmar que os objetivos políticos específicos do momento da enunciação estão presentes no discurso do ex-presidente que, logo no início de seu discurso, apresenta uma orientação valorativa do Brasil, destacando características do país (atitude pacífica, coragem, atenção aos mais vulneráveis) que condizentes à missão da ONU, constituindo-se, assim,

em um discurso que preza pelo convencimento e pela persuasão. Procedimento que vai ao encontro do que discutimos neste trabalho sobre a dimensão social como parte constituinte do enunciado, conforme Bakhtin e seu Círculo (1929, 1963, 1952-1953/1979), em que se incluem as especificidades sociais e históricas da situação interacional.

No segundo segmento, o posicionamento de Lula é mantido e ele, enfatizando a necessidade do multilateralismo, continua a apontar os deveres da ONU e a indicar o quadro de guerra instaurado no mundo.

É no terceiro segmento do discurso que o tema fome aparece, em meio às várias tentativas de categorizar o Brasil como um país pacífico e a de resgatar algumas situações de conflito e de guerra mundiais. No último caso, inúmeras seleções reiteram o sentido de um mundo em guerra: "o do bárbaro atentado de 11 de setembro", "o combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado", "remover os escombros dos conflitos", "preservar os povos do flagelo da guerra", "as ameaças à paz", entre outras.

Observemos o seguinte segmento, atentando-nos às partes destacadas:

> (3)
> Reitero perante esta Assembléia verdadeiramente universal o apelo que dirigi aos Fóruns de Davos e Porto Alegre e à Cúpula Ampliada do G-8, em Evian. Precisamos engajar-nos - política e materialmente - na única guerra da qual sairemos todos vencedores: a guerra contra a fome e a miséria.
> Erradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político. E todos sabemos que é factível. Se houver - de fato - vontade política de realizá-lo.
> Não me agrada repisar as evidências da barbárie. Prefiro sempre louvar progressos, por modestos que sejam. Mas não há como omitir os números que expõem a chaga terrível da miséria e da fome no mundo.

Em (3), o conceito de fome é construído como "um inimigo de guerra" que deve ser combatido, sentido depreendido pela formulação "na única guerra da qual sairemos todos vencedores: a guerra contra a fome e a miséria". Também, posteriormente, Lula seleciona "a chaga

terrível da miséria e da fome" como uma das "evidências da barbárie". Nessas formulações, a fome mundial causa dor, feridas (chagas), da mesma maneira como ocorre em combates armados, em que os soldados ferem ou matam o inimigo.

Assim, repertórios coletivos da experiência humana no âmbito global – a história das civilizações, os conflitos armados e seus efeitos – são recuperados no discurso do ex-presidente e colaboram para construir o sentido do conceito de fome em termos de guerra. As atitudes omissas dos representantes da ONU são caracterizadas como não-civilizadas, como selvagens ("barbárie"), imprimindo, novamente, a necessidade de mudar comportamentos políticos e sociais.

Nesse viés, ainda no terceiro segmento do discurso,

> (4)
> A fome hoje atinge um quarto da população mundial - incluindo 300 milhões de crianças. Diariamente, 24 mil pessoas são vitimadas por doenças decorrentes da desnutrição. Nada é tão absurdo e inaceitável quanto a persistência da fome em pleno século 21, a idade de ouro da ciência e da tecnologia.
> A cada dia a inteligência humana amplia o horizonte do possível, realizando prodigiosas invenções. E, no entanto, a fome continua e, o que é mais grave, se alastra em várias regiões do planeta. Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas. Quanto mais o celebramos ao gerar riquezas, mais o ferimos por não saber, minimamente, reparti-las.

A fome, personificada, é um agente que "atinge" crianças, que "persiste" em pleno século XXI e que se "alastra" pelo mundo, criando vítimas. Os saberes da ciência, da tecnologia e da religiosidade são recuperados no discurso; o ex-presidente dialoga com outras esferas de atuação humana de modo a indicar, novamente, a responsabilidade do ser humano em mudar a situação exposta. Esse procedimento é mantido:

> (5)
> De que vale toda essa genialidade científica e tecnológica, toda a abundância e o luxo que ela é capaz de
> produzir, se não a utilizamos para garantir o mais sagrado dos direitos: o direito à vida? Recordo a lúcida advertência de Paulo VI,

> feita 36 anos atrás, mas de desconcertante atualidade: 'Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência'. A fome é uma emergência e como tal deve ser tratada. Sua erradicação é uma tarefa civilizatória, que exige um atalho para o futuro. Vamos agir para acabar com a fome ou imolar nossa credibilidade na omissão?

Entre os discursos de outras esferas que perpassam o de Lula, a citação das palavras do Papa VI, referida como advertência lúcida e atual, traz a existência de uma polaridade social (os pobres e os ricos) que não foi modificada nem pela evolução da ciência, nem pela da tecnologia. Dessa maneira, o tema da fome também é construído como um fator que, embora faça já parte da história da humanidade, é atual e atuante, assim como as diferenças econômicas e sociais.

Considerando que quem fala é um ex-metalúrgico, ex-líder sindical, que traz em seu repertório de experiências a realidade de um nordeste brasileiro pobre e sofrido, podemos afirmar que há um posicionamento ideológico por parte de Lula, ou seja, o locutor ao mesmo tempo em que observa a situação político-social mundial no papel de um chefe de Estado, também assume a posição dos grupos dos pobres, o que indica uma relação valorativa dele com o objeto de seu discurso: a fome que é apresentada com um juízo de valor extremamente negativo.

Nesse sentido, Lula continua defendendo a necessidade de ação por parte, principalmente, do público em questão para alterar o quadro de miséria e de fome. Desta vez, o encaminhamento dado consiste no "combate à fome":

> (6)
> Não temos mais o direito de dizer que não estávamos em casa quando bateram à nossa porta e pediram solidariedade. Não temos o direito de dizer aos famintos que já esperaram tanto: passem no próximo século. O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta em vez de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror. Apesar do fracasso dos modelos que privilegiam a geração de riqueza sem reduzir a miséria, a miopia e o egoísmo de muitos ainda persistem.

Sabemos que se tornou frequente nos discursos de Lula, no Brasil, a seleção de fragmentos da realidade do cotidiano para ilustrar e orientar argumentativamente as teses defendidas por ele. Em nosso *corpus*, não ocorreu de modo diferente. Em (6), o ex-presidente recupera um contexto habitual do dia-a-dia: sujeitos carentes que batem às portas pedindo, entre outros, alimentos e que, por vezes, não são atendidos. Essa situação é associada à falta de atitude do público em questão (membros da ONU) que, do ponto de vista do ex-presidente, não agem adequadamente em prol dos menos favorecidos, daqueles que eles deveriam proteger. Posicionamento repetido na seleção "a miopia e o egoísmo de muitos ainda persistem".

Ainda sobre esse ponto, em (6), mais uma vez na tentativa de enfatizar o dever de ação de seu público, Lula aponta que a paz consiste em um mundo isento de fome e de miséria.

A ideia de combate, de luta, é reforçada em outros segmentos ("a guerra contra a fome e a miséria", "o combate sem tréguas à fome e à miséria", "no esforço mundial de luta contra a fome", "Fundo Mundial de Combate à Fome", "Comitê Mundial de Combate à fome"), o que aponta a expressividade – seleção valorativa – do locutor e do gênero.

Em relação à expressividade do gênero, ressaltamos que a metáfora da guerra, possivelmente recuperada das ideologias do cotidiano, é, por diversas vezes, selecionada nos discursos políticos, cujos efeitos de sentido versam sobre a expressão de força, de poder fazer, poder alterar certas situações vistas como impróprias no contexto social e no político. Sobre isso, retomemos as afirmações de Bakhtin e de seu Círculo a respeito da ocorrência de regularidades – em dada esfera de comunicação e de seus tipos estáveis – no que se refere à seleção de fragmentos do real e a maneira como eles são apresentados, conforme apontamos neste artigo.

Como também, podemos retomar o conceito de tema como único, singular, pois ele se constitui na realização concreta da linguagem. Em nosso *corpus*, a associação de domínios (situação mundial é guerra; fome é inimigo de guerra) colabora para a orientação valorativa do tema fome que é transpassado e constituído também pelo momento histórico da interação (seleção de determinados fragmentos da realidade relacionados a guerras/conflitos e a situações de pobreza no mundo), pelas características específicas do público (dever de

assegurar a paz e os direitos humanos), pelas próprias especificidades do gênero discurso político (como a metáfora da guerra) e pela história de vida particular e coletiva de Lula (seu olhar sobre a situação). Sobre esse último ponto, observemos parte do quinto segmento do discurso sob análise:

> (7)
> Senhor Presidente,
> Minha experiência de vida e minha trajetória política ensinaram-me a acreditar acima de tudo na força do diálogo. Nunca me esquecerei da lição insuperável de Ghandi: 'A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente.'
> [...]
> A verdadeira paz brotará da democracia, do respeito ao direito internacional, do desmantelamento dos arsenais mortíferos e, sobretudo, da erradicação definitiva da fome.

Em (7), torna-se explícito o estilo individual no gênero, no momento em que Lula aponta sua experiência política e de vida. Essa seleção, conjuntamente à citação de Ghandi – retomado em favor à tese apresentada – reforça o posicionamento do ex-presidente no que diz respeito às medidas necessárias para diminuir o quadro de pobreza mundial.

Já no sexto segmento, destacamos como o ex-presidente constrói o sentido de paz, já que, até o momento, a fome foi associada à guerra:

> (8)
> Senhor Ex-presidente, chefes de Estado e de governo,
> Não podemos frustrar tanta esperança. O maior desafio da humanidade - e, ao mesmo tempo, o mais belo - é justamente este: humanizar-se.
> É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: justiça social. Tenho certeza de que, juntos, saberemos colher a oportunidade histórica da justiça. Muito obrigado"
> 'O comércio internacional deve ser um instrumento não só de criação, mas de distribuição de riqueza'

Nessa parte, observamos que Lula apresenta o conceito de paz como "justiça social", o que reforça a noção de fome (fome é inimigo

de guerra, situação mundial de fome é guerra) constituída durante o enunciado.

De maneira geral, em nosso *corpus*, o sentido construído de fome constituiu-se devido às várias seleções linguísticas do enunciado e aos elementos do momento da enunciação, o que nos faz retomar a menção feita por Bakhtin (1952/1953-1979) a respeito da relação de cada palavra ao conjunto, ao todo que produz sentido, conforme o projeto do enunciado acabado.

Considerações finais

Pelas análises, pudemos observar que o tema fome é construído de maneira metafórica, no todo do enunciado: fome é um inimigo de guerra, situação mundial de fome é guerra. Essa construção de sentido deve-se tanto aos fragmentos da vida que o ex-presidente recuperou em seu discurso – conflitos armados, situação de pobreza e de fome – quanto às seleções linguísticas que ele apresentou ao fazer menção às consequências da miséria, à falta de atitude por parte dos representantes da ONU e às ações que deveriam ser executadas para diminuir a fome mundial (a luta contra a fome, Fundo Mundial de Combate à Fome, Comitê Mundial de Combate à fome, o combate sem tréguas à fome e à miséria). Como também, e principalmente, pela posição ideológica assumida pelo interlocutor e pelas características do encontro.

Dessa maneira, consideramos que todos esses fatores estão estreitamente relacionados às condições específicas de circulação, de produção e de recepção do discurso. Fato que justifica a escolha de Lula de associar fome à guerra, resultando numa orientação valorativo-axiológica, já que tanto a manutenção da paz quanto dos direitos humanos são deveres dos representantes da Organização das Nações Unidas, destinatários do discurso em questão.

Depreendemos, também, que o ex-presidente da República apresenta-se como representante do povo brasileiro – caracterizado como pacífico e corajoso – e defensor dos menos favorecidos, trazendo e assumindo, por vezes, a voz do grupo dos pobres em oposição a dos ricos. Esse procedimento recupera a própria trajetória de vida social e política de Lula, que se constituiu pela construção de uma imagem de

defensor da classe trabalhadora do país, quando exercia o papel de líder sindical.

Assim, podemos afirmar que o discurso de Lula, na ONU, embora assuma as características daqueles produzidos em situações formais da vida política, pelas especificidades do gênero (estilo, forma composicional etc.), pela esfera de circulação, também recupera a voz povo brasileiro, ao selecionar de maneira frequente metáforas que são próprias dos falares do cotidiano, ao mencionar a sua própria história e ao se posicionar, pelo discurso, defensor dos pobres.

Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. 3. ed. Tradução do grego de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1998.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da Criação Verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

_____. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 [1963].

BAKHTIN, Mikhail/Mikhailovich; VOLOSCHINOV, Valentin Nikolaevich. *Discurso na vida e discurso na arte* (sobre a poética sociológica). Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik a partir do original russo, 1926.

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992 [1929].

_____.; MEDVEDEV, Pavel Nikolaevich. *The formal method in literary scholarship*. A critical introduction to sociological poetics. Cambridge: H.U.P., 1985 [1928].

CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin*: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007. p. 201-223.

MEDVEDEV, Pavel Nikolaevich. (Cercle de Bakhtine). *La méthode formelle en littérature*. Trad. R. Comtet e B. Vauthier. Toulouse: PUM, 2008 [1928].

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 48. n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005. p. 55-69.

Recebido em 06/09/2011
Aceito em 20/09/2011

NORMAS PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Todos os trabalhos encaminhados à revista **LINGUAGEM – estudos e pesquisas** se submeterão à apreciação dos Conselhos Editorial e Consultivo. O(s) autor(es) será(ão) comunicado(s) sobre a apreciação.
2. Os artigos serão examinados por dois pareceristas membros do Conselho Consultivo, após apreciação do Conselho Editorial e, caso haja um parecer contrário à publicação, encaminhados a um terceiro avaliador.
3. Os artigos deverão ser digitados em espaço duplo, no Programa Word 6.0 (ou equivalente), fonte Times New Roman (tamanho 11), e deverão conter, entre 15 e 20 páginas. O encaminhamento dos artigos deverá ser feito em duas (02) vias (uma com identificação e outra sem identificação do autor) para o endereço revistalinguagem@gmail.com. O(s) autor(es) deverá(ao) encaminhar ainda uma rápida biografia e o contato eletrônico.
4. O título do artigo deverá vir em letras maiúsculas (Caixa Alta), negrito, centralizado no alto da primeira lauda, em português e inglês, seguido, logo abaixo, à direita, do(s) nome(es) do(s) autor(es), com letras minúsculas e em itálico. A identificação da Instituição deverá, seguido do endereço eletrônico do(s) autor(es), vir em forma de nota de rodapé no final da primeira página e marcada com o símbolo personalizado (*).
5. O texto deve ser antecedido por um Resumo de cinco (05) linhas, em português e inglês (ou francês, ou espanhol). Após o Resumo, deverão vir até quatro palavras-chave em português, inglês, francês ou espanhol.
6. As notas explicativas devem ser enumeradas automaticamente em algarismos arábicos no final da página, como nota de rodapé. As citações no interior do texto devem vir em fonte menor que a utilizada no texto (fonte 10) obedecendo à mesma paragrafação (1,25 cm de recuo), com recuo total de toda a citação e sem itálico. Recomenda-se, para as citações, o sistema autor/data e página. Exemplo: (SILVA, 2005, p. 35).
7. Ilustrações devem ser originais ou cópias nítidas passíveis de reprodução e as fotografias em branco e preto, com a devida autorização.
8. Todas as citações, documentais e bibliográficas, do texto deverão ser elencadas nas "referências", em ordem alfabética, com dados completos (sem abreviação do nome do autor), de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas (cf. NBR 6023).
9. As normas tipográficas são de responsabilidade da revista.
10. São de responsabilidade do(s) autor(es) a correção gramatical do texto e a exatidão das referências bibliográficas.